

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

THAINE REGINA BACKES

**O CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO MATO GROSSO
DO SUL E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO**

Dourados-MS

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

THAINE REGINA BACKES

**O CAPITAL AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO NO MATO GROSSO
DO SUL E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso

Dourados-MS

2009

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a minha família,
pai Carlito, mãe Ivone e mano Carlos
e ao meu companheiro Marcos.
Vocês representam muito em minha vida!*

AGRADECIMENTOS

Realizar os agradecimentos sempre nos traz um pouco de “medo” por às vezes deixar de citar alguém. Portanto, de antemão quero agradecer a todos que colaboraram para a realização deste trabalho e também a aqueles que direta ou indiretamente fizeram parte desse percurso.

Mas, quero agradecer primeiramente a Deus, que ao meu lado sempre esteve, assim como minha família, nas pessoas de meu pai Carlito Backes, minha mãe Ivone e meu irmão Carlos Felipe e também com um carinho especial ao meu companheiro Marcos, que durante todos esses anos de graduação e agora também no mestrado, sempre esteve ao meu lado me dando forças para continuar. A você agradeço por tudo o que vivemos e que ainda viveremos juntos. Não é apenas o amor que nos une, mas também a Geografia!

Durante esses dois anos de mestrado, muitas pessoas importantes passaram a fazer parte de minha vida, e assim, agradeço principalmente a minha orientadora Lisandra Pereira Lamoso, com a qual apreendi que orientadores não são apenas orientadores, mas sim, nossos amigos, nos aconselhando e indicando o melhor caminho a seguir. A Lisandra, muito obrigada por ter me orientado e ter possibilitado todo o apoio e compreensão de uma amiga!

Agradeço, aos meus professores de graduação em Geografia de Francisco Beltrão, especialmente Luiz Carlos Flávio, Fernando Sampaio e Marcos Henrique Broietti (in memoriam), que até hoje continuam presentes em minha vida e os seus incentivos de outrora até hoje me movem no caminho da Geografia.

Aos meus professores do programa, Jones, Lisandra, Flaviana, Márcia, Maria José, Thomaz, Edivaldo, Aduino, Silvana, agradeço pelos ensinamentos transmitidos durante a realização das disciplinas e deste trabalho. Muito Obrigado!

Aos meus colegas do programa de pós-graduação em Geografia, José Roberto, Débora Macorini Ocon, João Wanderlei, Adriano Cosma Cabreira, Adriano Arcari, Antonio Carlos, Michele Schneider, Julio Chamorro, Carlos Joviano, Carlos Ferrari, Eliseu, Walter Ferrari e Maria Amábili, que propiciaram que as aulas fossem os nossos melhores momentos...

Agradeço com um carinho especial ao “Zé Roberto” e sua esposa Cláudia, que me mostraram que apesar das dificuldades, é a amizade e a humildade das pessoas que prevalece.

A Elaine Musculini e ao Cleber, que além de bons amigos, trabalham muito para que o programa de pós-graduação “funcione”, apesar das nossas insistências burocráticas na solicitação de documentos.

Um agradecimento especial quero dedicar a Jones e Elaine. Jones que antes de tudo é: gaúcho, gremista, professor, e principalmente Geógrafo! E é claro, um grande amigo. Agradeço a essa família pela amizade que construímos através do convívio regado a chimarrão (Mate) nos finais de tarde. A vocês Elaine, Jones, Pablo e Maria Júlia, Muito obrigado!

Também, deixo um agradecimento aos meus alunos do curso de Geografia da UFGD (2º ano de 2007), que simplesmente confirmaram o caminho que eu gostaria de seguir, ou seja, me dedicar à licenciatura em Geografia.

Enfim, agradeço a todos que fizeram parte desse trabalho: agricultores, pecuaristas, assentados, trabalhadores rurais da cana-de-açúcar, empresários, e a todos que entrevistei nas casas, nas roças, na cidade, ou seja, nos locais de trabalho de campo.

E claro, agradeço a CAPES pelo financiamento parcial, que possibilitou a finalização deste trabalho.

EPÍGRAFE

Mudos

Muitos são os anéis que seus aniversários desenharam em seu tronco. Estas árvores, estes gigantes cheios de anos, levam séculos cravados no fundo da terra, e não podem fugir. Indefesos diante das serras elétricas rangem e caem. Em cada derrubada o mundo vem abaixo; e a passarada fica sem casa. Morrem assassinados os velhos estorvos. Em seu lugar, crescem os jovens rentáveis. Os bosques nativos abrem espaço para os bosques artificiais. A ordem, ordem militar, ordem industrial, triunfa sobre o caos natural. Parecem soldados em fila os pinheiros e eucaliptos de exportação, que marcham rumo ao mercado internacional. Fast food, fast wood: os bosques artificiais crescem num instante e vendem-se num piscar de olhos. Fontes de divisas, exemplos de desenvolvimento, símbolos do progresso, esses criadouros de madeira ressecam a terra e arruinam os solos.

Neles os pássaros não cantam.

As pessoas os chamam de *bosques do silêncio*.

Eduardo Galeano (2004)

RESUMO

Buscamos analisar as interfaces geográficas e econômicas que se sobrepõem no campo no Mato Grosso do Sul, procuramos entender, as relações que se dão nesse espaço. A expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul se torna significativa, a partir do momento que empresas (vinculadas ao setor sucroalcooleiro – usinas) nacionais e internacionais passam a visualizar nesse espaço, o “lugar”, apropriado para atender suas intenções de investimento. Cabe mencionar que o governo promulgou o incentivo à capacidade produtiva energética do país, logo, a economia sente os reflexos desse crescimento. Esse processo de incentivo a capacidade produtiva energética baseada principalmente na produção de etanol, realizada através da cana-de-açúcar no estado, demonstra que além da disponibilidade de extensões de terras para essa produção possui conjuntamente, proprietários capitalistas (agricultores e industriais), da região que tem interesses com essa forma de expansão, ou seja, instalação de agroindústrias da cana-de-açúcar e expansão do capital. São relações econômicas, mas também políticas na busca pela implantação de projetos, na legitimidade dos interesses em jogo para expansão e territorialização da monocultura da cana. Novas relações são estabelecidas. A terra passa a ter outro preço, agenciada e negociada de forma a atender as exigências do agronegócio, que através dos domínios do capital, o arrendamento da terra se torna vantajoso para a instalação das agroindústrias. Em contrapartida, as redes técnicas passam a estar articuladas propiciando o aparato logístico que dá, de antemão, o suporte necessário para consolidar as agroindústrias da cana-de-açúcar.

Palavras – Chave: Agroindústria; Cana-de-Açúcar; Estado.

RESUMÉN

Buscamos analizar las interfaces geográficas y económicas que se sobreponen en el campo en el Mato Grosso do Sul, procuramos entender, las relaciones que se dan en ese espacio. La expansión de la caña de azúcar en el Mato Grosso do Sul se torna significativa, a partir del momento que empresas (vinculadas al sector alcoholeiro – azucarera) nacionales y internacionales pasan a visualizar en ese espacio, el “lugar”, propio para atender sus intenciones de inversión. Vale mencionar que el gobierno promulgó el incentivo a la capacidad productiva energética del país, luego, la economía nota los reflejos de ese crecimiento. Ese proceso de incentivo a la capacidad productiva energética fundamentada máxime en la producción de etanol, realizada través de la caña de azúcar en el estado, demuestra que allende la disponibilidad de extensiones de tierras para esa producción posee conjuntamente, propietarios capitalistas (agricultores y industriales), de la región que tiene intereses con esa forma de expansión, o sea, instalación de agroindustrias de la caña de azúcar y expansión del capital. Son relaciones económicas, pero también políticas en la búsqueda por la implantación de proyectos, en la legitimidad de los intereses en juego para expansión y territorialización de la monocultura de la caña. Nuevas relaciones son establecidas. La tierra pasa a tener otro precio, agenciada y negociada de forma a atender las exigencias del agro negocio, que través de los dominios del capital, el arrendamiento de la tierra se torna ventajoso para la instalación de las agroindustrias. En contrapartida, las redes técnicas pasan a estar articuladas propiciando el aparato logístico, que ofrece, de antemano, el soporte necesario para consolidar las agroindustrias de la caña de azúcar.

Palabras – Clave: Agroindustria; Caña de azúcar; Estado.

SUMÁRIO

RESUMO	7
RESUMÉM	8
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1. O CAPITAL CANAVIEIRO NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL	24
1.1 O Capital canavieiro no campo brasileiro	25
1.2 O capital canavieiro no Mato Grosso do Sul.....	34
CAPÍTULO 2. CONQUISTANDO ESPAÇOS: A PARTICIPAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL NO MERCADO DO ETANOL	49
2.1 A inserção brasileira no setor e o mercado internacional da produção de etanol....	50
2.2 A conjuntura nacional e a inserção do Mato Grosso do Sul no setor.....	79
2.3 Os grupos industriais nacionais e internacionais da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul – Origem do Capital e espacialização no estado	85
2.4. Relação detalhada dos grupos que estão instalados e que pretendem entrar em operação até o ano de 2010 no Mato Grosso Sul	97
2.5 Estratégias de localização: a logística necessária para o Etanol.....	135
CAPÍTULO 3. CARACTERÍSTICAS DA EXPANSÃO DA CANA DE AÇÚCAR – O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO DO CAPITAL	153
3.1 Considerações sobre Renda da Terra.....	154
3.2 A renda da terra no processo de consolidação das agroindústrias da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul	159
Conclusão	180
Anexos	185
Referências	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Relação das usinas de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul na década de 1980 e origem do capital	37
Tabela 2. Usinas de álcool no Mato Grosso do Sul e capacidade produtiva, mão-de-obra, área plantada em 1987	45
Tabela 3. Preço pago ao álcool etílico brasileiro nos países de destino	68
Tabela 4. Aquisições de unidades agroindustriais canavieiras na década de 2000.	90
Tabela 5. Grupos econômicos que atuam no Mato Grosso do Sul – 2008.....	94
Tabela 6. Produção de álcool e açúcar nas usinas instaladas no estado do Mato Grosso do Sul, 2008.....	127
Tabela 7. Estimativas de produção de álcool e açúcar nas usinas em instalação no Mato Grosso do Sul, 2008	127
Tabela 8. Relação de Usinas do Mato Grosso do Sul que produzem Etanol – 2008	148
Tabela 9. Relação de áreas adquiridas e arrendadas/parceria pelas usinas no Mato Grosso do Sul – 2008.....	169
Tabela 10. Comparação do preço da terra nas regiões agrícolas de São Paulo e Mato Grosso do Sul – 2007	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Grupo Unialco	97
Quadro 2. Grupo CBAA - Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool Ltda	98
Quadro 3. Grupo DCOIL - Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda	99
Quadro 4. Grupo Benedito Coutinho.....	99
Quadro 5. Grupo Louis Dreyfus Comoditties	100
Quadro 6. Grupo Giobbi e Cigla	101
Quadro 7. Grupo Safi	101
Quadro 8. Grupo Odebrecht/ETH Bioenergia/Sojitz	102
Quadro 9. Grupo Itamaraty.....	102
Quadro 10. Grupo Infinity	103
Quadro 11. Grupo Adecoagro/Georges Soros e JB Agropecuária	104
Quadro 12. Grupo Araúna Agroindustrial.....	105
Quadro 13. Grupo Edilberto Meneguetti e Wagner Meneguetti	105
Quadro 14. Grupo Brazilian Energy Partners (BEP) e CERONA	105
Quadro 15. Grupo BRENCO.....	106
Quadro 16. Grupo Irmãos Gadotti Transportes e Serviços Ltda	107
Quadro 17. Grupo Sociedade Schmidt Grendene Pactual.....	107
Quadro 18. Grupo Medeiros e Carvalho Cunha	108
Quadro 19. Grupo FLAMARPAR e Monte Verde.....	108
Quadro 20. Grupo Rezende Barbosa S/A.....	109
Quadro 21. Grupo Usaciga/Clean Energy/Brazil	109
Quadro 22. Grupo Tonon	110
Quadro 23. Grupo Grentech/SUCRAL	111
Quadro 24. Grupo Bertin/JB Agropecuária/Banco BVA e Emerson Fittipaldi	111
Quadro 25. Grupo Fioravante Scalon/Nogueira Mollo	112

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mato Grosso do Sul: Usinas instaladas – 1979 – 1990	36
Mapa 2. Mato Grosso do Sul: Origem geográfica do capital – 1980	39
Mapa 3. Destino das exportações brasileiras de álcool etílico – 2008	66
Mapa 4. Mato Grosso do Sul: Usinas instaladas em 2008	87
Mapa 5. Mato Grosso do Sul: Usinas em instalação em 2008	88
Mapa 6. Mato Grosso do Sul: Usinas instaladas e em instalação	89
Mapa 7. Mato Grosso do Sul: Grupos de capital estrangeiro e nacional com usinas instaladas e em instalação em Mato Grosso do Sul (até 2010)	115
Mapa 8. Mato Grosso do Sul: Grupos com maiores investimentos de capital estrangeiro – 2008	117
Mapa 9. Mato Grosso do Sul: Localização das usinas instaladas e em instalação e as principais rodovias de escoamento	150

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mato Grosso do Sul: períodos de instalações de usinas.....	43
Figura 2. Escoamento de álcool pela All Logística. Mato Grosso do Sul ao Paraná	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da produtividade de açúcar e álcool no Mato Grosso do Sul (1994/95 a 2007/08)	48
Gráfico 2. Evolução do preço de petróleo (U\$\$): 1970 a 1990.....	57
Gráfico 3. Produção de cana-de-açúcar no Brasil: 1970-1990 (milhões de toneladas). 58	
Gráfico 4. Dez maiores produtores de etanol	60
Gráfico 5. Produção de etanol anidro e hidratado por regiões brasileiras.....	135
Gráfico 6. Recursos disponibilizados para instalação	137
Gráfico 7. Evolução da Produção de Etanol no Mato Grosso do Sul, 2005 -2008 (em milhões de litros)	151

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Condições dos trabalhadores no alojamento em Deodápolis, 2007.....	73
Foto 2. Caçamba de armazenamento de cana-de-açúcar.....	124
Foto 3. Colheitadeiras de cana-de-açúcar – Empresa de COMID Dourados.....	125
Foto 4. Máquinas colheitadeiras de cana-de-açúcar – COMID	125
Foto 5. Caminhão Truck	129
Foto 6. Rodotrem	130
Foto 7. Trator tracionado e “julieta”	131
Foto 8. Área industrial Infinity.....	142
Foto 9. Área Industrial Usina Angélica.....	143
Foto 10. Área Agrícola Usina Dourados Álcool e Açúcar.....	144
Foto 11. Área Industrial Usina Eldorado	145
Foto 12. Área de construção da usina Dourados Álcool e Açúcar em Dourados – MS.....	160
Foto 13. Área agrícola Fazenda Gariobinha, 2008	164
Foto 14. Imagem aérea da usina Rio Brilhante – MS	171

LISTA DE SIGLAS

ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ALL Logística – América Latina Logística
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP – Agência Nacional do Petróleo
BEP – Brazilian Energy Partners
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRENCO – Companhia Brasileira de Energia Renovável
CAI – Complexo Agroindustrial Brasileiro
CBAA – Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool
CENAL – Comissão Executiva Nacional do Alcool
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CONAB – Companhia Nacional de abastecimento
COOPERNAVI – Cooperativa de Naviraí
COPPE/UFRJ – Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCOIL – Destilaria Centro-Oeste Iguatemi
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAMEM - Federação dos Municípios do Estado do Maranhão
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FNO – Fundo Constitucional da Região Norte
GEIPOT – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMASUL – Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas
LDC Bioenergia – Louis Dreyfus Bioenergia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MSTRANSP – Plano Diretor de Transportes do estado de Mato Grosso do Sul
CODESUL – Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A.
PNA – Plano Nacional de Agroenergia
PND – Programa Nacional de Desenvolvimento
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool
SECEX – Departamento de Desenvolvimento e Planejamento de Comércio Exterior
SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SEMCO – Systems Engineering & Management
SEPROTUR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
SINDAÇUCAR – Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento do Sul
SVC – Sistema Volta ao Campo de Assistência Técnica Multidisciplinar e Integral
TECBIO – Tecnologias Bioenergéticas Ltda.
UNB – Universidade de Brasília
ÚNICA – União das Indústrias Canavieiras
UNICAMP – Universidade de Campinas
USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender a expansão do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul, tendo por objetivo analisar o processo de consolidação do setor, o papel do Estado através da política de incentivos/mediações e, por fim, as formas de extração da renda da terra em favor da expansão do capital agroindustrial canavieiro.

No decorrer deste texto estaremos utilizando o termo capital agroindustrial canavieiro, por entender que a agroindústria canavieira no Brasil, pode ser considerada como uma integração vertical, ou seja, parte da produção de cana-de-açúcar (produção agrícola) é utilizada como matéria-prima pelas usinas e ao mesmo tempo a cana-de-açúcar é produzida em grande parte pelos proprietários das unidades industriais. Logo, o capital agroindustrial canavieiro no Mato Grosso do Sul, se realizou em um período sob o foco da expansão da produção de álcool, que entrelaçados a interesses políticos legitimou o interesse na elaboração de projetos que deram suporte para a produção canavieira em áreas anteriormente insignificantes, tendo em vista a matéria-prima para a produção de cana-de-açúcar. Porém, os chamados “fornecedores de cana-de-açúcar” ou “fornecedores independentes”, também contribuem no fornecimento de cana-de-açúcar, tendo em vista que no estado do Mato Grosso do Sul no ano de 2007 num total de 15.839.993 milhões de toneladas produzidas, 10% dessa matéria – prima foi fornecida às usinas por produtores independentes, que não arrendam suas terras, mas plantam e colhem cana-de-açúcar.

Neste perfil, é que procuramos utilizar o termo agroindústria, pois, a matéria – prima necessária para a continuidade do processo de produção do álcool, açúcar e seus derivados, corresponde ao fato de que a produção agrícola condiciona o funcionamento da produção industrial, estando as duas articuladas, ou seja, temos a formação da agroindústria canavieira. Uma agroindústria da cana-de-açúcar representa uma seqüência de operações que podem ser assim expressadas: a área agrícola que gera a produção de cana-de-açúcar, a indústria que gera o álcool e o açúcar e dois subprodutos: bagaço e vinhaça, que fomentam a produção de energia de todo o sistema fabril.

Logo a unidade fabril é instalada na área rural, consumindo também, a matéria-prima que vêm do campo, porém, a produção gerada através desse processo, alcança outros espaços, os espaços da cidade, o espaço internacional e nacional de consumo. Na seqüência, o capital canavieiro se consolida dando continuidade a consolidação do setor.

A cana-de-açúcar pode ser considerada totalmente renovável, gera a produção de açúcar, álcool anidro (aditivo para gasolina) e hidratado, além de servir como fonte alternativa de energia realizada com a queima do bagaço, prática utilizada por 70% das usinas instaladas no estado do Mato Grosso do Sul. No mais, sua utilização pode passar pelos produtos biodegradáveis, como por exemplo, na fabricação de plásticos biodegradáveis a partir do açúcar, o chamado PHP (polihidroxibutirato). Logo, os resíduos industriais podem ser reutilizados nas lavouras como fertilizantes, fechando o ciclo da produção, e ensejando o que poderíamos considerar como setor sucroalcoólico (ORTEGA FILHO, 2003, p. 1).

Com o advento da produção de energias renováveis nos últimos anos, a cana-de-açúcar, que era produzida em proporções menores no estado desde a década de 1990, se faz presente no mapa agrícola do Mato Grosso do Sul com maior intensidade, desde o início desta década. Logo, optou-se em analisar como o processo se dá no estado, embora a localização/distribuição das usinas se dá de forma mais concentrada no leste e sul, estando apenas 4 unidades instaladas na porção norte.

Diante desses aspectos, uma das propostas de análises consiste em descobrir como se apresenta a produção da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul, tendo em vista a instalação de diversas unidades agroindustriais canavieiras que podem ser definidas por destilarias anexas, destilarias, e usinas anexas.

O capital agroindustrial canavieiro possui em sua constituição, diferencialidades que se colocam a partir da redefinição de algumas usinas e destilarias autônomas. Com a crise do Proálcool no final da década de 1980, algumas destilarias autônomas que produziam somente álcool, passaram a produzir açúcar, denominadas então de usinas anexas (UA). Já o processo inverso é realizado pelas chamadas destilarias anexas (incorporação da produção de álcool às usinas) (THOMAZ JR., 2002, p. 67-68).

No Mato Grosso do Sul, as unidades que se instalaram no estado nos de 1980, acompanham o processo do Proálcool, ou seja, na sua maioria produziam álcool, com o advento da crise do Proálcool, essas unidades passaram a produzir açúcar. Já para o início deste século, especificamente quando diversas unidades fabris iniciam processo de instalação no estado, prioriza-se a produção de álcool (destilarias autônomas), porém,

as usinas anexas (açúcar) continuam produzindo, principalmente aquelas, construídas na década de 1990¹.

Haja vista, a expansão da produção de cana-de-açúcar e unidades industriais, ocorreu uma preocupação em considerar sob que bases essa produção vinha se fazendo, ao mesmo tempo em que arrendamentos de terras vinham se realizando. Para tanto, buscou-se verificar, se esse processo se encontrava assentado na pequena, média ou grande propriedade, segundo bases de referência de módulos fiscais unidade de medida elaborada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)².

Sendo considerados esses aspectos, não poderia se descartar uma análise sobre o papel do Estado e as articulações que se realizaram, na medida em que a busca por combustíveis renováveis passaram a ganhar força no cenário mundial do etanol. Nestes aspectos, os incentivos fiscais, a organização logística tornou-se fonte de referência para compreender o processo expansivo do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul.

Para o alcance desses objetivos gerais, buscaram-se alguns procedimentos metodológicos, que consistiu primeiramente em uma revisão bibliográfica de autores que trataram sobre o setor sucroalcooleiro, agroindústrias, Estado, distribuição fundiária no Brasil e no Centro-Oeste e organização logística de escoamento de produção.

Num segundo momento, buscou-se um levantamento de dados com informações primárias e secundárias sobre a produção de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, unidades industriais instaladas e principais grupos atuantes no ramo. Já como informação secundária utilizou-se dados do IBGE, INCRA, SEPROTUR, etc., que pudessem fornecer informações referentes a arrendamento, tamanho de estabelecimento entre outros dados correlacionados a cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul.

As informações primárias foram realizadas após a análise dos dados secundários, para possibilitar primeiramente um campo de visão geral sobre o processo. Desta forma, foi possível realizar trabalhos de campo com maior clareza sobre o que antecedia ao processo de expansão da cana-de-açúcar.

Foram realizadas entrevistas junto às usinas, muitas vezes representadas por gerentes agrícolas ou secretários. Como também com proprietários de terras que arrendaram e/ou firmaram contratos de parceria com as usinas e até mesmo outros agricultores e pecuaristas que puderam nos dar informações importantes referentes à

¹ Durante a discussão dessa dissertação, estaremos utilizando o termo (Usina [s]), pois o processo mais recente de instalação das unidades vem sendo tratado com a utilização dessa palavra, tanto pelos meios de comunicação e também em âmbito acadêmico.

como esse setor vem sentido a expansão da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. Realizamos uma consulta com representantes de institutos ambientais, sindicatos e da comunidade em geral como padre, presidente de bairros e outros sujeitos que atuam direta ou indiretamente na área como engenheiros agrônomos, comerciantes de peças agrícolas, máquinas agrícolas, insumos, que nos deram diversas possibilidades de compreensão do setor canavieiro.

A opção por entrevistas, nos fez percorrer diversos municípios, principalmente aqueles que abrigam unidades agroindústrias ou áreas com plantio de cana-de-açúcar e a partir disso, pudemos montar quadros de representação de cada grupo investidor do ramo.

Neste contexto, uma das indagações e objetivos desse trabalho foi o de entender a gênese do capital, saber quem eram os grupos agroindústrias que aqui se instalavam se nacionais, se estrangeiros, enfim, analisar os sujeitos integrantes desse processo. Logo, na medida em que as perguntas foram sendo respondidas, foi possível visualizar as verdadeiras articulações e amarras que o processo expansivo da cana-de-açúcar vem realizando no estado do Mato Grosso do Sul.

Porém, as dificuldades em descobrir o capital acionário, a verdadeira razão social deu mais estímulo e principalmente nos desafiaram ainda mais em buscar compreender esse processo, às vezes obscuro, por qual a pesquisa tentou problematizar. Logo, se utilizou de diversas tentativas de contato com os grupos (por telefone, e-mail, entrevistas marcadas nas usinas com os responsáveis), que muitas vezes, a todo custo tentavam despistar as informações. Mas como a “propaganda é alma do negócio” algumas informações para nós “preciosas” eram liberadas na própria imprensa local, na intenção de fazer valer o sentido de uma “grande empresa”. Os sítios das empresas na internet possibilitaram a coleta dados, informações, que em entrevistas com os responsáveis pelas usinas, algumas vezes eram difíceis de serem obtidas.

Mas é válido destacar que as entrevistas realizadas, agendadas ou não, possibilitaram conhecer detalhes do processo de instalação ou ampliação das unidades agroindustriais. Logo, entendemos que as entrevistas, ou melhor, os trabalhos de campo em geral que realizamos desde 2007, é que responderam grande parte das questões que deram suporte a essa pesquisa.

² O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é de autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970 (Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>).

Outra dificuldade foi selecionar as fontes orais. Como muitos dados foram surgindo durante os trabalhos de campo e também outros sujeitos às vezes ao acaso eram encontrados nas passagens por algum município ou distrito, optamos por não aplicar questionário, mas sim realizar uma conversa direcionada, buscando instigar o entrevistado a falar um pouco do que procurávamos entender. Assim, podemos ter uma visão geral e singular do processo.

A estrutura dessa dissertação consistiu na divisão de 3 capítulos. No primeiro capítulo discutimos a formação do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar no campo brasileiro, a partir da introdução do capitalismo industrial no Brasil, com base em Muller (1989), Delgado (1985), Prado Jr (1979), e Rangel (2005).

No momento que se tem uma nova maneira de produzir alimentos, ocorre uma integração técnica – agricultura/indústria, dando início a “modernização da agricultura” e posteriormente a consolidação do CAI – Complexo Agroindustrial Brasileiro que vai modificar a agricultura existente no Centro-Oeste, que sai de uma base agrícola tradicional para dar lugar à expansão da produção de grãos. Para tanto, as análises sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, vai se dar a partir de 1979, quando se concretiza a criação do estado e no mesmo período instalam-se 9 usinas processadoras de cana, ainda incentivadas pelo Proálcool (Programa Nacional do Álcool).

Através desse perfil, que buscamos discutir e analisar como se concretizou essa primeira fase da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul, verificando a influencia do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool) e do Proálcool no processo de consolidação do setor.

Na seqüência, tentamos analisar o segundo momento do setor sucroalcooleiro no estado, pautado principalmente em verificar a influência dos grupos investidores no tocante a instalação acelerada das agroindústrias de cana e logo se percebeu que sem analisar o papel do Estado essa análise ficaria por aberto, portanto, saber quem são os grupos de investidores (nacionais e internacionais) juntamente ao papel intervencionista do estado, possibilitou verificar como o processo de expansão da cana-de-açúcar vem se realizando no Mato Grosso do Sul.

No segundo capítulo, discutir o mercado mundial do etanol foi primordial para compreender os processos acelerados de instalação de unidades agroindustriais que no estado do Mato Grosso do Sul, vem se realizando. Desta forma, novamente se torna

visível a intervenção no estado, para dar, além de suporte financeiro, também o suporte logístico, tudo em favor da consolidação e ampliação do setor sucroalcooleiro.

Desta forma, procuramos compreender o Mato Grosso do Sul no contexto da integração nacional de desenvolvimento a partir do governo Geisel até as políticas atuais em favor da expansão da matriz energética brasileira, trazendo discussões sobre os discursos proclamados pelo governo estadual em favor da cana-de-açúcar, produção brasileira e estadual do etanol e como o Mato Grosso do Sul se coloca dentro desse processo de produção.

No terceiro capítulo, a análise sobre a renda da terra, tornou-se importante à medida que o preço da terra como também os arrendamentos, tornam-se atrativos para a instalação das unidades agroindustriais. Logo, no contexto do Mato Grosso do Sul, a localização, qualidade e quantidade da terra, podem ser um dos condicionantes na extração da renda terra através da produção de cana-de-açúcar. Pois a renda da terra pode ser extraída nas suas mais diversas formas de exploração tanto no campo como na cidade, é um lucro extraordinário permanente (OLIVEIRA, 1986, p. 73).

Assim, foi possível perceber que inicialmente as usinas na sua maioria, estão monopolizando o território, através da realização de parceria e/ou arrendamentos com os agricultores, porém, a territorialização do capital, foi realizada por poucas usinas, principalmente pelas de capital estrangeiro, que adquiriam terras nas regiões próximas a área industrial. Pois segundo Oliveira (1994, p.52) “o capital monopoliza o território sem, entretanto territorializar-se”, ou seja, no caso dos arrendamentos ou parcerias que se realizam com os proprietários de terras, as usinas primeiramente monopolizam o território sem se territorializar, isso faz parte do processo desigual e contraditório do capitalismo, que pode ao mesmo tempo, realizar a monopolização do território pelo capital monopolista e posteriormente se realizar na territorialização do capital na agricultura através da compra de terras.

Dessa forma, a contribuição geográfica sobre tal fenômeno nos remete a entender os processos e as articulações que ocorrem no espaço e no território sul-matogrossense. A expansão da cultura da cana, que ocorre também na escala nacional, aconteceu de forma acelerada a partir do ano 2000 no Mato Grosso do Sul, embora tenhamos que destacar que o estado, não é iniciante na produção de cana-de-açúcar, cultivo já realizado anteriormente, em menor escala, na década de 1990.

A expansão das agroindústrias de cana-de-açúcar no Brasil e conseqüentemente no Mato Grosso do Sul, provoca um novo “desenho” no mapa agrícola brasileiro, haja

vista, a substituição de pastagens e outras culturas para o espraio da cana-de-açúcar.

O processo de expansão das agroindústrias da cana-de-açúcar no Brasil decorre principalmente do aumento interno como externo do consumo de etanol no mundo, pois, o Brasil é o maior produtor mundial desta matéria-prima e o maior exportador, fato mediado pelo Estado desde o período do início histórico brasileiro, no qual o mesmo intervém na ampliação deste mercado desde a produção de açúcar. Segundo dados da ÚNICA (União das Indústrias Canavieiras), o Mato Grosso do Sul no ano de 2007, ocupava o terceiro lugar em área de expansão de cana-de-açúcar. Fato relevante, que demonstra a ampliação e a importância desse setor em território estadual. Portanto, um mercado em ascensão que atrai investimentos tanto de industriais como produtores rurais em investir na cultura, fazendo com que o campo brasileiro e sul-matogrossense façam parte da ampliação dos espaços da cana.

Neste contexto, entendemos que pesquisas no âmbito das agroindústrias da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, ainda podem suscitar diversos outros trabalhos e análises que tendem a aprofundar esse processo que se realiza acelerado no estado. Nós buscaremos dar continuidade nesta problemática, principalmente por entender que a expansão das agroindústrias e principalmente a colocação do Mato Grosso do Sul no mercado mundial do etanol são fatos a serem pesquisados.

CAPÍTULO 1

O CAPITAL CANAVIEIRO NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL

CAPÍTULO 1

O CAPITAL CANAVIEIRO NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL

1.1 O Capital canavieiro no campo brasileiro

As transformações que ocorreram principalmente a partir da introdução do capitalismo industrial no Brasil (1920/30-1950), resultaram em alterações nos campos econômico e social, ou seja, um novo cenário passa a se desenvolver principalmente nas sociedades do consumo através dos novos alimentos (processados industrialmente), que influenciam em novos hábitos e conseqüentemente exercem mudanças na dinâmica da produção alimentar no Brasil.

O novo pacto de poder que neste período se realiza pelo latifúndio que se volta para o mercado interno e pelo capital industrial, começa o movimento de substituição de importações impulsionadas pelo Estado no início da consolidação da industrialização (MEDEIROS, 2006, p. 42). A partir do final da década de 1960, ocorre um momento de transição na agricultura, pautados principalmente em dois aspectos primordiais que serão apontados a seguir neste texto, sendo a mudança da base técnica na agricultura e a consolidação do Complexo Agroindustrial Brasileiro – CAI (DELGADO, 1985, p. 19).

Essa transformação fica pautada principalmente no momento em que se tem um novo perfil econômico interno brasileiro que influenciado pelo pólo interno (pólo principal e dominante)³, inicia um processo de adequação ao mercado, ou seja, um *“aprofundamento da integração técnica-agricultura-indústria”* (MEDEIROS, 2006, p. 111-112).

Na agricultura anterior a década de 60, se realizava principalmente pela produção de bens primários, logo, com a transformação da base técnica pautada na economia industrial incide diretamente no modo de organizar a produção, privilegiam-se os setores agro-exportadores, que impulsionados pela expansão das exportações, passaram a produzir também para a indústria visando o mercado externo e interno a

³ O pólo externo é considerado por Ignácio Rangel (2005), como uma existência dual de produção, de relações que se processam no tempo do desenvolvimento do capitalismo. Essa dualidade se encontra em pólo interno (pólo principal da dualidade) e pólo externo, que historicamente se encontra defasado em relação às fases por quais passou o pólo interno. No pólo interno, situam-se as relações de produção vigentes dos países centrais (Europa), desencadeadas por uma sociedade dominante (Rangel [2005] chama de sócio-maior), que exerce influência nas relações de produção do pólo externo. Já o pólo externo

partir dos bens de consumo, ou seja, estimulou-se o desenvolvimento do mercado interno.

Desta forma, podemos considerar esses processos como a “*transformação da base técnica da agricultura*”⁴, a que se voltam enquanto processo de transformação dos meios de produção de “insumos naturais” para a “produção industrial” (DELGADO, 1985, p. 33). Nesta dinâmica capitalista, uma parte dos produtos da agricultura abastecia a indústria e a indústria respondia com insumos e necessidades até mesmo de consumo para a agricultura.

Em contrapartida, além de ocorrer essa “*transformação na base técnica da agricultura*”, se tem um problema atrelado pela expansão das exportações, que é a superprodução de alguns produtos como o café (SAMPAIO E MEDEIROS, 2005)⁵, e consubstancialmente a divisão social do trabalho.

O Estado teve papel preponderante no processo, ao passo das políticas de incentivos ao setor agrário no período, como as realizadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Nestes aspectos, a incorporação de extensões de terras, como o Centro-Oeste, ainda não articuladas ao sistema agrícola e exportador passou a ser atrativos desse sistema.

A abertura de novos territórios implica na capacidade de oferecer meios para a ampliação do capital, sendo, portanto, a capacidade de produzir mais e melhor em menos tempo. Nesses aspectos, tem-se a necessidade da modernização que reestrutura o trabalho e o território.

O Centro-Oeste se constitui nesse cenário, a partir da expansão da fronteira do capital nos cerrados brasileiros, logo esse território passa a ser mais valorizado, tecnificado e especializado, sendo diferenciado pela sua capacidade de oferecer rentabilidade as condições de ordem técnica organizacional do sistema (BERNARDES, 2007, p.3). Direcionam-se funções a esse território, voltados para a capacidade

corresponde às relações de produção emergentes e possui uma sociedade que na dualidade seguinte se tornará dominante (pólo interno).

⁴ Para Delgado (1997, p. 19) “a mudança da base técnica da agricultura significa que a sua reprodução ampliada passa a depender menos de dotação de recursos naturais utilizados e dos meios de produção produzidos em escala manufatureira e, cada vez mais, dos meios de produção gerados num setor especializado da indústria (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, concentrados, máquinas em geral, sobressaindo tratores e colheitadeiras etc.).

⁵ Nos meandros da questão agrária, não estaria o campo do século XXI, reproduzindo os mesmos problemas enfrentados na década de 1960? O contingente populacional rural absorvido em partes pela indústria naquele período não amenizou os impactos no campo e tão menos o faz agora, nem com as populações do urbano nem do rural. A superprodução de alguns produtos como cana-de-açúcar, soja, milho, continuam visando principalmente o mercado externo.

produtiva agrícola, conduzindo dessa maneira a ordem fundada na acumulação do capital.

Nesses aspectos, a chamada “modernização da agricultura”⁶ resultou no aperfeiçoamento, principalmente tecnológico da agricultura e em diversos processos, (ampliação da produção, aperfeiçoamento da técnica, informação, planejamento) que se estenderam nas relações de produção, e principalmente na utilização de instrumentos eficazes contra os problemas climáticos, ou seja, de certa maneira, o controle da natureza.

Logo se entende que a “modernização” não se realizou em termos absolutos como afirma Prado Jr (1979), ou seja, não atingiu a todas as propriedades agrícolas de maneira homogênea, porém, refletiu na organização do sistema agrícola, que mesmo resistindo a essa modernização, pode sentir as suas ações até os tempos atuais. Assim, Prado Jr (1979, p. 27) faz a seguinte colocação:

A elevação do nível tecnológico das atividades rurais parece reunir todos os fios da meada, e constituir a maneira de atender a todos os interesses em jogo. É isso pelo menos que se ouve mais freqüentemente afirmado. Mas ainda aí é preciso distinguir, porque de um lado, a avaliação de uma técnica não se pode fazer em termos absolutos, sem consideração a outras circunstâncias que a fazem ou não recomendável em dada situação.

A técnica e o capital por não se realizar homogeneamente garantiram que a agricultura tradicional não desaparecesse por completo, porém, sentindo as transformações, ou seja, a “modernização da agricultura” representou a entrada do capitalismo do campo, que através do padrão tecnológico implantado direcionou a expansão do complexo agroindustrial que não foi totalmente absorvido pelos pequenos produtores. Nesse processo, teve importância o crédito rural subsidiado, que foi destinado na sua maioria para as regiões do Centro-Sul (SOUZA E LIMA, 2003, p. 1). Desta forma as ações excludentes desencadeados por ela, são características do processo desigual e contraditório realizados pelo capitalismo.

Até a década de 1970, a organização/formação das agroindústrias repercutiu diretamente na busca de padrões tecnológicos que atendessem a produção rural, que

⁶Essas transformações na configuração do espaço rural se deram, principalmente a partir da década de 1960, em grande medida devido à intensificação da industrialização e urbanização. Esse processo está articulado ao aumento no uso de produtos químicos nas lavouras e maior integração com os setores industriais.

neste período encontrava na importação de meios de produção industrial o suporte de tecnificação da agricultura, além é claro, de encontrar na economia multinacional e na centralização de capital o aparato necessário para a reprodução da agroindústria e consequentemente formação do complexo agroindustrial brasileiro. Para Muller (1989, p. 63) “a constituição do CAI é produto da modernização (...) a manutenção e expansão do CAI constituem-se no principal vetor da modernização”.

Nestes aspectos, o território sul mato-grossense tem a partir da década de 1960, mas com mais intensidade em 1970, a migração de trabalhadores em busca de terra e trabalho, ampliação da ciência e tecnologia, introduzindo dessa forma, novas relações no espaço. Relações que se estabelecem a partir de um suporte político, econômico e social de um lugar que passa a fazer parte do cenário nacional de produção através principalmente da pecuária e produção de grãos. É neste período que é fundado o Centro de Pesquisa Agropecuário do Oeste (Embrapa Agropecuária Oeste), com o intuito de atender as demandas de pesquisa sobre o agronegócio do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná e São Paulo⁷.

O Centro-Oeste, como parte integrante da expansão do capitalismo, respondeu ao ajuste da transformação da base-técnica. A passagem da agricultura tradicional a uma agricultura “moderna” e também nos demais setores agropecuários, consolidou o sistema produtivo do capitalismo.

Sobre a agricultura no Centro-Oeste, Mesquita (1989, p. 156-157) mostra que,

(...) os novos rumos produtivos ocorridos no Centro-Oeste estiveram intimamente associados a transformações na base técnica da produção agropecuária. A modernização da agricultura representou sem dúvida, um aspecto caracterizador da evolução da agropecuária regional, tendo se baseado, essencialmente, na adoção e no emprego de equipamentos mecânicos e de insumos de origem industrial. As características físicas da Região, e em especial, as das áreas de cerrado com topografia plana e solos ácidos e com deficiências em nutrientes, abriram às indústrias de máquinas e de insumos químicos um amplo mercado consumidor de insumos.

Há espaços em que a agricultura tradicional se adapta as novas formas de produzir na agricultura, tanto a partir de capital, quanto de solo e técnica, porém, o que se entende é que os reflexos da “modernização da agricultura” são sentidos em todas as formas de realização da agricultura, sendo ela tradicional ou não. As técnicas são

⁷ (<http://www.cpao.embrapa.br/unidade/historico.html>).

aperfeiçoadas e substituídas, as ferramentas anteriormente fabricadas na propriedade agrícola tradicional podem ser fabricadas na indústria e adquiridas no comércio especializado, como expõe Rangel (1990, p. 56-57),

(...) ao invés de a camponesa elaborando o algodão para convertê-lo em pano, com a ajuda de primitivos instrumentos manuais de madeira, teremos a operaria fazendo exatamente a mesma coisa, só que muito melhor e com imensa economia de tempo, em fábricas modernas, comandando o equipamento semi-automático, tendendo para a total automatização. Este o sentido último do desenvolvimento.

No viés exposto por Rangel (1990), podemos perceber a técnica como fator indispensável para o desenvolvimento, se articulando na agricultura através do progresso da especialização, ou seja, “muda o modo de produção na atividade irradiada, expelida para fora do complexo, e ao mesmo tempo, simplifica-se o mesmo complexo” (RANGEL, 1990, p. 57).

Para Paiva *apud Neto* (1997)

a teoria da modernização agrícola apóia-se basicamente na criação e difusão de nova tecnologia, ou seja, na criação de novos conhecimentos e de novos insumos que trazem aumentos de produtividade dos fatores empregados nas atividades agrícolas, assim como a geração adicional de renda. E a estratégia do desenvolvimento agrícola assenta-se, por sua vez, na intensificação de pesquisas que criem esses conhecimentos e esses insumos, e na difusão dos mesmos por maior número de agricultores, pois desse modo pode-se ter aumentos de produção e de produtividade, assim como a geração adicional de renda que impulse o crescimento econômico.

Para o êxito da “modernização da agricultura” além é claro de agricultores aptos a esse desenvolvimento, se fazia necessário principalmente, um mercado consumidor que absorvesse a produção gerada tanto pelo mercado interno quanto externo. Portanto nessa organização da agricultura como também da indústria, alavancadas pela expansão das exportações, só pode ser iniciado porque a conjuntura interna brasileira estava preparada para esse processo.

Ora, a sociedade brasileira também estava alterando o seu curso de desenvolvimento, uma sociedade consumista, uma agricultura que possuía condições de gerar excedentes para atender outros mercados, empresas de máquinas já produziam maquinários mais completos visando também o mercado consumidor interno, ou seja, a

tecnologia se fazia presente e a partir do momento que se visaram outros mercados, a estrutura capital industrial, agrícola, comércio e de comunicações, estava preparada para as exportações e conseqüentemente industrialização do país.

Para tanto, a formação das agroindústrias nas novas fronteiras agrícolas do país como o Centro-Oeste, refletem que a questão agrária brasileira não sofreu influências apenas, para garantir o abastecimento do mercado externo, mas também, para organizar um setor capitalista agrícola nas demais regiões brasileiras e estimular o consumo interno do país.

Nestes aspectos concordamos com Lamoso (2001, p. 19), quando enfatiza que a industrialização não se realiza somente buscando o mercado exterior,

a industrialização ocorre não exclusivamente voltado para fora, através da produção de exportações, mas também para dentro, dependendo dos impulsos do centro dinâmico. Em determinado momento histórico, a industrialização brasileira passa a ocorrer não mais somente em função da conjuntura externa, mas passou a gerar seus próprios ciclos internos de desenvolvimento.

Portanto, podemos considerar a industrialização como um processo vinculado a transformações tecnológicas e econômicas de um país. Logo, para a sua reprodução necessita da população industrial, e é no interior da fazenda agrícola que se transfere para as fábricas os braços para multiplicar a produção que se pode obter para cada hora de trabalho (RANGEL, 2004, p. 40) ⁸. Multiplica-se a produção, multiplicam-se as populações na cidade. O campo que agora produz para a indústria, e através da tecnologia não necessita de muitos braços para o trabalho na agricultura, porém, neste período eles são necessários na cidade, nas fábricas de transformação, para transformar aquilo que uma vez era produzido por suas mãos. Nesse processo temos aquilo que Rangel (1990) chamou de “A abertura do complexo Rural”.

Essa estrutura no ramo industrial articulado a agricultura, possibilitou a transformação da base técnica, ou seja, a agricultura tradicional anteriormente realizada encontrou no ramo industrial promotora de insumos, a base de desenvolvimento no campo e a formação do Complexo Agroindustrial Brasileiro. Ao passo, que ocorre a

⁸ diferença de produtividade entre a mão-de-obra empregada em atividades “industriais” em âmbito rural e em âmbito urbano constitui a principal fonte de recursos para a capitalização. As condições de produtividade urbana permitem-lhe uma maior divisão e uma maior concentração. Eis aí as condições essenciais para a introdução de novas técnicas e para a criação dessas novas técnicas (RANGEL, 1990, p. 42).

passagem do complexo rural brasileiro para o complexo agroindustrial é quando se tem a formação do mercado interno brasileiro.

No Mato Grosso do sul, buscaremos compreender esse processo a partir da entrada da agroindústria canavieira no campo, tendo em vista as últimas transformações que ocorreram recentemente em função do aumento da produção/plantação de cana-de-açúcar no estado e conseqüentemente a instalação de diversas unidades fabris (usinas).

Neste perfil as *comodities* agrícolas de grãos como também a cana-de-açúcar, expandem a produção principalmente com a aplicação de técnicas e intensificam a exportação (MEDEIROS, 2006, p. 15); já a cana-de-açúcar encontra além da técnica os incentivos oficiais promulgados pelo Programa de Modernização da Agroindústria Canavieira, e que conseqüentemente refletem na produção e visam o mercado externo.

Para Espíndola (1999), essas agroindústrias estavam estruturadas em 5 grandes fases, sendo elas: 1º) fase que compreende o período anterior ao século XIX, instalação dos engenhos de açúcar; 2º) fase entre o século XIX e a década de 30, moinhos de trigo, indústrias de óleos e vegetais, frigoríficos e usinas de cana-de-açúcar; 3º) fase meados da década de 40 até 1970, frigoríficos no Brasil Central Pecuário, agroindústrias de suínos e aves no sul do país. Período que marca a entrada das agroindústrias multinacionais⁹; 4º) fase período de 1970 a 1990, estabelecimento das agroindústrias no sul do país, via modernização tecnológica e centralização do capital¹⁰; 5º) fase sobreposta à anterior em termos de período, período que indica os novos processos de reestruturação agroindustrial devido à mudança de hábitos alimentares e o surgimento de diversos conjuntos de tecnologia (ESPÍNDOLA, 1999, p. 16).

Falar de agroindústria a partir da década de 70¹¹ no qual a estrutura agroindustrial se fazia presente por diversas regiões do país (ESPÍNDOLA, 1999), condiciona a uma perspectiva que se volta a perceber a emergência de uma política de incentivos, sendo o mercado externo visado como o “mote” de desenvolvimento através do fornecimento de produtos semi-processados e manufaturados. No entanto, a outra perspectiva se pauta na consolidação de um padrão de consumo interno, tipicamente urbano (RAMOS e REYDON, 1995),

⁹ No início dos anos 60, ganha impulso à pesquisa agrícola e pecuária com a reorganização do Ministério da Agricultura. A Lei delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962, criou diversos institutos de pesquisa, como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) (DINIZ, 2006, p. 90).

¹⁰ Período que estaremos detalhando no capítulo 2.

¹¹ Segundo Muller (1989, p. 69) “A agricultura participava em mais de 40% na composição do CAI brasileiro em 1970 e em 38% em 1980; ao passo que na composição do CAI paulistas ela participava com cerca de 23%”.

Segundo Araújo (1990), duas modificações importantes podem ser verificadas no setor:

- 1) Da porteira da fazenda para dentro, a tendência é de especialização do produtor na atividade fim que é a produção, passando-se uma série de trabalhos antes realizados pela agricultura para agentes externos.
- 2) Da porteira da fazenda para fora, estabelece-se um parque industrial moderno capaz de fornecer bens de capital e insumos modernos, como as máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, fertilizantes, sementes melhoradas, defensivos, vacinas, medicamentos, rações, entre outros.

A partir disso podemos definir a agroindústria como aquela que faz a primeira transformação do produto, como são os casos das usinas de açúcar e álcool, indústrias de óleos, laranja e outros que transformam a matéria-prima provinda da agricultura, “segmentos estes que mantêm lógicas concorrências facilitando seu tratamento e localização” (BNDES, 1988). Cabe ressaltar que não devemos restringir a agroindústria somente no processo de transformação dos produtos agropecuários, mas sim entender a agroindústria principalmente brasileira, como aquela que no campo separou as formas artesanais – manufatureira das formas industriais de produção juntamente com incentivos do estado para a exportação.

No enfoque de Brasil, a formação do Complexo Agroindustrial se deu a partir de características nacionais, ou seja, não se realizou como na Europa ou América do Norte, onde ocorreu uma agricultura industrializada, incorporada à dinâmica do Capital Industrial (MÜLLER, 1989). No caso brasileiro, o CAI realizou-se a partir de uma “modernização localizada” (MÜLLER, 1989), como podemos perceber em (ESPÍNDOLA, 1999), pois a técnica e/ou a “modernização” não se difundiu homogeneamente por todo o país, ocorrendo desigualdade na organização desse processo, que por ora, se deu principalmente nas regiões com maior potencial agrícola, como o sudeste e sul do país.

O Brasil na década de 1970 possuía um aparato agroindustrial que atingia diversas regiões do país, como o centro-oeste, por exemplo, e ganha fôlego a partir da metade do século XX com a expansão da fronteira agrícola baseada através de políticas públicas de ocupação dessas regiões, como os incentivos do governo com a “marcha para o oeste” (Governo Getúlio Vargas), e com a construção de uma malha rodoviária e

ferroviária¹², transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília, e somada às políticas de indução e transformação tecnológica com a implementação da “modernização da agricultura” viabilizou a ocupação agrícola do centro-oeste, que em sua maioria constituído de terras planas (DINIZ, 2006). Logo, o estímulo à migração de sujeitos de diversas outras regiões, respondeu ao projeto do governo, que não via desenvolvimento econômico até então pela população indígena, cabocla, paraguaia e outros ali instalados.

A região Centro-Oeste a partir principalmente da década de 70, percebe uma mudança no eixo de produção, ou seja, aquela agricultura tradicional realizada através da pecuária em pastos nativos e de uma produção agrícola de subsistência como comentamos no início deste capítulo, altera a sua ordem na produção. Com a “modernização agrícola” intensifica-se o processo de tecnificação da lavoura, que reflete no aumento de produção de grãos e produção pecuária, e passam a comercializar seus produtos no mercado interno e externo, conseqüentemente o que atrai empresas multinacionais para a região, implementando nesse período diversos armazéns para a captação de grãos, estimulando a comercialização agrícola.

Para tanto, as análises que se realizaram até aqui, se dão na busca de compreender como o Brasil na sua formação territorial e expansão da técnica na agricultura principalmente a partir de 1960, refletiram na formação de uma agricultura que sempre teve papel de destaque na economia brasileira. Neste contexto, o Mato Grosso do Sul juntamente com os estados do Norte do país, foram na década de 1960 e continuam sendo estados que o Estado exerce um papel de direcionamento de políticas de expansão, como do capital monopolista, e aí corporificado pelas agroindústrias.

A análise do desenvolvimento histórico da modernização da agricultura e formação dos complexos agroindústrias no Brasil demonstrou como esse processo se realizou num contexto nacional de incorporação de técnicas, no qual o Mato Grosso do Sul estava inserido. As políticas agrícolas do Estado e desenvolvimento do capitalismo no campo favoreceram que o Mato Grosso do Sul se inserisse numa política expansionista da produção agrícola. A partir da modernização da agricultura e formação das agroindústrias, o Estado subsidiou a instalação de frigoríficos e moinhos

¹² Cabe destacar a construção da ferrovia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que permitiu a ligação de Campo Grande, Aquidauana, Dourados e Miranda a São Paulo em 1911 (BACKES, 2005). Segundo Diniz (2006, p. 56) “a construção da ferrovia Noroeste do Brasil estimulou a indústria pastoril e atraiu imigrantes japoneses e alemães. Destaca-se a constituição de novos municípios, dentre eles Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Aquidauana, Campo Grande, Três Lagoas, Ponta Porã e Porto Murtinho”.

de trigo e arroz na década de 1970, além de incentivar trabalhadores para as áreas ainda despovoadas do Brasil, como o Centro-Oeste.

Sendo assim, os rumos tomados pela agricultura atualmente no estado e que trataremos no próximo item, tornam-se reflexos das ações políticas de incentivos e investimentos de outrora, consubstanciados pela modernização agrícola, produção agrícola para o mercado externo, entre outros. Logo, a produção de cana-de-açúcar fez parte deste cenário, pois com os incentivos realizados pelo Proálcool entre 1979-1989, instalaram-se 9 unidades no estado.

1.2 O capital canavieiro no Mato Grosso do Sul

A partir de 1980, o Centro–Oeste e conseqüentemente o Mato Grosso do Sul, que até 1979 pertencia ao estado de Mato Grosso, ancorado nas políticas de expansão das agroindústrias pelas fronteiras agrícolas do país, recebem empresas de diversos ramos para atender a demanda principalmente de grãos. Instalam-se dois grandes grupos internacionais do ramo, Cargil e Bunge, além de empresas do ramo sucroalcooleiro vindos do Nordeste e do próprio estado, como destaca Andrade (1994, p. 135) “Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (...) tornaram-se importantes produtores de cana-de-açúcar e de álcool nos últimos 15 anos, em conseqüência da política do Proálcool”. Logo, o estado do Mato Grosso do Sul, passa a ser um dos pontos de atração de empresas do ramo sucroalcooleiro do nordeste.

A região produtora de cana-de-açúcar do nordeste vinha há alguns anos passando dificuldades no setor, devido às quedas de safras seqüentes. Conseqüentemente, alguns grupos foram à falência, provocadas por esgotamento dos solos, superprodução e inversão do pólo canavieiro, no qual o estado de São Paulo amplia suas relações no ramo e se aproveitando a queda de produção do nordeste investia neste ramo, tornando-se o maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil, prejudicando as transações comerciais e financeiras do nordeste.

Segundo Andrade (1994, p. 139-140);

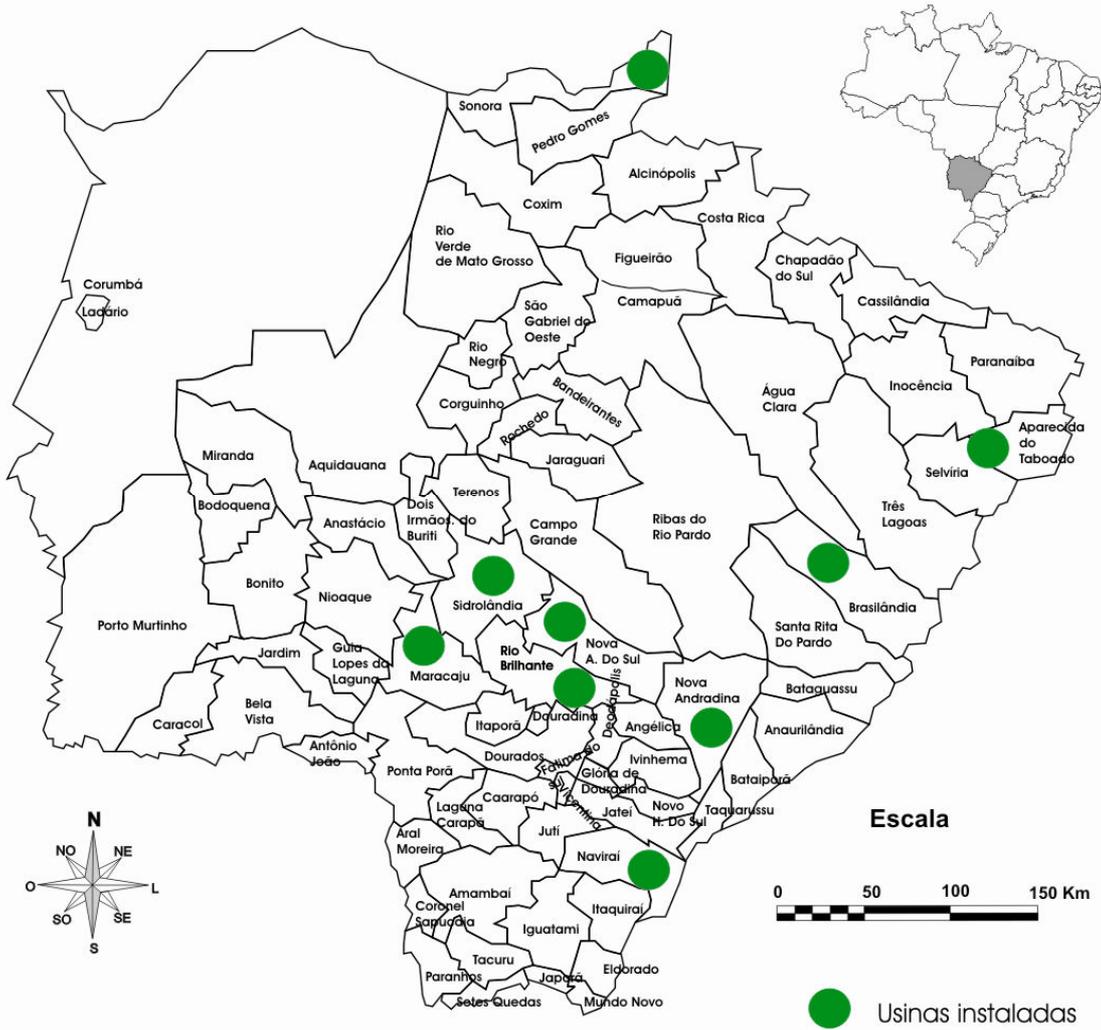
O crescimento da cultura da cana, porém, só se tornaria exponencial a partir de 1979, quando o Proálcool passou a financiar a implantação de destilarias de álcool em todo o país, e os estados do Centro-Oeste – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – tornaram-se centros de atração de capitais de São Paulo e do Nordeste (...). Nos anos 80, grupos empreendedores, como o Moura Andrade, no município de Nova

Andradina, por ele fundado, o grupo Ometto, que participava de empreendimentos com o emprego de vultuosos capitais na Serra da Bodoquena, e os grupos pernambucanos Tavares de Melo e Pessoa de Queiroz, na região de Rio Brilhante, instalaram destilarias.

Desta forma, o Proálcool, pode ser considerado a fonte principal da instalação de destilarias no estado do Mato Grosso do Sul, principalmente como programa incentivador da produção de álcool.¹³ Porém, o programa não incentivou apenas grupos que já atuavam no ramo no nordeste e São Paulo, mas também empresários do Mato Grosso do Sul, que detinham a propriedade da terra e possuíam capital proveniente da pecuária e/ou produção de grãos. Portanto, é a partir do Proálcool que o Mato Grosso do Sul entra na rota da produção de cana-de-açúcar.

¹³ Não foram encontrados registros em diversas fontes bibliográficas sobre a produção de açúcar no estado do Mato Grosso do Sul. O que se sabe é que até 1935, segundo um levantamento realizado pelo IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), existiam 76 engenhos no Mato Grosso, com produção inexpressiva de açúcar (ANDRADE, 1994, p. 138).

Mapa 1 - Mato Grosso do Sul: usinas instaladas - 1979 - 1990



Elaboração: Thaine R. Backes e Marcos L. Mondardo.
Fonte: Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento - IMAD.

Tabela 1. Relação das usinas de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul na década de 1980 e origem do capital.

Usinas	Fundação (ano)	Grupo	Origem do Capital (estado)	Fundos
Usina Santa Quitéria (Aparecida do Taboado)	1983	Grupo Santa Quitéria	São Paulo	Próprio/ Proálcool
Santa Olinda (Sidrolândia)	1982	Grupo José Pessoa	Alagoas	Próprio/ Proálcool
Coopernavi (Naviraí)	1983	Cooperativa	Mato Grosso do Sul	Próprio/ Proálcool
Debrasa (Brasilândia)	1983	Grupo José Pessoa	Alagoas	Próprio/ Proálcool
Usina Maracajú (Maracajú)	1982	Grupo Tavares de Melo	Pernambuco	Próprio/ Proálcool
Usina Passa Tempo (Rio Brilhante)	1982	Grupo Tavares de Melo	Pernambuco	Próprio/ Proálcool
Usina Santa Fé (Nova Alvorada do Sul)	1982	Grupo Benedito Coutinho	Alagoas	Próprio/ Proálcool
Usina Santa Helena (Nova Andradina)	1982	Grupo Benedito Coutinho	Alagoas	Próprio/ Proálcool
Usina Aquarius (Sonora)	1979	Sr. Raul Kelvin Thuin	Mato Grosso do Sul	Próprio/ Proálcool

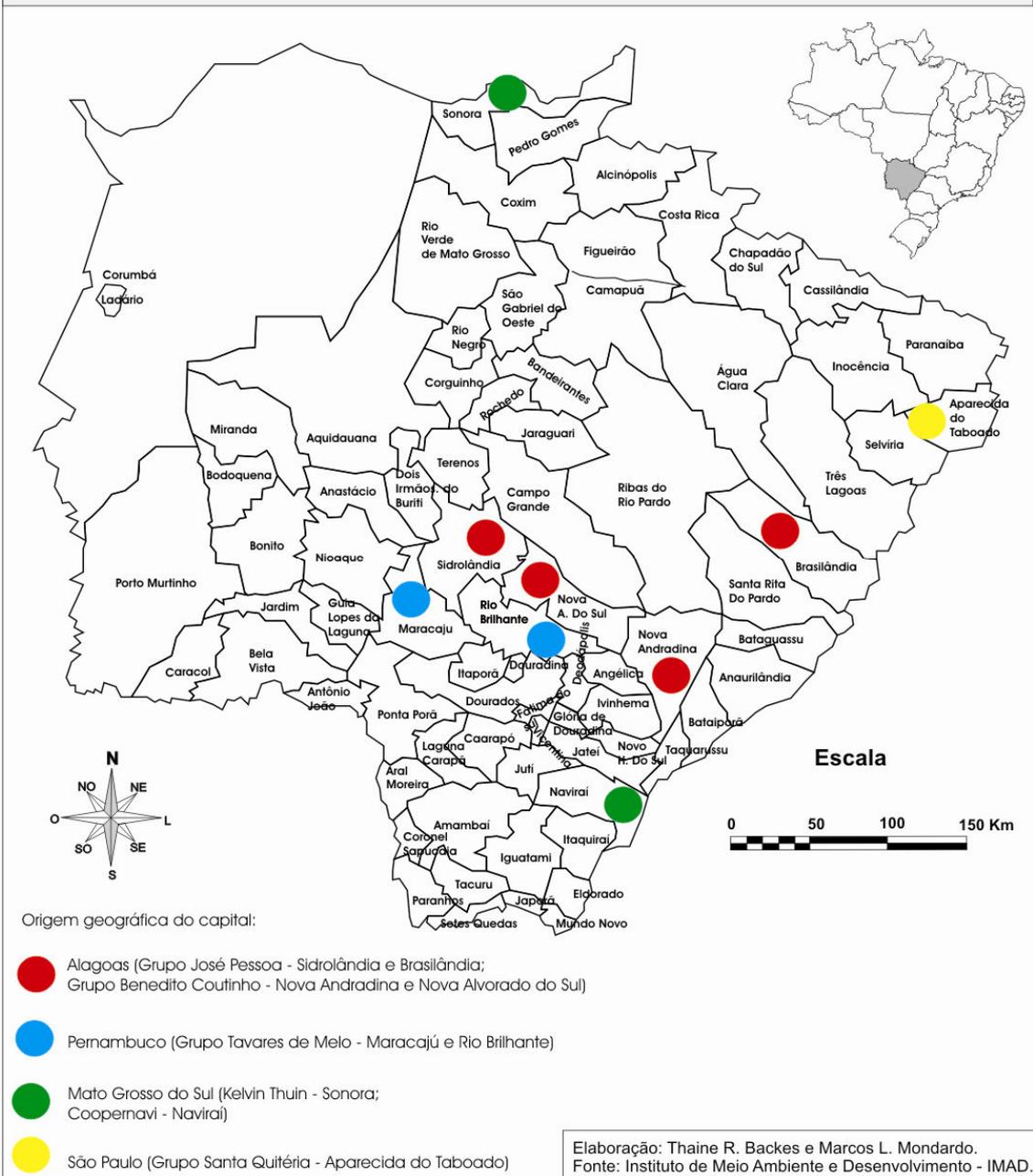
Fontes Diversas.

Conforme destaca Baccarin (2005) a partir de dados do Cenal (1986), ressaltando que novos empresários, principalmente agricultores que se dedicavam a outras atividades agropecuárias, passaram a investir na produção sucroalcooleira. A produção expandiu-se na direção oeste de São Paulo, norte paranaense e Centro-Oeste. No Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás não constavam produção de álcool antes

do Proálcool. Já em dezembro de 1985, estes estados eram responsáveis por 11,6% da capacidade produtiva instalada de álcool no Brasil.

Nesta perspectiva as 9 agroindústrias de cana-de-açúcar que se instalaram no Mato Grosso do Sul na década de 1980 (Mapa 1), pertenciam a 3 grupos nordestinos sendo que 2 destes surgiram a partir de empresários residentes no estado, conforme podemos visualizar no mapa 2. É válido destacar, que na década de 1980, as 9 usinas eram de origem nacional, porém, já no ano de 1983, a usina Aquarius é vendida para um grupo internacional, portanto, a produção de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, se desenvolve inicialmente por um programa (Proálcool) e tecnologia gestados por grupos nacionais com apoio do Estado.

Mapa 2 - Mato Grosso do Sul: Origem geográfica do capital - 1980



A primeira usina de cana-de-açúcar instalada no estado foi a usina Aquarius, que pertencia ao coronel do exército Sr. Raul Kelvin Thuin, que ganhara 10.000 ha de terras de seu tio o comandante da Cia de Aviação Para Missões Especiais o Sr. Maurício Coutinho Dutra, amigo de Getúlio Vargas e ligado ao PTB.

Ao receber essas terras, Sr. Raul contratou a empresa de consultoria Planec de Campo Grande para avaliar o que seria possível produzir nessa área, além da construção de um núcleo urbano. Após uma conversa com Lamartino Navarro, precursor do Proálcool, resolveu investir no ramo da energia alternativa. Em 1977, começou a construção da primeira usina de álcool projetada do Brasil para a região de cerrado. No ano de 1979, entrou em operação a usina, que contava com 850 funcionários, que já residiam no núcleo urbano. Devido a problemas na administração, a usina é vendida em 1983 para o Grupo Giobbi do Mato Grosso do Sul e Cigla (subsidiária da FIAT italiana), e passa a se chamar Companhia Agrícola Sonora Estância. Desde então o mesmo grupo atua na administração da usina¹⁴.

Já a Coopernavi, localizada em Navirai, era baseada num sistema de cooperativa, que perdurou somente na década de 1990, após foi transformada em capital particular, o que altera sua razão social para Usinavi. Cabe destacar, ainda, que já na década de 1980, ocorria uma concentração de usinas na porção mais ao sul do estado, região com topografia plana e solos adequados com fertilidade de acordo para o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar.

Um fato marcante na formação das agroindústrias canavieira no Mato Grosso do Sul, foi a instalação de 6 unidades, entre os anos de 1982 e 1983, com origem de capital nordestino, que pertenciam a 3 grupos (grupo Tavares de Melo – Pernambuco e grupo José Pessoa – Alagoas e Benedito Coutinho - Alagoas).

Nesse contexto, a instalação de unidades industriais com capital nordestino no Mato Grosso do Sul, remontam a entender que esse processo se realizou devido a algumas articulações do Estado com os grupos empresariais que se mantinham estáveis economicamente no nordeste e transferiam seus recursos para o investimento em outras regiões brasileiras como o Centro-Oeste.

Os incentivos provindos do Proálcool possibilitaram aos usineiros ampliar as atividades industriais; logo, aliado a um período de recessão e inversão no pólo de produção de cana-de-açúcar para o sudeste, os empresários nordestinos que possuíam

¹⁴ Disponível em: <http://www.usinasonora-ms.com.br/programas.htm>.

capital suficiente para superar a crise, buscaram investir em outros ramos de produção ou ampliar seus negócios criando outras unidades (destilarias/usinas) em outros estados brasileiros.

Os grupos que possuíam capital para investir e ou que estavam ancorados com subsídios do Proálcool, tiveram facilidades para essa ampliação da produção canavieira para regiões brasileiras que não estavam articuladas a produção de cana-de-açúcar. Cumpriam-se os objetivos do governo em ampliar essa região produtora e dos empresários nordestinos de se manter ativos economicamente sem prejuízos no ramo. Segundo Thomaz Jr. (2002, p. 79),

Em geral, a diminuição da produção de açúcar como de álcool, verificada a partir de meados dos anos 80 (safra: 1985-86), para o conjunto dos Estados produtores, particularmente no N/NE, é acompanhada de “falências” (...) É bom frisar que o número significativo das “falências”, nesse período, está associado, principalmente no Nordeste, à transferência das plantas fabris e das cotas de produção das empresas sucro-alcooleiras, em especial as de Pernambuco e de Alagoas, como parte da estratégia de realocação econômica para outros estados.

Nestes aspectos, a vinda dos grupos José Pessoa e Benedito Coutinho de Alagoas, além do grupo Tavares de Melo de Pernambuco, confirmaram as articulações desenvolvidas pelo Estado, como também a estratégia de atuar num lugar novo no ramo sucroalcooleiro e de encontrar no investimento a “fuga” para crise que se instalava no setor¹⁵.

O Proálcool (Programa Nacional do Álcool) resultou de uma política de incentivos a produção de álcool a partir da década de 1970, direcionando subsídios a instalação de destilarias por diversas regiões do país. Muitas das usinas que produziam apenas o açúcar passaram a implantar as chamadas destilarias anexas.

Segundo Bray *et al*, (200, p. 55-56),

O PROÁLCOOL é um programa federal, administrado pelo Ministério da Indústria e Comércio através da CENAL – Comissão Executiva Nacional do Álcool. O seu objetivo foi o de aumentar a produção de safras agro-energéticas e a capacidade industrial de transformação, visando à obtenção de álcool para a substituição da gasolina, assim como incrementar o uso no setor químico.

¹⁵ Os subsídios prestados pelo programa foram motivados pelas altas somas de dinheiro “fácil e barato”, aliados aos prazos de carências amplas para o ressarcimento. Para maiores detalhes, ver Thomaz Jr. (2002, p. 80).

Portanto, a partir desse processo de agroindustrialização da cana-de-açúcar, pode-se definir o Proálcool dentro de três fases, das quais o Mato Grosso do Sul se insere no contexto nacional de produção de combustíveis renováveis.

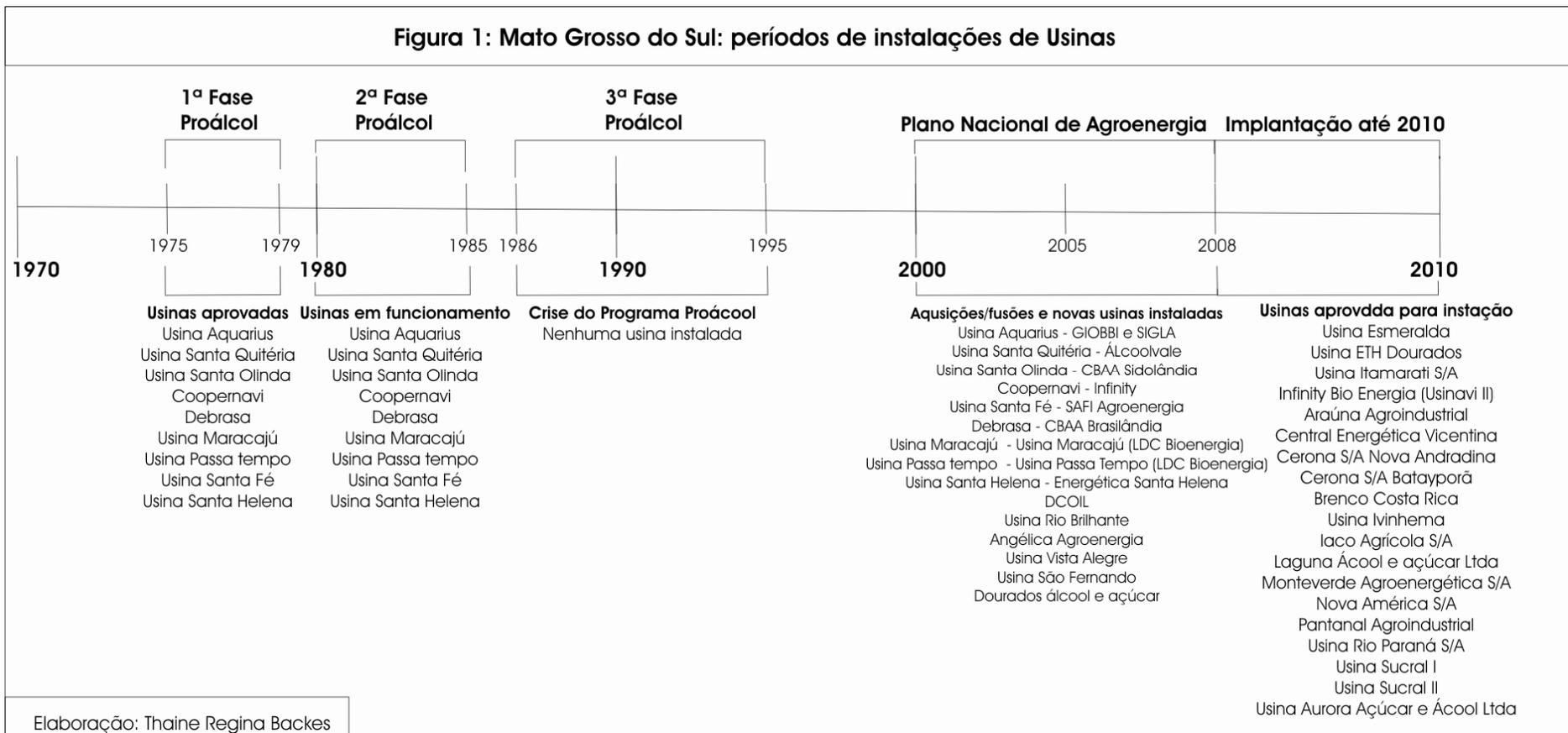
No conjunto do setor agroindustrial, o setor canavieiro passou por três fases de desenvolvimento, definidas pelo Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL):

- a) Primeira fase (1975-1979)¹⁶ – caracterizada pelo crescimento moderado, onde prevalecia o modelo subvencionista como padrão de sobrevivência, destacando a produção de álcool anidro (adicionado à gasolina). Neste período foram *aprovadas* 9 destilarias autônomas no estado do Mato Grosso do Sul (Usina Aquarius, Usina Santa Quitéria, Usina Santa Olinda, Coopernavi, Debrasa, Usina Maracajú, Usina Passa Tempo, Usina Santa Fé, Usina Santa Helena), representando 8,22% das destilarias instaladas no Centro-Sul. Já a produção de álcool ainda era pouco expressiva perante a média nacional, com 0,40% ou 13.718 m³ de litros de álcool (BRAY et al, 2000, p. 59).
- b) Segunda fase (1980-1985) – aumentou-se consideravelmente a produção de álcool hidratado, o chamado álcool combustível. Neste sentido, as 9 usinas aprovadas na primeira fase no Mato Grosso do Sul, entram em funcionamento nessa segunda fase. Na safra de 1985/1986, por exemplo, o estado de Mato Grosso Sul contribui com 1,97% da produção nacional, somando 232, 631 m³ de litros de álcool.
- c) Terceira fase (1986-1995) – ocorre à desaceleração e crise do programa Proálcool, fase durante a qual o setor passa por um processo de desregulamentação estatal (SHIKIDA, 1998, p. 32). No Mato Grosso do Sul, nessa terceira fase, não se instalaram nenhuma outra destilaria ou usina, além das 9 unidades mencionadas que já estavam no estado.

Na seqüência, podemos visualizar na figura 1, os períodos que se desenvolveram no Mato Grosso do Sul a produção de cana-de-açúcar.

¹⁶ Especificamente em 1979, é criado o estado do Mato Grosso do Sul, até esse ano era considerado Mato Grosso.

Figura 1: Mato Grosso do Sul: períodos de instalações de Usinas



Elaboração: Thaine Regina Backes

O processo desencadeado pela primeira fase caracterizou o fator inicial para a efetiva entrada do estado no cenário nacional da produção de cana-de-açúcar vislumbrado pelo programa Proálcool. Já estavam previstos a instalação de 6 unidades industriais, consubstancialmente com capitais de grupos nordestinos e subsídios do Estado. É válido lembrar, a rapidez que se desenvolveu o processo de instalação e plantação dos canaviais no final da década de 1970. Pois, nesse período o Mato Grosso do Sul, havia acabado de entrar nos projetos expansionistas e planejadores de colonização do governo. Com isso, o estado passou a receber migrantes de diversos lugares do Brasil, pois como afirmou Vasconcelos (2005)¹⁷ a vinda dos migrantes,

Favoreceu, com certeza, em maior medida as grandes empresas fundiárias [...] porque levou para as novas áreas o trabalhador que era indispensável aos primeiros trabalhos de “limpeza” do solo, isto é, à preparação do espaço para a reprodução e expansão do sistema.

Nos finais da década de 1980, o cenário da cana-de-açúcar está representado na tabela 2 a seguir.¹⁸

¹⁷ Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2008.

¹⁸ Não foi possível averiguar dados referentes aos anos anteriores a 1987.

Tabela 2. Usinas de álcool no Mato Grosso do Sul e capacidade produtiva, mão-de-obra, área plantada em 1987

Usina	Cap. de produção (Dia/L)	Mão-de-obra ocupada	Total área plantada (ha)
Alcoolvale (Aparecida do Taboado)	150.000	1.350	5.615
Santa Olinda (Sidrolândia)	120.000	1.100	6.050
Coopernavi (Naviraí)	150.000	1.540	3.500
Debrasa (Brasilândia)	240.000	1.700	13.770
Usina Maracajú (Maracajú)	120.000	350	2.659
Usina Passa Tempo (Rio Brilhante)	240.000	1.190	12.778
Usina Santa Fé (Nova Alvorada do Sul)	120.000	800	3.500
Usina Santa Helena (Nova Andradina)	240.000	1.700	16.658
Usina Aquarius (Sonora)	240.000	1.120	30.000
Total	1.620.000	10.850	94.538

Fonte: Kudlavicz, Mieceslau,; Mota Bueno, Grasiéli, 2007.

Nestes aspectos, a primeira fase do programa desencadeou a construção de destilarias, que eram incentivadas para suprir a demanda dos novos projetos de fabricação de automóveis movidos a álcool. Logo, a contrapartida do governo era pautada na fixação de preços remunerados além da concessão de empréstimos que

visassem investimentos vantajosos como garantia de mercado da cana-de-açúcar (PIACENTE, 2005, p. 8). A manutenção de preços mínimos¹⁹ procurava proporcionar a renda e a estabilidade dos preços, além de intervir sobre as decisões de produção do setor rural, diminuindo as ações de risco e incerteza (GONÇALVEZ NETO, 1997, p. 181). Portanto, o que se delineava era tentativa de manter os preços na intenção de estimular o setor sucroalcooleiro.

As metas para o programa estavam lançadas, porém era necessário manter o mercado em equilíbrio e ao mesmo tempo, incentivar a produção de álcool bem como o seu consumo. Mas por volta de 1979, o programa necessitava ser readequado devido à crise do petróleo que ocorria com intensidade. Assim, houve o incentivo a fabricação de automóveis movidos somente a álcool sem adição de gasolina, diferentemente da primeira fase, que previa apenas adicionar álcool anidro na gasolina.

Assim, a segunda fase do Proálcool levou a uma ampliação de metas, implantando destilarias em diversos Estados brasileiros, principalmente nas regiões de “fronteira”, como o Noroeste, Oeste do estado de São Paulo e também a região Centro-Oeste. Tais medidas foram possíveis devido a alguns fatores conciliadores para este desenvolvimento, como os já mencionados a topografia e os solos adequados, a consolidação interna de indústrias químicas, máquinas e implementos agrícolas e principalmente institutos voltados para pesquisas agronômicas (como a EMBRAPA) que possibilitavam o desenvolvimento de novas variedades de cana, que se adaptassem as regiões (VIAN *apud* PIACENTE, 2005, p. 9).

Durante a segunda fase do Proálcool (1979-1985), o Brasil lançou um dos maiores programas do mundo voltados à produção de energia renovável de biomassa. Junto com a produção em larga escala de álcool hidratado para mover automóveis, o Proálcool tornou o país líder no *ranking* de produção e exportação de açúcar e também maior produtor mundial de álcool. Cabe ressaltar, que tais fatores só puderam ser bem desenvolvidos devido à crise do petróleo, produto que era importado do Oriente Médio por diversos países, inclusive pelo Brasil. Neste período, a comercialização do álcool foi gerenciada pelo governo através da estatal Petrobrás, que assumia o diferencial (negativo) entre o preço do álcool hidratado e o preço da sua comercialização, subsidiada no mercado interno pela chamada “conta álcool” (STOREL Jr, 2003).

¹⁹ O programa de garantia dos preços mínimos é iniciado na década de 1940, com a criação da Comissão de Financiamento da produção, por meio do decreto – Lei nº5. 212, de 23 de janeiro de 1943, que passa por consolidação final somente em 1966.

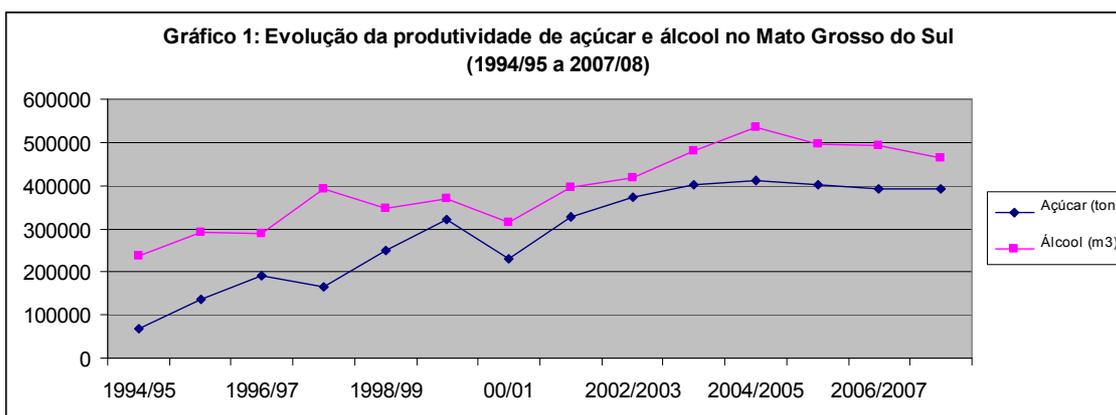
Por volta de 1986, o Governo Federal reviu as políticas que fomentavam o setor sucroalcooleiro, o que resultou na redução dos incentivos, bem como na diminuição da rentabilidade dos canaviais, sendo considerado os anos compreendidos de 1986-1990, como a fase de desaceleração e crise do programa (FURTADO, 2005, p. 29).

Desse modo, o estado do Mato Grosso do Sul foi influenciado pelo projeto do Estado Proálcool, de acordo com as características de cada fase: na primeira, houve o surgimento e expansão do setor no estado com a criação de destilarias; na segunda, foi o momento em que as unidades agroindustriais (destilarias) foram construídas e começaram a funcionar; a terceira, foi quando houve uma desaceleração em nível nacional no setor, e o estado do Mato Grosso do Sul se manteve com o mesmo número de destilarias; contudo, é nesse momento também que para enfrentar a crise os empresários investiram em usinas anexas produzindo açúcar para superar os problemas enfrentados com a baixa na produção/comercialização de álcool.

No final da década de 1980 e início de 1990, tem início um processo de desregulamentação do setor, levando a uma nova ordem institucional, modelando um novo cenário, ou seja, a desregulamentação correspondeu a um processo estacionário na produção de açúcar e álcool no Brasil e no Mato Grosso do Sul.

No Mato Grosso do Sul, a desregulamentação do setor ocasionou uma estagnação da economia sucroalcooleira: não houve construção de usinas, passou-se a produzir além do álcool o açúcar (como alternativa para superar os baixos preços e comercialização do álcool) e manteve-se o mesmo número de unidades agroindustriais canavieiras.

A década de 1990 correspondeu ao aumento de área para a produção de cana-de-açúcar no Centro-Oeste e Paraná principalmente a partir da primeira metade da década, porém processo inverso ocorreu em dois estados do sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (THOMAZ JR, 2002, p. 50). Consequentemente ocorreu o aumento da produção de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, que desde a década de 1980 estiveram localizadas na porção Sul do estado, exceto as plantações próximas as usinas de Aparecida do Taboado, Sonora e Brasilândia, norte do estado. No gráfico 1, podemos verificar a evolução da produtividade da cana-de-açúcar e álcool no Mato Grosso do Sul, compreendendo o período pós-desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil.



Fonte: DCAA/SPA/EMATER. Até 01/03/2007.

A análise da produção de açúcar e álcool compreendidos no período de 1994 a 2008 no estado do Mato Grosso do Sul, demonstra que a produção de açúcar sofre um aumento de mais de 400%, já o álcool aumenta 157%, isto confirma, a diferenciação da produção, ocasionada principalmente pelo corte nos subsídios fornecidos pelo governo para a produção de álcool no período de pós-desregulamentação.

Portanto, para a década de 80 e 90, as plantações com cana de açúcar não ultrapassaram os 100 mil hectares da mesma forma que as usinas mantiveram-se em 9 unidades. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, a área em 2001 era de 99,6 mil hectares. Porém, a partir de 2001, elevam-se consideravelmente as áreas com cana-de-açúcar, que para a safra de 2007/2008 registrou um aumento de 18% em relação à última safra, passando de 160 mil hectares para 188,7 mil hectares (CONAB – 1º Levantamento da safra brasileira de cana-de-açúcar, Abril/2008.).

Nesta perspectiva, entendemos que a partir de 2001, uma nova feição nos campos sul mato-grossenses passa a ser desenhada. Portanto, nossa perspectiva se volta *a priori* em analisar no próximo capítulo, como tal processo se desenvolveu a partir desse período que consideramos ser a região de maior concentração de usinas e plantações de cana do Mato Grosso do Sul.

CAPITULO 2

CONQUISTANDO ESPAÇOS: A PARTICIPAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL NO MERCADO DO ETANOL

CAPÍTULO 2

CONQUISTANDO ESPAÇOS: A PARTICIPAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL NO MERCADO DO ETANOL

2.1 A inserção brasileira no setor e o mercado internacional da produção de etanol

Como analisamos no capítulo anterior, devemos entender a produção de cana-de-açúcar no Brasil e no Mato Grosso do Sul dentro de um contexto geográfico e histórico de produção. Após a Segunda Guerra Mundial, um processo de articulação dos sistemas mundiais de produção, passou a ser desenvolvido, as relações comerciais se intensificaram, ou seja, abre-se a fronteira para a dinâmica do mercado mundial, pautado principalmente na criação de grandes empresas e apoio do Estado²⁰.

Porém, foi nesse período que os países desenvolvidos que, por hora necessitavam se recuperar da guerra, preocupavam-se em reconstruir os seus territórios, por isso a economia americana investiu fortemente na recuperação européia, não realizando o mesmo nos países latinos que necessitaram utilizar por muito tempo o mesmo aparato tecnológico industrial. Consequentemente a economia industrial foi a menor entre os anos de 1949 a 1952 (LAMOSO, 2001, p. 35).

Até os fins da década 1950, no governo de Juscelino Kubitschek pensava-se que os investimentos deviam ser realizados principalmente numa região concêntrica, ou seja, a partir de um centro dinâmico único e amplo, que no caso se estabelecia em São Paulo e regiões próximas. Portanto, pautados nessa visão, a grande maioria dos recursos eram voltados para esses centros dinâmicos, que através de verbas oriundas do BNDE, investia-se em infraestrutura (energia e transporte), como também na implantação de complexos industriais de capital estrangeiro. Normalmente os estados favorecidos eram Rio de Janeiro, Minas Gerais e os estados sulistas, logo, os demais estados brasileiros eram desfavorecidos com as políticas financiadoras do desenvolvimento econômico brasileiro, com base na industrialização da região sudeste.

²⁰ O final da segunda grande Guerra Mundial coincidiu com o final do Governo de Getúlio Vargas e início do governo de Eurico Gaspar Dutra, ou seja, os fatores de recessão econômica também passavam a estar relacionados à mudança de governo, que pesavam na redução das funções econômicas do poder público, um certo descompromisso com a economia nacional (Ver LAMOSO, 2001, e IANNI, 1979).

No caso da produção de açúcar, esse processo era visível, pois no início dos anos 1950, se tentou implantar uma política de preços ao açúcar que favorecia os usineiros nordestinos. Porém, essa medida sofreu forte resistência e foi revogada em 1954.

Ao longo da década, o que prevaleceu foram os interesses de empresas do centro-sul, sendo que em 1957, estipularam-se novos preços para as quotas de produção, o que em grande medida colaborou na expansão das usinas de São Paulo, pois o cálculo referente à produção se realizou a partir dos ganhos de produção do último quinquênio, onde a indústria paulista produziu mais que a nordestina (BACCARIN, 2005, p. 52). Desta forma, estimulou-se a inversão do pólo produtor de cana de açúcar, ou seja, agroindústria canavieira do Centro-Sul superou definitivamente a nordestina.

Em outras palavras, podemos chamar esse processo de concentração da renda e da riqueza, da propriedade, portanto, uma concentração econômica que ocorreu anteriormente no nordeste e também se desenvolveu na região sudeste do país, cada vez mais industrializado, bem diferente das demais regiões brasileiras que produziam bens primários e tinham poucas trocas diretas com o mercado nacional.

Essa política concentracionista de JK chegou a tal ponto que ainda na década de 1950, a indústria passa a superar a agricultura no total de riqueza produzida. Esse avanço da indústria, a concentração da economia na região Sudeste proporcionava também a concentração do sistema capitalista, simultaneamente verifica-se uma redefinição regional do trabalho e da produção (BRUM, 1982, p. 70-71) ²¹.

Este desequilíbrio da renda foi um dos resultados mais graves do processo histórico pelo qual se desenvolveu a economia nacional. Essa concentração da economia provocou um descontentamento das demais regiões que se sentiram prejudicadas. E aí, buscando corrigir essa defasagem foram criados organismos regionais como: SUDAM, SUDENE, SUDESUL E SUDECO, além de outras iniciativas, que se realizam no âmbito de desconcentrar a os projetos industriais da região sudeste. Como a indústria é a válvula que impulsionava a economia, realizaram-se esforços para que esse processo se espalhasse por outras regiões brasileiras e é na década de 1960, que esse processo é

²¹ O governo de JK teve várias contradições, pois as metas do governo visavam intensificar a industrialização e a construção da nova capital brasileira – Brasília. A aceleração da industrialização se deu com a implantação de indústrias de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.), e de bem intermediários como (combustíveis líquidos, siderurgia, alumínio, papel, celulose, etc.). A construção de Brasília implicava em construção de estradas para ligar com os principais centros urbanos, isto acarretava em um elevado investimento em infra-estrutura. Por outro lado, a expansão industrial na direção pretendida, necessitava de recursos maciços de importação de bens de capital (máquinas, equipamentos), pois o Brasil não produzia. Para importar em quantidades adequadas, precisava ampliar as exportações. Isso deslocou a força de trabalho para a produção de bens destinados ao mercado externo.

sentido mais expressivamente, aonde se estimulou crescimento populacional e econômico das demais regiões brasileiras.

Neste contexto, o Estado aparece com o meio de intermediar no processo de desenvolvimento, ou como afirma Lênin (2007, p. 25) “O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados”.

Segundo Marx e Engels (1989, p. 56),

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da idéia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Podemos verificar que o Estado está diretamente ligado aos momentos de desenvolvimento e crise por qual se passa determinado período histórico, que se articula ao capital que se estabelece por meio das classes, porém a favor das classes dominantes, que se tornam também politicamente dominantes, ao mesmo tempo domina e explora a classe inferior. O desenvolvimento necessário se dará a partir da junção de diversos fatores vinculados ao crescimento econômico a partir da exploração do trabalho. Ou seja, se analisa aqui o Estado como abstração ao modo capitalista de produção.

Para Rangel (2005), a caracterização do processo de desenvolvimento econômico *não* se faz de maneira pacífica, pois se realiza como todo fato histórico, ou seja, um processo complexo que “*muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação*” e principalmente, “a quantidade e qualidade do capital necessário ao processo produtivo” (RANGEL, 2005, p.133).

As relações comerciais foram intensas até a década de 1970, quando se desencadeia conjuntamente a participação dos países subdesenvolvidos nesse processo de industrialização no Brasil. Porém, com a crise recessiva na economia capitalista internacional diminuíram as transferências de capitais e tecnologias, e isso atingiu a todos os países, principalmente os maiores, que detinham em grande medida as “novas

tecnologias” e assim, isso não se torna transferível aos países que estavam ligados ao crescimento²². Logo, o Estado passa a estimular a acumulação interna, ou seja, diminuir a taxa de consumo ou, ao menos reduzir, a sua taxa de crescimento, tornando-a inferior ao crescimento do PIB (BRUM, 1982, p. 72).

A acumulação interna não funcionaria, pois havia sido estimulada a implantação de indústrias de bens de consumo e duráveis em outras regiões do país, ou seja, proporcionando que a classe burguesa consumisse, e isso seria impossível de barrar. Assim, diante da não acumulação interna, priorizou-se captar recursos no exterior e elevar a emissão de moeda, aumentando cada vez mais a dívida externa e a inflação.

Para Harvey (2005a, p. 45)

Se, necessariamente, a produção e o consumo se integram de modo dialético na produção como totalidade, resulta que as crises originárias das barreiras estruturais à acumulação podem se manifestar tanto na produção quanto no consumo, e em qualquer uma das fases de circulação e de produção de valor.

De maneira geral, o período da década de 1970 a 1980, pode ser caracterizado como a fase mais depressiva da recessão econômica brasileira, pois, diversos fatores como alta nos juros, quedas nos investimentos industriais, inflação, declínio das ofertas de emprego e principalmente todas as funções negativas que atingiram a economia, estabeleceram um processo estacionário no setor de crescimento.

Nesse sentido, a medida para superar a “crise” se deu a partir de uma reversão na política econômica, onde o contencionismo das importações e restrição de crédito, somente favorecia a diminuição do crescimento industrial, era necessária, portanto, uma política inversa. E aí o governo coloca o II PND (Programa Nacional de Desenvolvimento) a todo o vapor, com projetos expansionistas principalmente no setor de insumos e bens de capital, anunciado em rede nacional (televisão) a abertura dos contratos de risco para exploração de petróleo e lançava o PROÁLCOOL como comentamos no capítulo anterior²³ (COUTINHO, 1981, p. 77-78).

A recuperação da crise econômica que atingia a todas as nações, se deu a partir de investimentos no ano de 1983 por parte governo norte-americano na elevação do déficit fiscal, proporcionando a movimentação do comércio mundial. Ou seja, numa

²² Para Harvey (2005a, p. 44) “No capitalismo, o crescimento econômico é, como Marx o nomeia usualmente, um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises”.

²³ Em 1975, o governo instituiu o Programa Nacional do Alcool - Proálcool, para substituir a gasolina, que sofreu fortes elevações no seu preço devido a alta dos preços dos barris de petróleo em 1973.

economia capitalista a expansão ocorrerá a partir de investimentos que correspondam a criação imediata de nenhum bem de consumo, mas investimentos que proporcionem o poder de compra que posteriormente serve para a aquisição de bens de consumo (RANGEL, 2005, p. 49)²⁴.

Para Brum (1982, p. 97),

A conjuntura econômica mundial, francamente favorável, contribui para a expansão da economia brasileira. Os grupos econômicos internacionais passam a investir no Brasil parte de seus excedentes de capital. A consolidação do sistema e a política econômica adotada garantem a expansão e lucratividade, por um lado, e, por outro, a legislação e o aparelho repressivo, o controle sobre os sindicatos e a política de compressão salarial asseguram mão-de-obra barata e bem “disciplinada”, sem qualquer possibilidade de reivindicação ou de rebeldia cívica.

Neste contexto, o Estado teve papel fundamental na interferência no processo de consolidação das agroindústrias, agindo principalmente na criação de programas que favoreceram a produção de álcool e açúcar no Brasil desde o IAA ao Proálcool²⁵ (Como discutimos no capítulo 1).

O Estado nas formas de constituição do capital no seu espaço se expressa na sua forma maior, ou seja, no seu poder de mediação da acumulação do capital. Sobre o Estado, o espaço e a produção Poulantzas (1980, p. 20-21) afirma que,

O espaço é o lugar da economia, o espaço das relações de produção, de exploração e de extração do excesso de trabalho (espaço de reprodução e de acumulação do capital e de extração da mais-valia no modo de produção capitalista) jamais constituiu, nem nos outros modos de produção (pré-capitalista), nem no capitalismo, um nível hermético e enclausurado, ato-reproduzível e depositário de suas próprias “leis” de funcionamento interno (...). O lugar do Estado em relação à economia nada mais é que a modalidade de uma presença constitutiva do estado no seio das relações de produção e de sua reprodução.

²⁴ Para Rangel (2005, p. 49) “Pode-se expressar isso dizendo-se também que a parte da renda que se dirige à compra de bens de consumo tem duas fontes: pagamento a fatores empregados na produção de bens de consumo e pagamento a fatores empregados na produção de bens de investimento. Segue-se que, se a economia não investe na medida necessária, não haverá renda suficiente para comprar todos os bens de consumo produzidos nem, portanto, estímulo a investimentos posteriores”.

²⁵ O papel de interferência do Estado ao que se refere a produção de álcool combustível, se fortaleceu com a criação do IAA em 1933, através do Decreto nº 22.789 de 1 de junho de 1933. Posteriormente na década de 1960, as taxas cobradas para manter a receita do IAA, viriam tanto do açúcar como de cobranças de impostos sobre a gasolina importada.

No contexto brasileiro de incentivos, pode-se perceber a participação direta do governo no direcionamento da cultura canavieira, ou seja, é a inserção do Estado, na utilização de seus distintos aparelhos no processo de modernização capitalista da agricultura brasileira, e que revela o caráter mais complexo e abrangente das relações econômico-sociais, sendo esse processo acentuado a partir da constituição do Complexo Agroindustrial (DELGADO, 1985, p. 43).

Nestes aspectos, o poder estatal direciona o caminho das políticas de crescimento, mediando as relações de produção nos lugares, através de incentivos fiscais e monetários.

O Estado como incentivador e articulador neste período (década de 1980), de crise econômica brasileira, possibilitou mudanças significativas na agricultura, dentre elas a “modernização”, que ocorreu de forma desigual pelo território brasileiro. Logo, essa “modernização” caracterizou um processo típico capitalista de exploração e consolidação do processo expansionista das atividades monocultoras, ao mesmo tempo em que transformou o uso da terra. Assim, as áreas que ainda não eram desenvolvidas conforme o modelo expansionista econômico passaram a ser incorporadas aos projetos do governo, e aí cabe destacar as regiões do Centro-Oeste e da Amazônia.

No setor sucroalcooleiro, a intervenção do estado aparece desde os períodos coloniais (ANDRADE, 2004), porém, essa intervenção se intensifica a partir dos anos 30, com a criação da Comissão de Defesa da produção de Açúcar e Álcool, que posteriormente (1933) se transformou no Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) (BRAY, FERREIRA, RUAS, 2000, p. 3).

Para Thomaz Júnior (2002, p. 56),

a participação do Estado, especificamente nesse setor da economia, não se restringe apenas às instâncias de planejamento e controle, bem como na fiscalização da produção, distribuição e comercialização dos produtos. Está presente também, assim como para as demais esferas da atividade econômica, na normatização e regramento jurídico-institucional das relações sociais de trabalho, com o atributo de realizar a mediação entre capital e trabalho.

As manifestações que se realizam através da intervenção do Estado, podem ser entendidas como as funções de nível burocrático institucional e nas esferas normativa e regramento jurídico-institucional, mas se realizam também num contexto mais abrangente e inicial que é a função de “divulgar o lugar” demonstrando suas possibilidades e potencialidades para o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar.

Assim, através dos “agentes do estado” como governador, deputados e prefeitos, efetuam essa tarefa na busca de atrair empresários do ramo.

Segundo Gramsci *apud* Delgado (1985, p. 48) “No interior desse processo opera-se a desorganização do chamado interesse político hegemônico, coordenado pela classe capitalista”. Neste contexto a propaganda estadual que se realiza fora do país se realiza na forma que Cataia (2003) definiu como “alienação do território”, que se desenvolve nos lugares que preparam seu território com todo um conjunto de obras de infra-estrutura e isenções fiscais no intuito de atrair investimentos, mas acabam por se transformar em reféns da política das empresas em função do poder econômico que as empresas transnacionais possuem (CATAIA, 2003, p. 402).

Um mercado interno e externo favorável, aliado a uma industrialização e urbanização influenciou definitivamente no setor agrícola. Produtos como soja e milho ganharam espaço no mercado mundial juntamente com o açúcar (um dos primeiros produtos a ser exportado pelo Brasil). Nesse contexto de ampliação das fronteiras agrícolas o Brasil organizou-se para estar apto a atender a demanda industrial que vinha se fazendo presente. Portanto, nos finais da década de 1970, com um mercado agrícola em expansão juntamente a uma urbanização acelerada, foi necessário acompanhar as tendências do mercado mundial e conseqüentemente a Divisão Internacional do Trabalho.

Ao longo de políticas intervencionistas o setor sucroalcooleiro passou crises e expansões, principalmente quando ocorriam mudanças quanto ao preço do barril de petróleo, ou seja, normalmente os preços do petróleo é que ditavam a economia da cana-de-açúcar e assim o setor caminhava conforme essas ações. Neste período o Brasil importava 80% do petróleo que consumia.

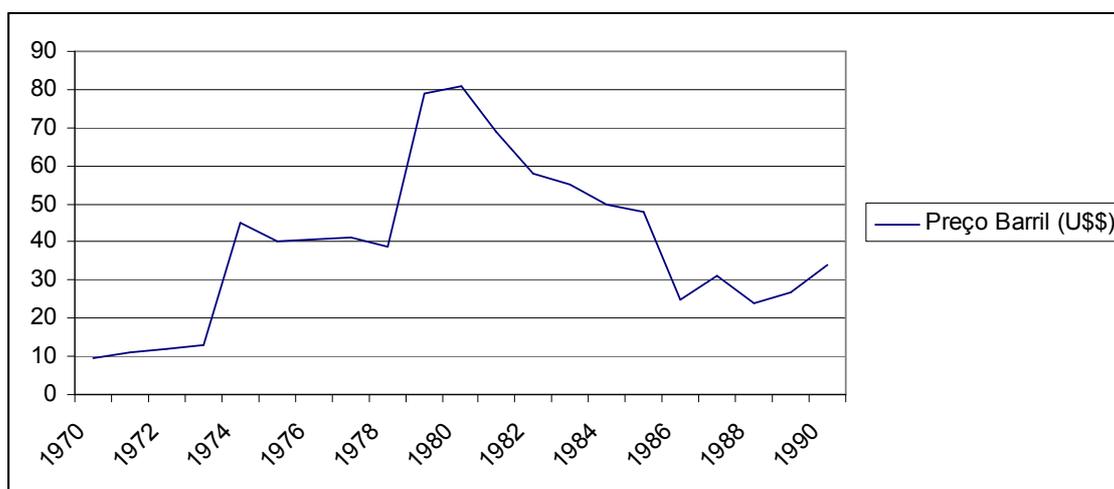
O Governo Geisel propunha uma série de medidas para alavancarem o desenvolvimento brasileiro, e em 1975, entrou em vigor um pacote de ações para reduzir o déficit no balanço de pagamentos e um programa para estimular a expansão da lavoura canavieira, que se desenvolveu a partir de montagem de destilarias anexas e autônomas, como também de indústrias petroquímicas, que paralelamente diminuiria a importação de petróleo (MORAES, 1999).

Segundo Shikida e Bacha (1999) o incentivo do governo foi um processo de “interesses” que levou o Brasil a optar pelo Proálcool, pois para os usineiros tratava-se de diversificar a produção e de criar um “novo” mercado diante das diversas crises por qual o setor passava. Para a realização do programa, foram investidos 1,019 bilhões,

sendo 75% dessa quantia provinda de recursos públicos e os restantes 25% de recursos privados. Esses subsídios se revertam no incentivo a 209 projetos, pautados na instalação e modernização de destilarias, principalmente em áreas tradicionais na produção, como São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Isso é possível de verificar no gráfico 2, quando o preço do barril de petróleo passou a aumentar principalmente a partir de 1975, quando entra em vigor o pacote de ações do governo Geisel.

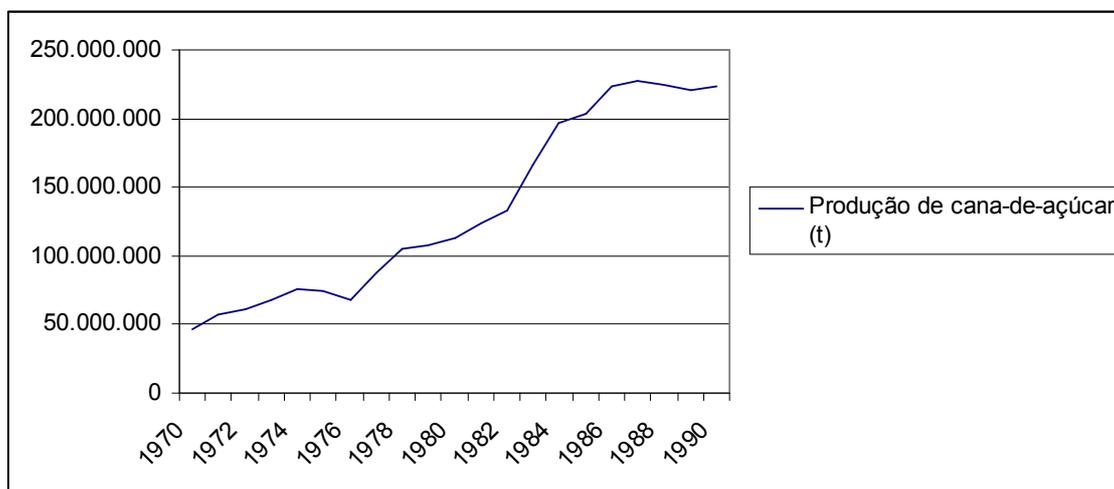
Gráfico 2 – Evolução do Preço do Petróleo (US\$): 1970-1990



FONTE: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, 2005.

Neste mesmo período é possível acompanhar o crescimento da produção de cana-de-açúcar no Brasil, que a partir do estímulo do governo passou a ganhar espaço no mercado brasileiro.

Gráfico 3 - Produção de cana-de-açúcar no Brasil: 1970-1990 (milhões de toneladas)



FONTE: UDOP, 2008

Podemos perceber que no mesmo período que aumentou o preço do barril de petróleo aumentou a produção de cana-de-açúcar no Brasil. O aumento da produção de cana-de-açúcar estava direcionado a substituir produtos que advinham da matéria-prima do petróleo, a gasolina era um dos principais. Logo, é a partir dessas ações que o governo constrói os discursos de expansão do país, usando a propaganda de recursos renováveis e de uma agricultura capaz de produzir mais e mais, um país capaz de se tornar “grande”.²⁶

²⁶ Nos primeiros anos da década de 1970, já haviam sido estabelecidas as regras para o tripé que sustentaria a economia na década seguinte: o Estado, as multinacionais e o grande capital nacional., daí em diante passaram a surgir as chamadas *joint ventures*. A idéia era executar, em todos os setores básicos da economia, um forte programa de substituição de importações. Desta forma o governo procurou estimular os empresários destinando-lhes recursos do BNDES para que iniciassem ou expandissem seus negócios. O setor automobilístico era uma das principais atividades produtivas no Brasil. Desde meados da década de 60, o governo abriu o mercado brasileiro às montadoras General Motors, Ford e Chrysler, permitindo que fabricassem no Brasil não apenas veículos populares (como fora política nos anos 50), mas também carros médios e grandes, segundo os padrões americanos. Logo, a expansão automotiva cresceu três vezes mais que a média do setor industrial brasileiro na época. Tudo isso implicava a necessidade de uma indústria de base capaz de suprir com insumos o setor automobilístico. O esquema se repetiu no setor petroquímico. A década de 70 marcou a entrada em funcionamento da Petroquímica União (SP), que passou a produzir a partir da nafta matérias químicas básicas, como as olefinas e os aromáticos, que proporcionaram a articulação do pólo petroquímico de Capuava (SP). São igualmente dessa época os projetos e o apoio do BNDES à construção do pólo petroquímico de Camaçari e da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), ambos na Bahia. Dessa forma, o capital nacional conseguiu cumprir a chamada “lei dos terços”, na qual se estipulava que parcerias feitas para grandes investimentos deveriam ter pelo menos um terço de participação privada nacional, um terço de participação estatal e não mais que um terço de participação estrangeira. Assim, garantia-se o controle nacional (BNDES, 50 anos de desenvolvimento, setembro de 2002).

Portanto, o incentivo a produção de cana-de-açúcar e principalmente a entrada desse produto no mercado externo, sempre esteve como pauta de investimento brasileiro. A busca por auto-suficiência energética tanto no Brasil como nos demais países, faz do Brasil um território que tem possibilidade de atender a esse setor, principalmente o do etanol. Segundo Costa, Prates e Pierebon (2007, p. 10),

O Brasil se destaca no cenário mundial como um dos maiores fornecedores potenciais de biodiesel, haja vista a sua extensão territorial, que conjuga condições climáticas e de solo propícias para a agricultura. De acordo com dados da Embrapa, o Brasil possui 90 milhões de hectares disponíveis, próprios para agricultura. Assim, a disponibilidade de terras para o plantio de oleaginosas destinadas à produção de biodiesel não representa restrição para a oferta do citado combustível.

Logo, o efeito multiplicador de incentivo a produção de etanol e outros derivados da cana-de-açúcar, desencadeia um processo de implantação de usinas de caráter nacional e internacional das quais, normalmente já possuem experiências no ramo de *comodities*.

Porém, verifica-se uma tendência de aumento do consumo de etanol em vários países, produzido por exemplo, a partir do milho. Esta conjuntura se deve em função de alguns fatores, como as questões que envolvem o aquecimento global e ampliação dos problemas vinculados ao efeito estufa. Neste contexto ocorre o interesse em fomentar as atividades agrícolas para a produção de cana-de-açúcar, milho, eucalipto, pinhão manso entre outros que possam atender a demanda dos biocombustíveis. Assim, alguns países têm o objetivo do mercado do etanol, como o Brasil, Estados Unidos²⁷, países da Europa²⁸, Índia²⁹. O Japão pode ser considerado um investidor e também importador, pois vem a se aliar a algumas empresas produtoras, como é o caso da Sojitz que comprou 33% das usinas Odebrecht instaladas no Brasil, visando a produção de etanol.

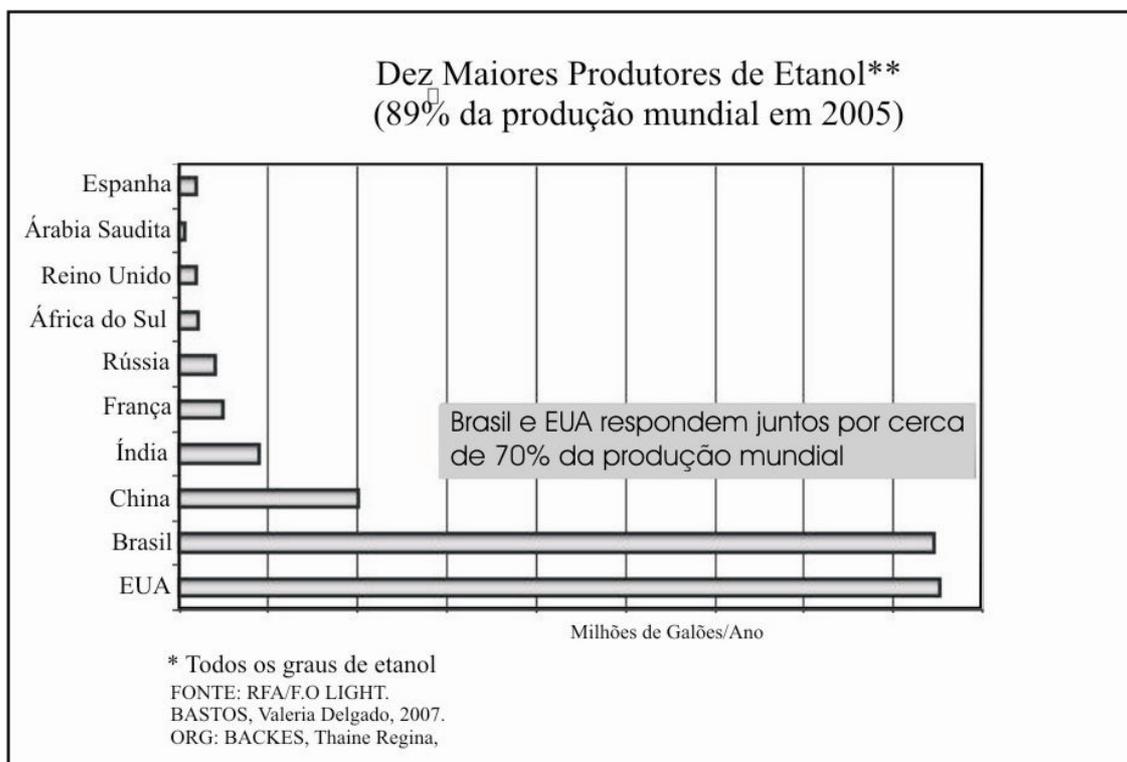
²⁷ Segundo Piacente (2006, p. 44) “O mercado norte-americano de etanol vive um momento de explosão da demanda e da oferta. Em 2004 foram consumidos 13,5 bilhões de litros, um crescimento de 26% em relação ao ano de 2003, quando foram consumidos 10,7 bilhões de litros. Já para 2005 e 2010 estimam-se consumos de 14,2 e 18 bilhões de litros, respectivamente” (FO Lichte, 2005).

²⁸ A UE tem agido para diminuir as emissões dos Gases precursores de Efeito Estufa (GEE) e, assim, tem aumentado seus esforços na utilização de combustíveis renováveis. Diretiva 2003/96/EC, que sugere aos países membros a adoção de políticas de redução ou de isenção fiscal para todos os biocombustíveis, foi aprovada em outubro de 2003 (PIACENTE, 2006, p. 47).

²⁹ Grande produtora de cana-de-açúcar para produção de açúcar e, ao mesmo tempo, importando cerca de 70% de suas necessidades de petróleo, a Índia começou a implantar em 2003 um ambicioso programa visando a adição de etanol à gasolina. Dividido em 4 fases, na primeira fase estão sendo adicionados 5% (em volume) de etanol à gasolina em 9 estados e 4 territórios. Ao final da quarta fase, sem data prevista, deverão estar sendo adicionados 10% de etanol à gasolina em toda a Índia.

É considerado o segundo maior consumidor de gasolina do mundo e importa 99,5% do petróleo que consome (PIACENTE, 2006, p. 52). A seguir no gráfico 4 a relação dos dez maiores produtores de etanol.

Gráfico 4 – Dez maiores produtores de Etanol - 2005



No Brasil, no ano de 2001, o governo divulgou uma pesquisa que propunha os objetivos com a produção de biodiesel realizado a partir de grupos de trabalho. O documento se chamou “Grupo de Trabalho Interministerial – Biodiesel. Relatório Final”³⁰. Dos 22 representantes, *todos* se apresentaram favoráveis para a produção de combustíveis renováveis, da mesma forma que expuseram estudos para viabilizar a

³⁰ Este trabalho contou com a participação de empresas, universidades e outros órgãos que apresentaram seus estudos e levantamentos de dados sobre a viabilização da produção de energias renováveis para o Governo Federal. Esse relatório foi montado a partir dos estudos dos seguintes órgãos: Agência Nacional do Petróleo (ANP); Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Confederação Nacional da Agricultura – CNA; Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ; Deputada Federal Mariângela Duarte; Deputado Federal Rubens Otoni; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; Enguia Power; Federação dos Municípios do Estado do Maranhão – FAMEM; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia – SECTI; Secretaria de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia; Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool – Sindaçúcar; Sistema Volta ao Campo de Assistência Técnica Multidisciplinar e Integral (SVC); Soyminas Biodiesel - Grupo Biobrás; Tecnologias

produção a partir de diversas matérias primas. Assim, o relatório aponta dentre outras questões, os seguintes objetivos,

Simultânea e paralelamente o programa deve considerar:

5.2.1. Elaboração de pesquisa de curto prazo para a produção de tecnologias para o processamento e consumo da glicerina gerada na produção do biodiesel.

5.2.2. Desenvolvimento tecnológico de novas rotas e catalisadores para a produção de biodiesel, com vista a melhor qualificação, economicidade e sofisticação tecnológica dessa produção.

5.2.3. Com justificados motivos ambientais, desenvolver otimizações, avaliar e validar a tecnologia da mistura álcool diesel que tenha fundamentação técnica no biodiesel (GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL – BIODIESEL. RELATÓRIO FINAL, 2001).

A partir desse estudo no ano de 2005, o governo federal lança o relatório preliminar de 2001 o Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011. Neste plano é possível verificar as intenções de organizar a matriz energética brasileira visando o mercado externo e consumo interno de combustíveis renováveis e principalmente a intervenção governamental no processo, como se expressa nas seguintes linhas,

A intervenção governamental deve partir de algumas premissas, consolidadas no marco regulatório do setor de combustíveis. Destaque-se a Lei nº 9.478, de 6 de Agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências; e a Emenda Constitucional nº 33, de 11 de Dezembro de 2001, que altera os artigos nº 149, 155 e 177 da Constituição Federal, definindo as bases para a criação da *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE*. Esses dois atos normativos são os pilares para a implantação do ambiente de livre mercado (*fim do monopólio estatal na indústria de petróleo*), e definição do modelo tributário sobre combustíveis. Eles foram complementados pelas Leis nº 10.336, de 19 de Dezembro de 2001 (institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e derivados, gás natural e derivados e álcool etílico combustível) e Lei nº 10.453, de 13 de Maio de 2002 (define o conjunto de instrumentos de política econômica, por meio dos quais o Governo poderá intervir na produção e comercialização do álcool combustível) (Grifos nossos) (PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA, 2006-2011, p. 45).

Portanto, fica claro através desse documento, a intenção do poder regulatório sobre a produção e comercialização de álcool combustível, bem como a transferência de monopólio quanto à comercialização do petróleo, ou seja, o domínio dessa comercialização não ficaria somente com a empresa Petrobrás.

Podemos pensar que numa resposta simples, pois como o setor estava em franco desenvolvimento, é claro que uma intervenção do governo facilitaria dentre outras questões a comercialização e regulação de preços praticados para o álcool. Com o fim do “domínio” pela Petrobrás, fica mais fácil para os produtores juntamente ao governo (a união, detentora de 51% da Petrobrás) e a empresa Petrobrás (detém 49% das ações que inclui acionistas estrangeiros) praticar melhores preços que favoreçam o setor nacionalmente, não ficando a cargo de uma empresa o controle sobre o mercado do álcool no Brasil, que ao mesmo tempo em que controla os preços também o distribui conforme as suas políticas de mercado.

Porém, é inegável o desenvolvimento da Petrobrás em tecnologias avançadas quanto a construção de dutos e tancagem em geral, portanto, seria necessária uma integração do governo brasileiro com a empresa (além de outras que também desenvolvam tecnologias nesse sentido) para aprimorar e usufruir desse potencial interno.

Logo, de maneira geral na apresentação do programa consta,

O Plano Nacional de Agroenergia integra a concepção e ações estratégicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em relação ao aproveitamento de produtos agrícolas para a produção de energia renovável. Orienta-se nas diretrizes gerais de Governo, particularmente no documento de Diretrizes de Política de Agroenergia (PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA, 2006-2011, p. 46).

Desta forma, fica clara a intenção do governo de viabilizar a produção brasileira de biocombustíveis, pautado principalmente no aproveitamento de produtos agrícolas. Assim, esses produtos segundo o PNA (PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA, 2006-2011) seriam: álcool combustível, biodiesel, biomassa florestal e biogás.

Segundo este levantamento o PNA 2006-2011 (2005, p. 47) também prevê que,

como até recentemente mais de 90% da produção era adquirida pelas distribuidoras de combustível, estas não se interessavam em formar estoques, deixando esse ônus exclusivamente com os produtores. Acredita-se que com a transformação do álcool em *comoditie*, a

maior participação dos compradores externos deverá impor às distribuidoras uma mudança de estratégia, especialmente no que diz respeito ao mercado de futuros, reduzindo os riscos e os custos de carregamento dos estoques para as usinas.

A produção de etanol no Brasil na safra 2006/2007 foi de 21,30 bilhões de litros. Desse total a região Centro-Sul do país participou com 90,71% e a Norte e Nordeste com 9,29%.⁸ Dessa produção total 8,6 bilhões de litros é de álcool anidro e 12,7 bilhões de álcool hidratado. A produção total de açúcar está estimada (safra 2008) em 32,78 milhões de toneladas e representa um acréscimo em relação à safra passada de 4,81%. Para a produção de álcool os números indicam um volume de produção da ordem de 27,09 bilhões de litros, com um expressivo aumento na produção nacional de 17,73%. A área ocupada com cana-de-açúcar no Brasil na safra 2007/2008 é de 6,92 milhões de hectares, superior em 12,30 % à safra anterior.

No Brasil, a percentagem de mistura de etanol na gasolina já alcança 25% desde 1º de julho de 2007. Mesmo assim o país ainda terá 4 bilhões de litros de etanol excedente. Portanto, o aumento futuro da oferta de etanol está diretamente relacionado com a exportação. Segundo Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 (2005, p. 46),

A indústria sucroalcooleira vive um momento de otimismo, decorrente de uma conjunção de fatores favoráveis. Ao tempo em que a economia nacional inicia processo de recuperação, que se reflete no aumento do consumo de açúcar e combustíveis, inclusive o álcool, o mercado externo também está cada vez mais atraente e promissor.

Segundo levantamento safra 2008 da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), a produção de álcool ultrapassa a produção de açúcar. E a esse processo estão atrelados os mercados de cada produto. O açúcar vem se mantendo estável no mercado, já o álcool, o álcool etílico, utilizado como combustível automotor, vem ocupando espaços crescentes como um produto de fonte limpa e renovável, capaz de substituir seu congêneres de origem fóssil, a gasolina. Tal crescimento, tanto no mercado doméstico como no internacional, vem transformando este produto em um novo combustível de padrão universal (CONAB, Acompanhamento da safra brasileira, 2008).

A partir de 2002, o mercado nacional já procurava os carros *flex*, logo, com a elevação do preço do petróleo, possibilitou que o álcool hidratado voltasse a ser um “bom negócio”, principalmente nas áreas produtoras de cana-de-açúcar. Com

experiência de 3 anos de existência, em 2005 a participação dos carros flex já representava 60% das vendas Segundo o Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 (2005,p. 46).

Sobre expansão de energias renováveis, o que podemos entender é que o aumento da produção está vinculado também ao aumento no preço do petróleo que se dá principalmente, devido às perspectivas de esgotamento das reservas. Logo, esse problema afeta a diversas nações, portanto um risco geopolítico decorrentes da dependência do petróleo. Da mesma forma, o Protocolo de Kioto, relembra os compromissos com a questão ambiental, trazendo, portanto, a preocupação na produção de fontes alternativas de energia. Assim, o biodiesel, a célula combustível de hidrogênio e, principalmente, o etanol passaram a alavancar a economia sucroalcooleira nos últimos anos.

Nesse cenário, o etanol não está somente vinculado ao combustível, mas passa a fazer parte de um setor que anteriormente se utilizava de matéria-prima fóssil para atender a indústria de transformação. Hoje o etanol, e a partir de seu tratamento pode ser utilizado de diversas formas, principalmente naqueles que substituam o petróleo, ou seja, a alcoolquímica, assim como os especialistas chamam, é o segmento da indústria usado como fonte de matérias – primas químicas na fabricação de diversos produtos desse ramo. Segundo Bastos (2007, p. 8),

Com efeito, boa parte dos produtos químicos derivados do petróleo pode ser obtida também do etanol, em particular o eteno, matéria-prima para resinas, além de produtos hoje importados derivados do etanol, como os acetatos e o éter etílico. Hoje, a indústria química mundial obtém mais de 90% da matéria-prima para síntese de moléculas orgânicas com base no petróleo. No futuro, por razões econômicas, a alcoolquímica poderá vir a substituir a petroquímica e o etanol poderá assumir o lugar do petróleo como fonte de matérias-primas.

Num contexto mundial, o Brasil torna-se privilegiado pela possibilidade de produzir matérias-primas para os agrocombustíveis em larga escala, tanto como cana-de-açúcar como de óleos vegetais provindos de oleaginosas e também óleo animal (sebo de boi). Segundo Carvalho (2007, p. 12),

As fontes de energia a partir da biomassa se inserem no movimento geral e histórico de monopolização das fontes de energia não renováveis pelos grandes capitais. Na atual conjuntura é o etanol o

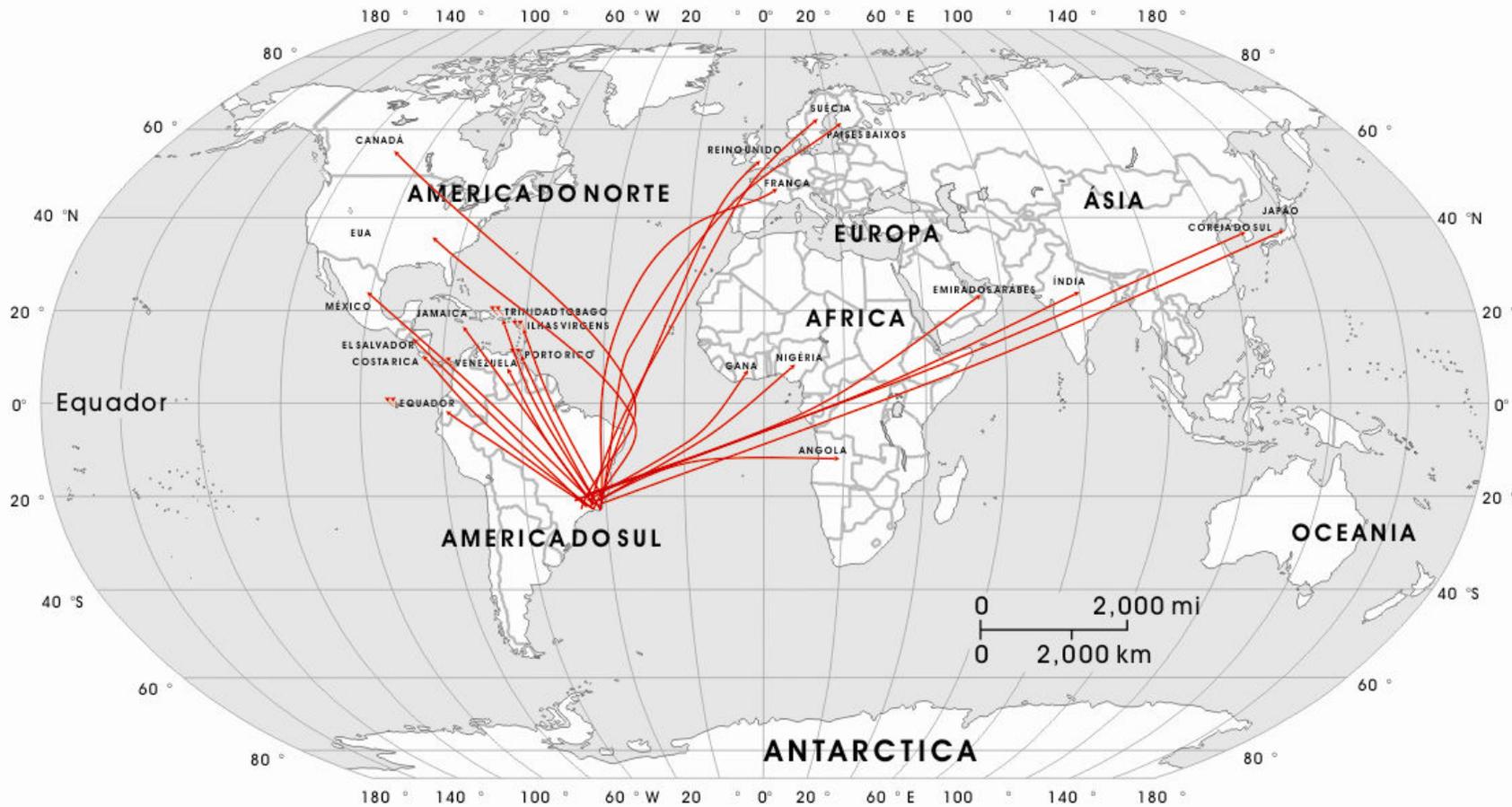
principal produto, mas tudo leva a crer que os óleos vegetais seguirão o mesmo curso. Isso se deve ao fato de que o etanol e os óleos vegetais tornar-se-ão uma importante fonte de agrocombustível para consumo mundial, tendo já se transformado num grande negócio de caráter multinacional.

O Brasil está inserido numa geopolítica de conquista de mercados internacionais, apesar de que parte do “controle” das exportações do etanol, ainda é regida por empresas como a Transpetro subsidiária da Petrobrás. Segundo dados do Jornal Nº 58 (2006) da Transpetro, a empresa visa construir 3 dutos de escoamento de álcool e a instalação de um terminal e de um sistema de barcaças sobre a hidrovía Tietê – Paraná, que para Marcelino Guedes, diretor dos terminais de oleodutos “o grande desafio é colocar a logística brasileira em condições de competitividade internacional. Este não é um projeto da Transpetro, não é um projeto do Sistema Petrobrás. É um projeto do Brasil” (JORNAL TRANSPETRO, 2006, p. 2).

Na seqüência, esboçamos através do mapa 3, os corredores de exportação do álcool etílico³¹, dados referentes ao ano de 2008.

³¹ O etanol ou álcool etílico pode ser obtido através da fermentação dos açúcares. Este é o método mais comum no Brasil, que utiliza a cana-de-açúcar para obter os açúcares que darão origem ao etanol. Este álcool é o que se encontra em todas as bebidas alcoólicas, assim como no álcool combustível e na gasolina, como um aditivo (MEDEIROS, 2004).

Mapa 3: DESTINO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ÁLCOOL ETÍLICO - 2008



Elaboração/Organização: Thaine R. Backes.
Fonte de dados: SECEX/SDP

Através do mapa, é possível notar que a exportação de álcool etílico se faz para diversos países do globo. O que é peculiar é o fornecimento para os países da América central, sendo alguns, pequenas ilhas onde a produção de cana-de-açúcar não é possível de ser plantada.

Os fornecimentos de álcool etílico para a Venezuela rendeu ao Brasil em 2006 US\$ 15, 897 milhões, sendo esse contrato realizado também a partir do fornecimento de petróleo venezuelano, no qual a Petrobrás subsidia essa negociação diretamente com o governo do país.

Já o Equador em 2007, fechou 16 acordos bilaterais visando os biocombustíveis. É um país apto a produção de cana-de-açúcar, porém, lhe faltam tecnologia e mercado consumidor. São fornecedores de petróleo através de uma negociação com a empresa Petrobrás e Petroecuador, logo, a reserva se situa dentro de área amazônica e que vem gerando diversos conflitos e debates quanto a essa exploração, devido a isso o governo equatoriano visa a mudança da matriz energética do país com apoio do Brasil, para que as reservas de petróleo dentro da floresta amazônica sejam mantidas aonde estão. Logo, sabe-se que o petróleo corresponde a 35% do orçamento do governo, portanto, deixar de comercializá-lo sem antes ter uma matriz energética suficiente para substituí-lo seria praticamente impossível.

De maneira geral, o governo brasileiro articulou diversas ações para prover a produção de biocombustíveis e estimular a mistura de álcool à gasolina em praticamente todos os países da América do Sul, firmando acordos de fornecimento e de ajuda quanto ao incremento de tecnologias e organização do setor.

Conforme Plano Nacional de Agroenergia 2006-2001 (2005, p. 46),

Internacionalmente, os contratos firmados entre a Petrobras e as companhias petrolíferas da Venezuela e da Nigéria, somados às expectativas quanto ao mercado japonês e à consolidação dos investimentos no reprocessamento no Caribe (exportações para o mercado americano utilizando a cota destinada aos países daquela região), podem representar um incremento de quatro a cinco bilhões de litros de álcool nas exportações.

Na tabela 3, verificamos os destinos da exportação brasileira de álcool etílico bem como os preços praticados por cada país no ano de 2008. Da mesma forma, é possível perceber no ano de 2006, a participação que esse produto teve na adição de álcool à gasolina. Um destaque para os Estados Unidos da América que teve 55% de utilização do álcool etílico na adição à gasolina. Seria isso um reflexo de redução da

utilização de petróleo? Ainda é possível notar, um considerável aumento no preço do litro entre os anos de 2007 a 2008, que ocorreu devido ao aumento do preço praticado no mercado dos EUA, devido a perdas de safra do milho no país. Portanto, o mercado brasileiro de exportações de álcool etílico estará atrelado a safra americana de milho, que possibilitarão ou não a entrada do produto brasileiro com preços compensadores nos demais países consumidores do globo.

Tabela 3 – Preço pago ao álcool etílico brasileiro nos países de destino

Países	U\$S MIL				2007			Jan-Ago/2008		
	2005	Part.(%)	2006	Part.(%)	U\$S MIL	MIL Litros	U\$S/Litros	U\$S MIL	MIL Litros	U\$S/Litros
EUA	77.462	10,1	882.365	55,0	369.071	858.697	0,43	485.963	976.697	0,50
Países Baixos	79.576	10,4	151.343	9,4	343.069	808.557	0,42	364.736	810.863	0,45
Japão	93.053	12,2	95.196	5,9	152.594	364.003	0,42	42.661	102.461	0,42
Jamaica	40.323	5,3	56.088	3,5	122.211	308.968	0,40	143.376	316.226	0,45
El Salvador	41.888	5,5	80.278	5,0	85.334	224.397	0,38	107.228	246.038	0,44
Costa Rica	38.485	5,0	34.763	2,2	69.943	170.367	0,41	46.785	108.269	0,43
Trinidad e Tobago	11.348	1,5	33.357	2,1	64.779	158.869	0,41	65.680	150.869	0,44
Suécia	70.102	9,2	79.335	4,9	56.506	128.918	0,44	1.980	5.084	-
Nigéria	35.502	4,6	19.465	1,2	49.410	122.879	0,40	19.812	45.181	0,44
Coréia do Sul	63.900	8,3	33.703	2,1	27.153	66.693	0,41	33.912	84.461	0,40
Ilhas Virgens	-	-	-	-	20.780	52.141	0,40	78.620	170.352	0,46
Reino Unido	4.213	0,6	10.642	0,7	20.281	47.784	0,42	19.075	45.948	0,42
México	27.941	3,6	17.288	1,1	19.148	49.210	0,39	3.820	8.488	0,45
Emirados Árabes	-	-	-	-	16.862	39.210	0,43	2.451	5.224	0,47
Gana	1.681	-	3.494	0,2	14.867	33.172	0,45	4.092	8.355	0,49
Angola	3.645	-	2.484	0,2	6.369	11.661	0,55	1.711	3.033	0,56
Porto Rico	3.379	0,4	3.602	0,2	4.725	13.993	0,34	1.918	5.033	0,38
Equador	-	-	906	0,1	3.834	7.072	0,54	-	-	-
França	-	-	3.909	0,2	2.427	5.064	0,48	-	-	-
Canadá	8.460	-	9.194	0,6	1.970	4.250	0,46	20.154	37.467	0,54
Venezuela	16.772	2,2	64.698	4,0	-	-	-	-	-	-
Índia	115.175	15,0	4.986	0,3	-	-	-	3.198	7.170	-
Outros Países	32.624	4,3	17.634	1,1	26.313	56.762	0,46	30.188	63.846	0,47
Total	765.529	98,2	1.604.730	100,0	1.477.646	3.532.667	0,42	1.474.162	3.193.895	0,46

Observação: aos dados que não foram possíveis coletar, utilizou-se o símbolo (-).

Fonte: SECEX:SDP

O Brasil desta maneira passa a estar engajado nessa política expansiva, e para se firmar como tal é necessário que além de auto-suficiente internamente, o Brasil atenda às demandas de outros países importadores, como é o caso dos países asiáticos que abrigam mais da metade da população mundial e não possuem áreas de terras suficientes para produção em larga escala de etanol.

Logo, os Estados Unidos tornam-se competidores através da fabricação de etanol a partir do milho, produto que pode ser exportado *in natura* com facilidades de armazenamento perante o etanol. Porém, os Estados Unidos consomem grande parte dessa produção de etanol a partir do milho para que não seja necessário utilizar o etanol brasileiro, por exemplo, e assim impondo dificuldades para que o produto brasileiro entre em território americano. Neste contexto, Abramovay (2008, p. 32), define esse processo dizendo,

Nenhuma nação a começar pelos EUA - vai aceitar a dependência de um produto totalmente fabricado fora de suas fronteiras. Esta é, aliás, uma das razões que explica a opção aparentemente irracional, por parte dos norte americanos, de investir no etanol de milho - além é claro, do fato de este setor ser totalmente dominado pelos grandes grupos econômicos do agronegócio, muitos dos quais são investidores no próprio etanol brasileiro (...) Para que o etanol brasileiro amplie seu espaço na mudança dos padrões energéticos do mundo contemporâneo, é necessário, paradoxalmente, que a oferta se pulverize entre diversos países.

Segundo a Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura (2007), o cultivo de cana ocupa menos de 1% dos 851 milhões de hectares do território brasileiro. Nesses aspectos o Brasil tem disponível 200 milhões de hectares no qual a cana-de-açúcar poderia se desenvolver.

A partir dos investimentos já previstos pelo governo federal no Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 (2005), e ainda considerando o Brasil como potência agrícola de *comodities*, incluindo nessa categoria o álcool sabe-se que os investimentos nesse setor serão de grande monta, logo a previsão é de atender o mercado nacional e internacional, portanto será necessário expandir as áreas de produção. A partir de informações da CONAB (2007) e Carvalho (2007), para atender 5% do mercado mundial o Brasil teria de produzir seis vezes mais (100 bilhões de litros) do que atualmente e mais o dobro caso queira substituir 10% da gasolina no mercado internacional.

Segundo levantamentos do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE, 2004, p. 119),

Estimativas para o mercado do etanol no Brasil indicam um consumo potencial de 22 milhões de m³ em 2013. A demanda mundial, por sua vez, deverá atingir 35-50 milhões de m³ em 2010. O Brasil poderia suprir parte dessa demanda externa, conservadoramente, 4,4 milhões de m³ em 2013.

O Brasil nesse processo de incentivos para a consolidação do mercado sucroalcooleiro torna o país um território atrativo para as megaempresas e capital estrangeiro e tal perspectiva se afirma a partir do mapeamento das usinas que vem se instalando nos últimos anos no país. Porém, um caso peculiar no Brasil até o ano de 2006, divulgado pela consultoria KPMG e Associados, é quanto a forte desconcentração

das empresas. A grande maioria é composta por pequenas empresas, muitas vezes de origem familiar, sendo que o maior produtor nacional detém menos 10% da produção no Brasil (Usina San Martin de Ribeirão Preto que processa 7,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano) (Consultoria KPMG, 2007). Porém no Mato Grosso do Sul o processo de inverte, pois o que ocorre é a concentração de empresas principalmente com capital estrangeiro, que ao buscar se instalar no estado adquiriram unidades industriais de grupos com origem familiar.

Nessa perspectiva, o Brasil estando vinculado a economia mundial, não somente como lugar de atração de investimentos de grupos internacionais, esta completamente regulado por uma economia mundial. Paralelamente Rangel (2005, p. 207) nos ajuda a entender esse processo, quando afirma,

ao mesmo tempo, há um setor de nossa economia no qual a oferta de fatores não satisfaz o suposto clássico da infinita elasticidade. E também em que a oferta efetiva não responde ao fluxo dos nossos pagamentos aos fatores, da nossa procura efetiva. Trata-se do setor “resto do mundo” de nossa economia. Por este lado estamos presos à economia mundial, somos parte dela, vivemos sua própria conjuntura – a conjuntura dos “centros cíclicos”.

No que aponta Rangel (2005), corresponde em aspectos pelo que passa o setor do etanol. O mercado passa a seguir o centro dinâmico da economia. Paralelamente à dinâmica da agricultura, principalmente a produção agrícola e o capital da agroindústria são os comportamentos de mercado através das diferentes estruturas produtivas regionais. Assim, a elasticidade-renda e a elasticidade-preço da demanda, de cada gênero agrícola são fundamentais para uma compreensão de seu mercado consumidor. (MEDEIROS, 2006, p. 170)³².

A entrada do capital estrangeiro direto na produção de cana-de-açúcar se deu pelo grupo Louis Dreyfus em 2000 que adquiriu 3 unidades no Brasil, inclusive a usina Passa Tempo, em Rio Brillhante, no Mato Grosso do Sul, produzindo juntas em média anual de 8 milhões de toneladas por ano. Segundo dados da Única, as companhias estrangeiras detêm cerca de 5% da produção de cana do país, ou seja, quase 20 milhões de toneladas – percentual pequeno quando comparado a um total estimado em 420

³² Quanto menos for a capacidade de agregação de valor (leia-se transformação em produtos derivados) e mais básica a presença do produto na dieta alimentar, menor serão a elasticidade-renda e a elasticidade-preço da demanda. Por outras palavras, estes produtos sofrerão uma oscilação muito pequena do consumo per capita, tanto em situações de aumento de produção, queda nos preços e aumento da renda quanto em situações contrárias de aumento de preços e queda da renda per capita (MEDEIROS, 2006, p. 170).

milhões produzidos no Brasil. Ou seja, ainda há espaço para muitas aquisições (ASSOCIAÇÃO AÇÚCAR ÉTICO, 2006). O estado do Mato Grosso do sul, se difere dos números apresentados em relação a Brasil, pois de 8,4 bilhões de reais investidos em cinco anos, 50% é de capital estrangeiro. Já a produção de álcool que gira em torno de 1 trilhão de litros de álcool, aproximadamente 90% da produção é realizada pelas usinas estrangeiras.

Apesar das usinas estrangeiras possuírem 5% da produção de cana-de-açúcar no Brasil, sabe-se que direta ou indiretamente o capital estrangeiro nesse setor vem adentrando de maneira eficaz no processo de consolidação de usinas bem como no investimento em pesquisas do ramo, ou seja, é o capital estrangeiro, principalmente o europeu e norte americano que além de ditar as normas do mercado mundial do etanol pretende se estabelecer em solos brasileiros na busca de uma hegemonia no controle da produção energética mundial.

Os grupos estrangeiros vêm se destacando pela alta tecnologia na qual produzem e constroem suas usinas bem como projetam previsões de se tornarem as maiores no fornecimento de cana-de-açúcar no Brasil. Ou seja, o investimento externo no Brasil para a produção de etanol, pode limitar novamente a um rearranjo do capital que consolidará o setor energético nas mãos de poucos grupos, processo por qual o Brasil já passou no período dos “coronéis” do açúcar que se deu no nordeste, e que ocorre atualmente perante outros grupos estrangeiros que comandam a rede de *comoditties* dentro do Brasil.

No Mato Grosso do Sul o que verificamos é a internacionalização do setor sucroalcooleiro entregue nas mãos de grupos estrangeiros que estão em vias de mecanizar totalmente a produção, concentrando a riqueza e fundamentalmente drenando-a para fora do país. Não há desse modo, incentivo a grupos nacionais nem organização por parte do estado em favor da nacionalização dessa nova fatia do mercado do etanol. Porém, ao que se mostra atualmente, a preocupação está em investir e crescer de forma acelerada. Os projetos do governo federal não vêm contemplando a geração de empregos e muito menos a qualidade de vida dos trabalhadores que passam a ser influenciados por esse processo. De acordo com o trabalho de campo (2007/2008) constatamos *in loco* (em usinas visitadas) a diminuição de trabalhadores (mão de obra) devido a mecanização da lavoura e a precariedade dos trabalhadores (indígenas e sul mato-grossenses e outros migrantes) o que demonstra a precarização do trabalho, aonde não ocorre melhoras nas condições de qualidade de vida dos trabalhadores e também a

despreocupação em investimentos econômicos e sociais nos municípios onde estão localizados. Segundo Azevedo (2008, p. 117),

(...) constatamos, recentemente, no Mato Grosso do Sul, mais precisamente no município de Iguatemi, porção sul do Estado, 409 trabalhadores rurais do corte da cana-de-açúcar em condições de trabalho degradantes, na destilaria Centro Oeste Iguatemi, dos quais 150 eram indígenas, pertencentes às etnias Guarani e Terena. Os referidos trabalhadores foram encontrados em alojamentos superlotados, sem acesso aos EPIs e mesmo sujeitos à compra dos mesmos, o que se configura como ação ilegal por parte da agroindústria, que é obrigada a fornecer aos trabalhadores tais equipamentos, sem contar que se encontravam num ambiente de desrespeito à NR 31, que regulamenta o ambiente de trabalho, incluindo nesse aspecto desde a alimentação à forma em que se faz o transporte dos trabalhadores até o local de trabalho.

Foram registrados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em 2008, 48 autos de infração aplicados a algumas usinas do estado e, a libertação de 126 homens da Usina Dcoil, em Iguatemi, que estavam alojados em locais inadequados, anti-higiênicos e com alimentação precária. É evidente a situação degradante na qual passam os trabalhadores em algumas usinas. Logo, a expansão da agroindústria da cana-de-açúcar demonstra essa faceta de dominação do capital e precarização das relações de trabalho. A foto 10 apresenta algumas das condições vividas pelos trabalhadores nos alojamentos.

Foto 1. Condições dos trabalhadores no alojamento em Deodápolis, 2007.



Fonte: AZEVEDO, J.R.N. (2007)

Os discursos utilizados principalmente pelos governos municipais, quando da vinda de algumas usinas para o município, demonstram os benefícios que essas empresas podem trazer para o território, além de destacar que essas empresas destinarão investimentos para ações sociais. Porém, em algumas entrevistas nas usinas (Dourados Álcool e Açúcar, Angélica, São Fernando, Vista Alegre) não demonstraram interesses em realizar investimentos em ações sociais, pois segundo os entrevistados já colaboram com o emprego e crescimento econômico do município (Trabalho de Campo, 2007/2008).

Como as áreas de cana-de-açúcar vêm se estabelecendo em áreas planas, normalmente o que se estabelece são as colheitas a partir de máquinas, o que, portanto, não necessita de elevada mão-de-obra, diminuindo drasticamente o número de empregos gerados nesse setor. Isso é o que difere atualmente em relação a outros períodos da produção de cana-de-açúcar no Brasil. Ou seja, a entrada da mecanização no corte da cana confere uma inovação tecnológica de tamanha proporção que altera significativamente a mão-de-obra empregada nessa atividade. O que se tem, portanto, é uma nova divisão social e territorial do trabalho, pois na medida em que se tem a

mecanização, também se necessita de maior especialização para um trabalhador atuar nessa atividade. Logo, grande parte de trabalhadores que não poderá ser absorvido por esse setor, ficará a margem do processo.

Segundo Raimundo (2007, p. 23),

Do ponto de vista dos efeitos benéficos possíveis de se obter com estratégias nacionais de desenvolvimento, o Brasil está cometendo um erro clássico. Não estamos tomando as medidas necessárias para internalizar os efeitos da expansão da produção do etanol pelo país, para nos apropriarmos, como país, desses efeitos. Eles estão sendo todos jogados pela janela.

Tendo em vista, que é o capital estrangeiro que comanda em parte o mercado do etanol, podemos entender que o Brasil está relegado a continuar seguindo os caminhos do “poder” de uma hegemonia internacional. Segundo Arrighi *apud* Harvey (2005b, p. 39),

A supremacia de um grupo ou, no caso, de uma nação – Estado, pode... manifestar-se de duas maneiras: como ‘dominação’ e como ‘liderança moral e intelectual’. Um grupo social domina grupos antagônicos, que ele tende a ‘liquidar’ ou a subjugar, talvez mesmo pela força armada; ele lidera grupos afins ou aliados”. Mas essa liderança pode assumir duas formas diferentes. Em virtude de suas realizações, “um Estado dominante se torna o ‘modelo’ a ser emulado por outros Estados e os atrai assim para seu próprio curso de desenvolvimento... Isso pode aumentar o prestígio e, por conseguinte, o poder do Estado dominante..., mas, na medida em que obtém algum grau de sucesso, essa acumulação tende a contrabalancear e, portanto, antes de reduzir do que aumentar o poder do *hegemon*, ao trazer à existência competidores *hegemon* e reduzir assim o que há nele de ‘especial’”. Liderança, por outro lado, designa “o fato de um Estado dominante conduzir o sistema de Estados numa direção desejada e, ao fazê-lo, ser majoritariamente percebido como voltado para a promoção de um interesse geral. A liderança nesse sentido aumenta o poder do Estado dominante”.

Num sentido global, o poder hegemônico que se realiza principalmente pelos EUA, Europa e países asiáticos, confere um jogo em que os países não hegemônicos (Brasil, África e outros) se aliam em termos de ganhos mútuos, se realizando através de trocas comerciais, transferência de novas tecnologias, redes de comunicação e estruturas de direito internacional (HARVEY, 2005b, p. 39).

Porém, apesar de se realizar “trocas” e de se ter “ganhos”, o processo cumulativo do capital, continua excluindo os países não hegemônicos, impossibilitando

que os mesmos cresçam e ganhem hegemonia e poder perante os outros. Por isso, mesmo o Brasil tendo nos últimos anos um desenvolvimento nos setor de combustíveis (bio) renováveis parece difícil o mesmo comandar o setor mundialmente, pois as empresas que atuam nessa área são multinacionais que investem capital estrangeiro no país, impondo seus interesses extrovertidos no território e drenando a riqueza para os países desenvolvidos.

Nesses, aspectos, a produção brasileira de etanol está ampliando seus espaços, porém, controlada aos olhos do mercado mundial, principalmente o norte americano, o que distintamente lhe confere a possibilidade da exportação desse produto pelo menos enquanto o milho americano não conseguir ampliar a produção.

Logo, como papel histórico do capital, se favorece o fortalecimento do mercado e principalmente a concentração e consolidação do setor. O capital cria e recria suas condições num processo mútuo de acumulação, ou seja, a concentração em maior ou menor escala sempre se reproduzirá a partir do momento que aumenta a riqueza, e assim, gerando a monopolização desses recursos e se realizando nas mãos de poucos. Nesta lógica, o capital, no estágio de internacionalização através do etanol engole e ou funde-se com “a burguesia”, e aqui em especial a burguesia agroindustrial especificamente a canavieira, que através desta premissa, verificamos o desenvolvimento desse setor no Brasil, com suas características expansivas e seu processo contraditório.

De acordo com as pretensões do Estado, alia-se a uma conjuntura política que seja favorável a esse crescimento canavieiro, o processo de expansão econômica do setor; é aí que o capital estrangeiro entra em cena, pois o mercado nacional passa a estar na direção dos interesses internacionais. Quanto à intervenção *do que produzir e quanto produzir*, se condicionam a uma política de incentivo à produção de monoculturas, atualmente vista como fator positivo no mercado nacional e internacional, encontrando assim a agroindústria da cana-de-açúcar espaço de expansão no Brasil.

Em suma, pode-se dizer que o Estado concretiza as determinações do capital, principalmente no seu papel de mediador das relações capitalistas, pois ele estimula, propicia e controla de conformidade com as forças produtivas, agindo na esfera de acumulação, concentração e centralização do capital (IANNI, 1989, P. 18), inferindo desta forma as suas relações de poder sobre o território³³.

³³ Para Poulantzas (1980, p. 14) “o Estado e o poder seriam constituídos de um núcleo inicial impenetrável e de um “resto”, que as classes dominantes, agindo por fora, poderiam influenciar ou no

Segundo Thomaz Jr e Oliveira (2007, p. 3),

O processo de expansão do capital agroindustrial canavieiro desencadeado recentemente no Brasil ocorre sob a perspectiva de aumento do consumo do álcool no mercado externo e interno, bem como do açúcar e dos subprodutos.

Aliado ao processo mundial de consumo de combustíveis renováveis e favorecidos pela política estatal de subsídios ao setor, o Complexo Agroindustrial da cana-de-açúcar passa a se realizar de forma concentrada no Centro-Sul do país. Neste contexto, é possível identificar essa etapa do capitalismo como o processo de “conglomerção” de capitais, ou seja, é a forma de mobilização ampliada do capital (BRUM, 1985, p. 133), que se reproduz, por exemplo, no Mato Grosso do Sul através dos grupos agroindustriais que são formados por redes de empresas no mundo todo para se manterem no mercado e ampliar seus negócios, como é o caso da LDC Bioenergia e Infinity.

A participação do Brasil no mercado agrícola é crescente. Segundo Piacente (2006, p. 56),

Em 2005 o agronegócio brasileiro bateu novo recorde de exportações, com US\$ 43,6 bilhões, este resultado foi 11% superior ao alcançado em 2004, quando a balança comercial do agronegócio registrou exportações de US\$ 39 bilhões (Unica, 2005). Atualmente, abrir mercados passou a ser uma obsessão brasileira, já que noventa por cento das exportações do agronegócio são *commodities* agroindustriais como, por exemplo, o açúcar, a soja, o suco de laranja, a maioria das carnes e, mais recentemente, o etanol. O sucesso das exportações brasileiras deve-se, em grande parte, às negociações internacionais, além do câmbio favorável e da grande disponibilidade de terras férteis para expansão agrícola.

Portanto, a busca acelerada pela cana-de-açúcar, gera no país uma dinâmica de produção em que outros estados passam a ser estimulados por essa política expansiva e de bons preços.

A produção de cana-de-açúcar se estabelece como a melhor matéria-prima para a produção de etanol, logo, esse processo está vinculado entre outros a clima e solos favoráveis, além do desenvolvimento técnico e tecnológico. Com as políticas de

qual poderiam se introduzir. É, no fundo, tomar a imagem renovada do Estado pela de Jano ou, melhor ainda, pela que já obcecava Maquiavel> Poder Centauro – metade-homem, metade fera. O que muda de um ator a outro é que ora a face-homem, ora a face-fera se colocam do lado das classes”.

incentivo à produção de etanol e estabelecidas as concretas existências de mercado, todo o potencial de cana-de-açúcar e também de outras fontes deverá ser aproveitado, e isso, ao que tudo indica não ocorrerá somente no Brasil, mas também em outros países que possuem a capacidade de produção através de outras matérias - primas como milho (Estados Unidos) beterraba (Europa), sorgo, mandioca (cassava).

Vale lembrar que o Brasil já passou na década de 1970-1980, pelo melhoramento de tecnologias que fossem aptas a atender o setor da cana-de-açúcar, como no melhoramento de espécies de cana-de-açúcar, sorgo, mandioca, mas também na aplicação de plantas industriais mais modernas. Assim, se estabeleceu uma logística favorável para o crescimento do setor canavieiro e também de retração do mesmo quando o preço não está favorável.

Assim, ampliam-se os investimentos em desenvolvimento de pesquisas que favoreçam o mercado do etanol, isso é possível perceber nos editais que se abrem para que as universidades desenvolvam pesquisas nessas áreas. Uma das aquisições mais recentes foi realizada pela empresa estrangeira Monsanto, que adquiriu as empresas Canavialis e Allelyx, ambas pertencentes ao grupo Votorantin controladas pela Aly Participações Limitada. Segundo a Monsanto, o negócio foi fechado em US\$ 290 milhões, o que corresponde a R\$ 616 milhões (Folha de São Paulo, 2008, p. 3).

Com o investimento, o Brasil vai se tornar o centro mundial de pesquisa da Monsanto em cana-de-açúcar. Porém, há anos as empresas recebem recursos do FINEP e BNDES, ou seja, eram injetados recursos nacionais para o melhoramento em pesquisa e que se vendem a um grupo estrangeiro. Ou seja, depois de muitos anos de capital investido pelo Brasil e que visava principalmente retorno de pesquisas para o país, as duas “jóias” (Canavialis e Allelyx) como chamou o ministro de Ciência e Tecnologia Sérgio Rezende, se aliam ao desenvolvimento do capital e da tecnologia estrangeira no Brasil (Boletim Inovação/UNICAMP, outubro de 2008).

Algumas pesquisas já possibilitaram o aproveitamento da palha da cana como geração de energia; a produção do etanol a partir do bagaço da cana com utilização de hidrólise ácida e enzimática, que contribuem para que o etanol aumente em produção sem que seja necessário aumentar a área plantada. De certa forma, essas novas tecnologias, são utilizadas principalmente em áreas com recente produção de cana-de-açúcar no Brasil.

A produção de combustíveis voltados para a energia renovável principalmente a partir de vegetais e outras matérias-primas geram um conflito quanto a produção de

alimentos ou produção de combustíveis. O que é possível perceber, é que as políticas governamentais buscam a auto-suficiência energética, o que se percebe nos investimentos feitos em pesquisas.

Da mesma forma que o petróleo continua sendo o líder no mercado, diversos outros países buscam substituí-lo, porém, concordamos com Harvey (2005b, p. 25) quando expõem que “quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos num futuro próximo”. Portanto, porque não controlar o mercado do petróleo e do etanol? Seria o Brasil uma ameaça no futuro ao “Império Americano” já que descobre atualmente uma das maiores reservas de petróleo em oceano brasileiro e é um país com potencial em tecnologia e produção de etanol?

Porém, como essa indagação ainda não pode ser respondida com maior segurança, o que se percebe é que o espraio das áreas com cana-de-açúcar no Brasil segue em ritmo acelerado. Segundo dados do Canasat juntamente com o Instituto Nacional de Pesquisas (INPE), Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (ÚNICA), desde o ano de 2007 a 2008, as áreas cultivadas com cana-de-açúcar cresceram num ritmo de 7% ao ano em todo o Brasil, porém em seis estados da região produtora do Centro-Sul o crescimento foi maior (e aí se incluem Mato Grosso do Sul que cresceu de 2007 a 2008, 40%; já São Paulo cresceu 14,8% no mesmo período (sobre aumento de áreas, falaremos no capítulo 3).

Para o Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2004) a indústria brasileira tem capacidade de atender totalmente dentro dos prazos previstos a demanda por etanol no Brasil e no mercado externo, para isso, basta maior investimento em estrutura logística para o mercado externo, como na melhoria de armazenamentos, na estruturação da malha ferroviária (vagões, desvios, terminais) e na consolidação das ampliações dos dutos. Já a organização da estrutura rodoferroviária deve ficar a cargo do setor público, bem como a participação da Petrobrás nos processos de instalação de dutos e tancagem deve ser integrada (Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, p. 120)³⁴.

A partir desses dados que se colocam, é que buscamos entender como o Mato Grosso do Sul está inserido no processo de produção, compreendendo o seu papel nessa dinâmica que volta a produção de etanol no Brasil, pois a partir de 2005 pode-se

³⁴ Os estoques de etanol são administrados essencialmente pelos produtores, já que as distribuidoras não possuem capacidade de armazenamento por muitos dias. Segundo a ANP, das 428 bases de estocagem de produtos, 50% e 21% se localizam na região Sudeste e Nordeste respectivamente (Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2004, p. 130).

perceber um aumento na procura para a instalação de usinas sucroalcooleiras bem como ocorre um aumento na área até o ano de 2008, especificamente até o outubro, período que corresponde ao término da safra e finalização do período de análise de dados deste trabalho de pesquisa.

2.2 A Conjuntura nacional e a inserção do Mato Grosso do Sul no setor

Para compreendermos melhor a inserção do Mato Grosso do Sul na produção de etanol com a chegada de agroindústrias no setor canavieiro, é necessário analisarmos as políticas públicas de desenvolvimento econômico que se projetaram efetivamente na década de 1970 para o estado. A partir desta década iniciou-se uma estruturação técnica que posteriormente veio a dar suporte às agroindústrias que se instalaram.

Nesse sentido, Mato Grosso do Sul passou a pertencer ao eixo de pólos de desenvolvimento que se realizaram pelo interior do Brasil principalmente a partir das políticas públicas do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). A estratégia de desenvolvimento econômico adotada pelo governo Geisel em 1974, e consolidada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), se destaca, como uma experiência voltada ao processo de desenvolvimento da economia brasileira, pautado principalmente na organização da estrutura industrial do país. Parte integrante e núcleo da estratégia de desenvolvimento contida no II PND, a política industrial teve como diretrizes básicas o desenvolvimento dos setores de bens de capital e insumos básicos e o fortalecimento da empresa privada nacional (desconcentração industrial), além do fortalecimento dos pólos de desenvolvimento (SILVA, 2000); (SOUZA, 2008).

Desta forma, o governo baseou-se em três ações principais: o fortalecimento da empresa privada, principalmente a nacional; o apoio à empresa privada na ocupação dos “espaços vazios”; e a reversão de empresas estatais para a iniciativa privada. Logo deveriam ser fortalecidos os pólos industriais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do Sul do país. O Nordeste, por sua vez, receberia prioridade quanto aos complexos industriais instalados na região, devido à significação já assumida pela industrialização no desenvolvimento regional. E, às regiões Norte e Centro-Oeste, reservava-se a implementação de complexos agroindustriais e minero-industriais.

Portanto, é válido compreender como o processo de “integração” do Mato Grosso do Sul ocorreu ao passo de fazer parte das políticas de desenvolvimento brasileiro, além de perceber como o estado na condição de “território” passou a ser foco

de programas do governo e posteriormente se constituir como “uma via de escoamento da produção agroindustrial e de minérios “ e de “permitir a integração territorial com os países limítrofes” (SOUZA, 2008, p. 41-42).

Ainda, segundo Souza (2008, p. 15) “O conceito de pólos de desenvolvimento coexistindo com o planejamento, deu origem a diversas construções teóricas, e dele extrairam-se várias diretrizes de política econômica – como a executada no atual Mato Grosso do Sul”. Assim, podemos considerar o pólo de desenvolvimento como o centro econômico que emana através do planejamento, organização de uma determinada área, um pólo “ímã”, que estabelece forças atrativas e ao mesmo tempo libera forças para o centro dinâmico (PERROUX *apud* SOUZA, 2008, p. 15). Assim, concretiza-se portanto no estado as cidades pólos que abrigam os distritos industriais, sendo “Campo Grande, Dourados e Corumbá, administrados pelo governo do estado e dois distritos em Três Lagoas, administrados pelo governo municipal” (SOUZA, 2008, p. 16).

Desta forma, a atração de capitais que passam a estar vinculadas diretamente na formação de uma nova área dinâmica que facilite as transações comerciais, logísticas e econômicas ao mesmo tempo, remontam no Mato Grosso do Sul a um período em que o Brasil buscava uma organização territorial e com domínio pelo Estado. Assim, o Brasil procurou realizar uma política de desenvolvimento por delimitação de regiões, ou melhor, por eixos que facilitassem as questões de logísticas e alavancassem a produção, circulação de mercadorias e principalmente a exportação.

Logo, a criação dos eixos de integração deveria diminuir estrategicamente as discrepâncias regionais e sociais, para a delimitação desses eixos, considerou-se apenas a geografia econômica do país, com “seus fluxos de bens de serviços” (GARDIM, 2008, p.77) (SOUZA, 2008, p. 16). Mas é válido lembrar, que o estado também visava uma saída para a crise, portanto, ao mesmo tempo em que estimulava a migração de pessoas para as regiões norte e oeste do Brasil, visava que essas regiões produzissem, ou seja, aumentariam as relações com as regiões dos centros dinâmicos, possibilitando menor importação de produtos e maior exportação e colocaria o Brasil num país com a crise superada e ao mesmo tempo competitivo na produção de *commodities*.

Através dessas articulações o que se percebe é o “jogo de estratégias” por qual o capital se apropria para ampliar a sua reprodução. A visão e o ideal de progresso³⁵ e de

³⁵ Para Buarque (1993, p. 48) “O progresso, como idéia generalizada, exigia uma acumulação de capital, um acervo tecnológico e um poder de organização social que permitissem eficiência crescente, capaz de acelerar o processo produtivo, a uma velocidade que todos os homens pudessem percebê-lo, como uma experiência diária”. Portanto, “a idéia de progresso passa a estar impregnada num conceito muitas vezes

desenvolvimento implicam na intervenção direta dos “poderes” do Estado como prerrogativa para a acumulação de capital. Altos investimentos que são ágeis no processo de criação e lentos no retorno. Ao mesmo tempo define uma organização e divisão regional/territorial do trabalho, precarizando as condições de trabalho e sustentando as funções “lucrativas” dos grandes agentes do capital.

A partir do momento que o Estado propõe e realiza em âmbito nacional as interferências na economia nacional, tem-se, portanto, o firmamento do setor que estaria subjogado fundamentalmente às políticas governamentais. Não é raro perceber, que essas políticas continuaram se realizando no Mato Grosso do Sul, pois os discursos desde a Era Vargas, sempre indicaram este território como passível de “grandes” possibilidades de investimento e oportunidades para aqueles que chegavam.

Como o modelo de substituição de importações no final da década de 1970 entrava em crise³⁶, o Brasil só poderia superar esse problema econômico a partir do momento em que se intensificassem os investimentos para que ocorresse um novo modelo de acumulação capitalista. E, portanto, o papel do Estado nesse processo foi o de articular políticas baseadas principalmente num modelo realizado no mercado externo, ou seja, ampliar a capacidade industrial e organizar os setores para o mercado externo, como ocorria nas regiões do sudeste e em menor escala no sul do Brasil (RANGEL, 2005, p. 50)³⁷.

Nesse contexto, o Mato Grosso do Sul nasce, por exemplo, a partir da política de substituição de importações voltada para incentivos de criação e expansão de agroindústrias que se desenvolveu no cenário da crise do petróleo, tendo por isso interesses articulados a produção de etanol. Em outras palavras, o território do estado do Mato Grosso do Sul, já nasceu projetado com uma função social voltada para a produção de monoculturas e da pecuária. Pois como afirma Oliveira (1994, p. 24),

pautado somente no econômico, esquecem-se outros valores maiores, principalmente os valores do homem. O homem somente acompanha o progresso a partir da observação direta da evolução, assim, a idéia de progresso surgiu e se consolidou como um único e determinado tipo de progresso, o econômico” (BUARQUE, 1993, p. 49-50).

³⁶ Neste mesmo período que foi no final da década de 1960 a aos anos de 1970, tem-se a crise do fordismo e advento do toyotismo no Japão. Logo, as transformações desse processo passam a ser sentidas no mercado internacional, primeiramente na América do Norte e Europa e mais tardiamente nos outros países, principalmente os periféricos.

³⁷ Está idéia de fazer o país seguir a mesma linha que seguiu os países desenvolvidos, vem a partir da teoria da dependência, ou seja, o Estado deveria seguir o objetivo central de desenvolvimento industrial baseado nos mesmos moldes daqueles ditos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, eram contra a dependência econômica dos países, mas agiam de forma dependente conforme os objetivos de desenvolvimento que propunham, porém sempre baseados nos projetos dos países desenvolvidos.

Ao nascer de fato, em 1º de janeiro de 1979, o Mato Grosso do Sul configurou-se como filho da política de incentivos à exportação. Isto é, produto direto do financiamento estatal ao setor agropecuário visando à exportação; como também é fruto da crise do petróleo e da tentativa de sua substituição pelo álcool³⁸.

Neste contexto, o governo brasileiro se utilizou daquilo que o país e principalmente o interior do Brasil tinha em abundância, ou seja, a terra. Forma-se como diz Rangel (2005, p. 52) “parte importante do seu capital pelo uso dos fatores imediatamente ao seu dispor, especialmente da terra e da mão-de-obra”. É histórico no Mato Grosso do Sul a sua condição latifundiária, portanto, bastava apenas, integrar essa região ao processo expansivo capitalista brasileiro.

Nestes aspectos, o estado do Mato Grosso do Sul passava a cumprir o seu papel no movimento de reprodução do capital, e, prevalecia no campo a força hegemônica capitalista dos pecuaristas e dos grandes e médios proprietários de terras, e na cidade, eram os comerciantes, fundamentalmente que representavam os agentes reprodutores do capital (OLIVEIRA, 1994, p. 24).

Nesse âmbito, a participação do Mato Grosso do Sul na economia exportadora alavancou-se a partir, principalmente, da produção agrícola que se desenvolveu sob profunda integração agricultura e indústria. No final da década de 1970, já se faziam presentes no estado, indústrias com peso relativo na participação da arrecadação estadual, dentre elas a indústria de cimentos Itaú, e duas destilarias de álcool nos municípios de Rio Brillhante e Sonora.

Estavam “abertas as portas” para a internacionalização da economia que, consolidou o processo de integração entre as regiões mais distantes dos “centros dinâmicos”, criou-se uma rede voltada aos transportes que facilitou as relações comerciais, essas relações se deram fundamentalmente num período compreendido entre as décadas de 1970 a 1990.

Já para o início do século, o governo brasileiro, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, criou um programa derivado do Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2000/2003) chamado “Avança Brasil”, com o objetivo de promover Eixos de Integração e Desenvolvimento (SOUZA, 2008).

Desta forma, promoveu-se um planejamento a longo prazo em todas as regiões brasileiras, e o Mato Grosso do Sul a partir do Plano Diretor de Transportes do estado

³⁸ Neste período que data a entrada do estado no Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e se instalam 9 usinas na década de 1980, como comentamos no capítulo 1 dessa dissertação.

(MSTRANSP), mais o CODESUL (Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul) e o GEIPOT (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes) juntamente com a Petrobrás, elaboraram um projeto econômico e social absorvido a partir de um conceito de multimodalidade de transportes, ou seja, o projeto visava à integração entre os diversos modais de transporte (hidroviário, ferroviário, rodoviário e aeroviário), que visava maiores relações econômicas e comerciais com as demais regiões brasileiras³⁹ (GARDIM, 2008) (SOUZA, 2008).

É histórico no Brasil a opção pela utilização das rodovias, da mesma forma que sempre se investiu pesadamente nesse tipo de vias e/ou redes técnicas de transporte. Porém, fato reverso aconteceu com as ferrovias em que até períodos anteriores foram constituídos como um dos principais meio de escoamento de grãos do país, porém, atualmente busca-se a recuperação das linhas ferroviárias, facilitando, ainda mais, a comercialização da produção.

Os programas chamados de “corredores de exportação” foram organizados pelo governo federal para dar maior fluidez à economia regional. Sendo os objetivos desses programas a integração e maior racionalização das diversas etapas do processo de escoação, proporcionando maior competitividade do Brasil em relação ao mercado internacional (GARDIM, 2008, p. 79).

Portanto, esse esquema projetado pelo governo, tem como objetivo implementar a abertura comercial que facilite a expansão e diversificação das exportações e a inserção do país no mercado mundial. E aí, pode-se afirmar que a soja representou, fundamentalmente, esse papel no processo de garantia e de concorrência de mercado. Portanto, o que se percebe é uma organização econômica que considera apenas a lógica do capital. Sobre essa nova organização do território, Souza (2008, p. 316) considera que:

São estes os pressupostos ideológicos que buscam reconhecer que o governo adota uma visão de longo prazo para o desenvolvimento sustentável do país e que vão justificar os elevados dispêndios em setores infra-estruturais (...). A concentração de investimentos demonstra a orientação de um desenvolvimento baseado na modernização e ampliação dos sistemas de energia, transportes e comunicação: facilidades “logísticas” necessárias ao fluxo de mercadorias e pessoas.

³⁹ Entendemos ser necessário fazer esse resgate, para que possamos compreender a diante como foi se configurando estrutura logística para escoação da produção de álcool e outros produtos no Mato Grosso do Sul.

Com o advento da soja, elevaram-se as exportações e conseqüentemente se organizou um caminho para escoação e formação de uma logística mais favorável que facilitasse a comercialização dessa produção. Ampliaram-se os fluxos de investimento que movimentaram, ainda mais, a circulação de capitais com conseqüentemente espacialização da cultura da soja por áreas produtivas ainda não ocupadas que, através desse crescimento, também atraíram grupos agroindustriais para a região.

Segundo Oliveira (1994, p. 131),

O afluxo de capitais ao Mato Grosso do Sul durante os anos setenta, orientados para a ampliação e manutenção da sojicultura, criou um complexo sistema de intercambio interregional (entrada de mercadorias principalmente o sudeste e do sul) e internacional (a cultura da soja no Mato Grosso do Sul desde os seus primórdios visava o mercado internacional). Ampliou, também, os circuitos produtivos auxiliares (comércio urbano, produção agrícola para o consumo urbano, produção industrial de calcário moído). Promoveu, com efeito, a implantação de rígidos blocos estruturais fixos como a modernização e construção de estradas e pontes.

Portanto, estava instaurada uma organização comercial que favorecia as agroindústrias vigentes no estado e que facilitava a reprodução do capital nos diversos setores pelo qual essa dinâmica afetava. Logo, a hegemonia do poder latifundiário e comercial da região se expandia, enquanto, ampliava-se a concentração urbana e a precariedade do trabalho.

Desta forma, podemos entender que se criou uma mobilidade geográfica (de capital e de pessoas) no território brasileiro a partir do momento em que se modernizaram as regiões mais afastadas dos portos. Essa mobilidade se deu principalmente pelos *fronts* agrícolas (*commodities*), tendo dentre os principais a soja, que possibilitou uma transformação e organização do território, sobretudo, no meio de transportes e comunicações (CASTILLO, 2004, p. 81). Ampliou-se a logística necessária para possibilitar o escoamento da produção e colocar o Brasil como um dos principais exportadores de *commodities*, aumentando o número de empresas voltadas para as agroindústrias e atraindo ao mesmo tempo o capital estrangeiro.

Com os projetos do “Avança Brasil”, foi construído no Mato Grosso do Sul o gasoduto Bolívia – Brasil, a FERRONORTE e a interligação entre a hidrovia Tietê-Paraná, projetos considerados estruturantes, ou seja, que “estimulam investimentos em

casata, de um ponto de vista nacional (PORTFÓLIO DE INVESTIMENTOS *apud* www.eixos.gov.br. 30.04.01⁴⁰).

Portanto, o Estado desenvolveu um planejamento estratégico no contexto de promover empreendimentos que favorecessem o fluxo de capital pelas diversas regiões nas quais poderia ter conexão. Essa malha rodoviária, ferroviária e hidrovieira favoreceu a logística de escoamento da produção, principalmente de grãos, minério e gás do Mato Grosso do Sul.

Neste contexto, o que pretendemos tratar e discutir adiante, é como esse processo de integração favoreceu e vem favorecendo o setor sucroalcooleiro e, aí poderíamos dizer também, o setor sucro-álcool-químico que ganha força no estado a partir, fundamentalmente, do ano de 2000, com a aquisição de usinas já existentes desde a década de 1980 por grupos estrangeiros.

2.3 Os grupos industriais nacionais e internacionais da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul – Origem do Capital e espacialização no estado

Uma pergunta que sempre norteou as pesquisas sobre as usinas instaladas no Mato Grosso do Sul, era sobre quem eram e de onde vinham os grupos industriais da cana-de-açúcar que aqui se instalavam. E a partir disso, nossos estudos tentaram abranger essa perspectiva, no enfoque de que esses grupos não eram representados apenas pela razão social que apareciam aos nossos olhos, mas possuíam principalmente na relação de acionários da empresa, uma gama de informações que até então eram desconhecidas e que *a priori* dificultava a transparência da pesquisa empírica. Sendo assim, concordamos com Delgado (1985, p. 146),

Todos esses obstáculos conquanto dificultem grandemente o trabalho empírico de organização dos dados, são por outro lado, reveladores de uma faceta algo reservada de como se organiza e opera o capital financeiro na economia brasileira e, particularmente, no setor agrícola.

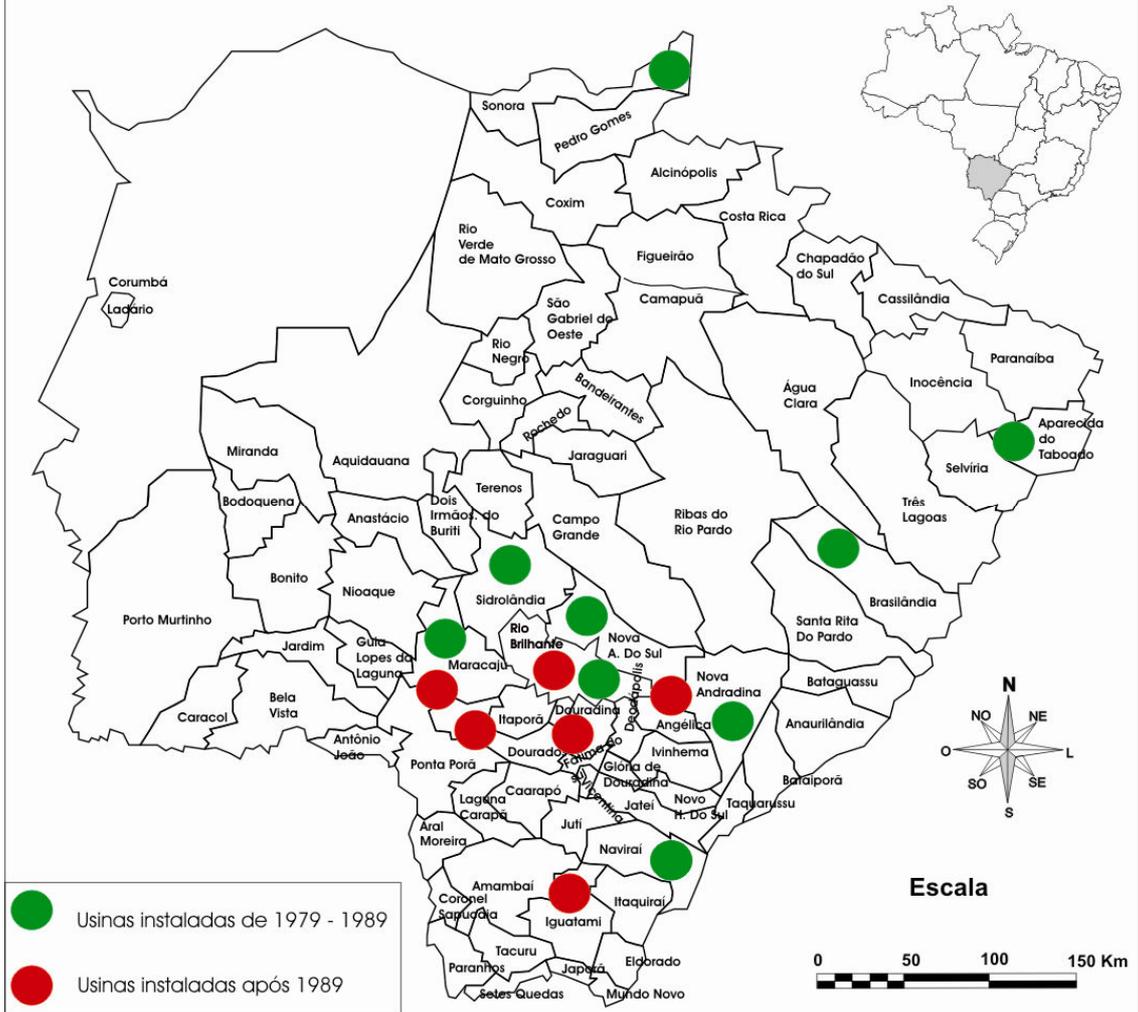
Neste contexto, concordamos com Thomaz Jr (2002, p. 76) quando aponta que “Faz-se necessário conhecer os atores que fazem parte desse cenário, como também o ‘jogo’ das mediações que cimentam o código de linguagem entre os mesmos”. Já Gottmann *apud* Cataia (2003, p. 397) “observa que é necessário saber onde estão os homens e as coisas

⁴⁰ *apud* Souza (2208, p. 53).

para que possa tirar conclusões quanto ao que um país pode fazer, isto é, suas perspectivas, seus projetos”. É nesse perfil, que a partir do início desta década, um novo patamar na agroindústria da cana-de-açúcar se estabelece. Além das 9 unidades instaladas na década de 80, mais 2 entram operação no ano de 2002, a usina Eldorado em Rio Brilhante e a usina Dcoil em Iguatemi. Porém o processo não parou, e passou com 11 unidades em operação e 28 unidades em instalação no ano de 2008. Conforme o mapa 4 e 5⁴¹. No mapa 6 demonstramos a espacialização das usinas no Mato Grosso do Sul de 1979 a 2010. Desta forma, tentamos visualizar a expansão geográfica das unidades pelo estado.

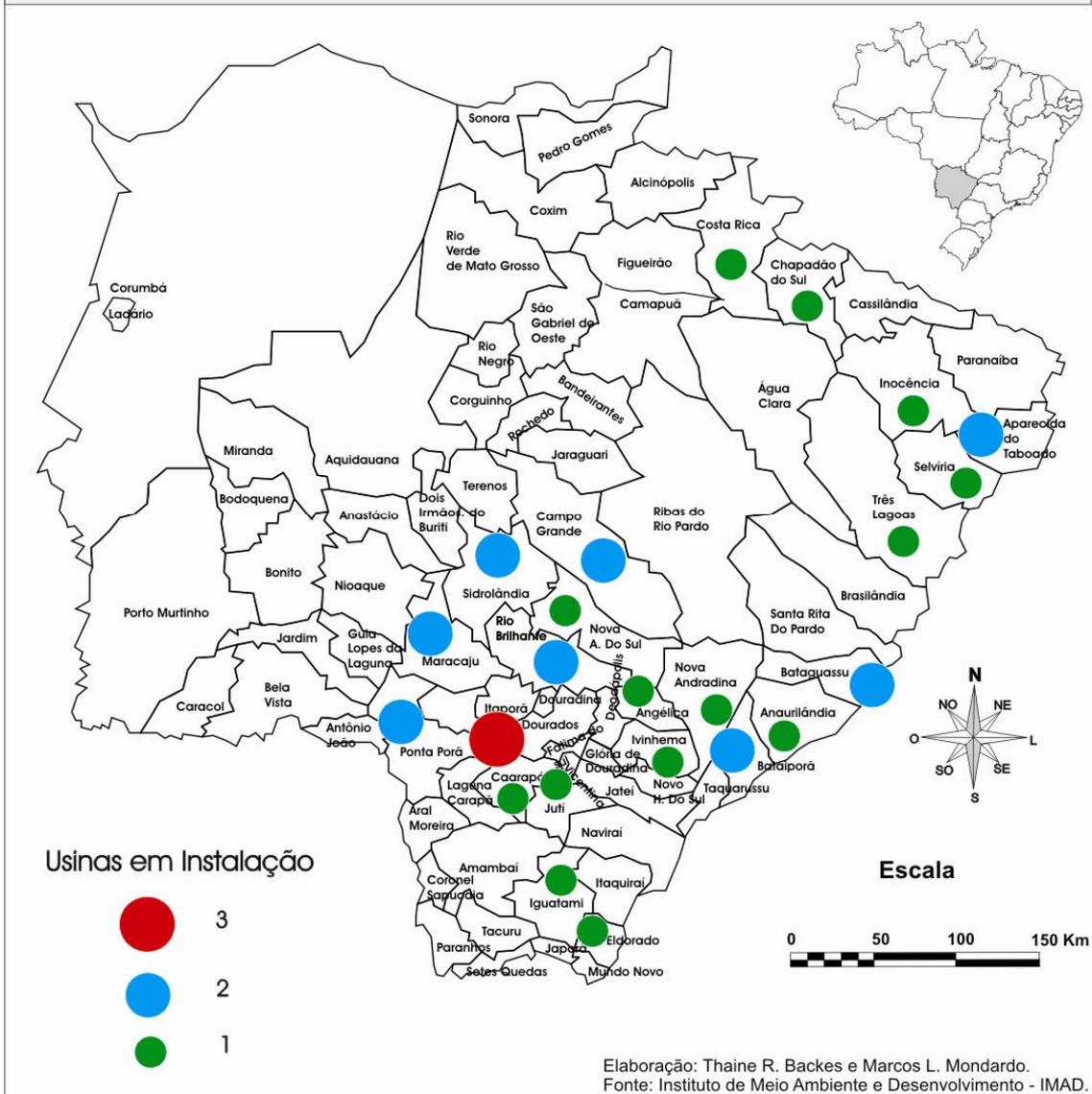
⁴¹ Consideramos unidades em instalação aquelas que já possuem licença de instalação fornecida pelo Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, bem como as unidades que já estão em fase de construção.

Mapa 4 - Mato Grosso do Sul: Usinas instaladas em 2008

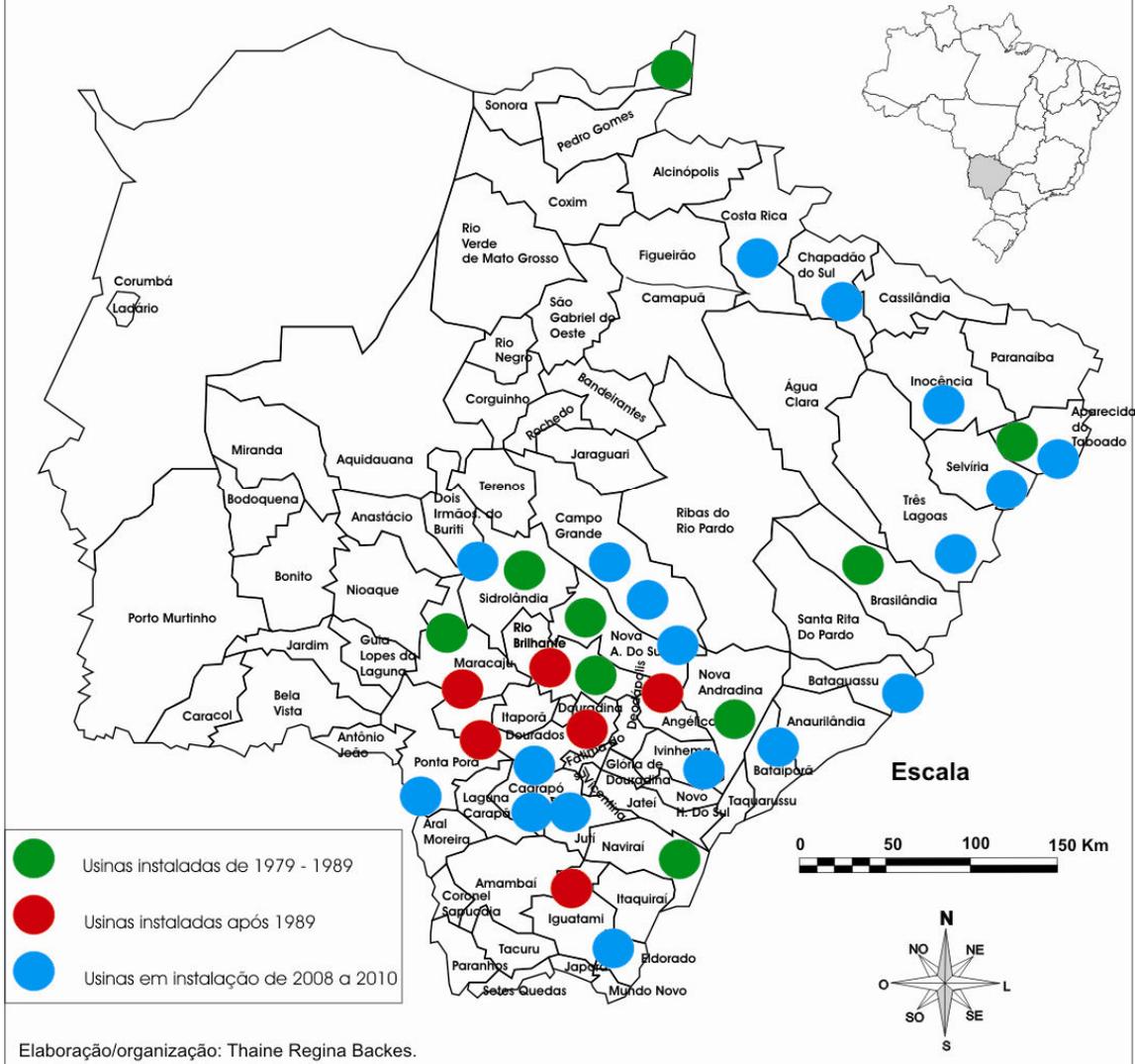


Elaboração/organização: Thaine R. Backes e Marcos L. Mondardo.
 Fonte: Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento - IMAD.

Mapa 5 - Mato Grosso do Sul: Usinas em instalação em 2008



Mapa 6 - Mato Grosso do Sul: Usinas instaladas e em instalação



A dinâmica dos processos que se desencadeiam no campo sul mato-grossense vem acompanhada dentro de um contexto histórico de centralização de capitais, porém, isto se torna mais intenso a partir da década de 2000, de forma que esta integrada à reestruturação da economia mundial. Tal configuração se verifica principalmente na falência na maioria de grupos que atuavam no Mato Grosso do Sul desde a década de 1980, sendo eles adquiridos por outros grupos. Na tabela 4, demonstramos as aquisições realizadas.

Tabela 4. Aquisições de unidades agroindustriais canavieiras na década de 2000.

Unidades	Grupo que pertencia até a década de 1990	Grupo que adquiriu na década de 2000	Nome atual da unidade
Usina Santa Quitéria	-	Unialco	Alcoolvale
Santa Olinda	José Pessoa	CBAA	CBAA - Sidrolândia
Coopernavi	Cooperativa - MS	Infinity	Usina Infinity
Debrasa	José Pessoa	CBAA	CBAA - Brasilândia
Usina Maracajú	Tavares de Melo	LDC Bioenergia	Usina Maracajú
Usina Passa Tempo	Tavares de Melo	LDC Bioenergia	Usina Passa Tempo
Usina Santa Fé	Benedito Coutinho	Safi	Usina Safi Brasil Energia
Usina Santa Helena	Benedito Coutinho	Odebrecht	Energética Santa Helena
Usina Aquarius	Kelvin Thuin	Giobbi e CIGLA	Giobbi e CIGLA

Fontes Diversas: Sítios de usinas, jornais e trabalho de campo (2007/2008).

Outra perspectiva que se estabelece é a emergência de novos grupos com ou sem experiência no setor, revelando nestes aspectos, a participação do capital estrangeiro que em alguns casos, criam uma nova Razão Social no Brasil, ou seja, é uma empresa de capital estrangeiro, porém, genuinamente brasileira e/ou até juntam-se a empresas no Brasil que atuam no ramo (como demonstraremos nos quadros de 1 a 25), para que possam encontrar aí alternativa de investimento no Brasil sem maiores problemas.

É histórico no Brasil, principalmente no momento em que este se industrializava, a participação do capital externo, pois para o governo o capital externo era essencial para à expansão das atividades produtivas. Segundo Ianni, (1989, p.79) “Outra medida a que o governo atribui grande importância refere-se à atração dos empresários

estrangeiros que, com a sua técnica e o seu capital, poderão prestar valiosa ajuda na construção do parque industrial”.⁴²

Os interesses estrangeiros na indústria vão procurar ajustá-lo à re-divisão internacional do trabalho e da produção, definida pelo sistema capitalista pós Segunda Guerra. Ou seja, inicia-se aquele movimento econômico que há muito conhecemos - a atração de empresas estrangeiras para investir no país, e ao mesmo tempo, conceder vantagens, isenções e privilégios as empresas estrangeiras. “Assim o capital estrangeiro assume o comando do processo de industrialização do Brasil” (BRUM, 1982, P. 60-61). No Mato Grosso do Sul o Estado sempre atuou no fornecimento de subsídios a empresas, especialmente, no momento em que o governo André Puccinelli fez propagandas aferindo vantagens aos empreendimentos que se desenvolvessem no setor canavieiro, como podemos verificar através da seguinte notícia do jornal Portal MS,

Puccinelli disse que a recessão na Europa e agora no Japão leva os investidores a se voltarem para outros mercados. No conjunto das economias emergentes, "o Brasil é a bola da vez". O governador disse que manterá a política de incentivos fiscais, abdicando de 67% a 75% dos impostos para atrair investimentos. (...) O governador acredita que MS receberá investimentos porque na Europa os países atingiram seu limite de crescimento. "Eles já cresceram tudo o que tinham de crescer". Segundo o governador, há perspectivas de investimentos no setor de agroenergia, couro e turismo. Puccinelli levou para a Europa 800 revistas, além de DVDs, sobre Mato Grosso do Sul. As informações sobre Jardim, Bonito e Corumbá despertaram curiosidade e chamaram a atenção de empresários do setor. "Esse foi um plantio com chuva, esperamos que a semente germine logo", disse Puccinelli sobre a divulgação do potencial do Estado. (...) O governador disse que vai cobrar prazos dos projetos que têm incentivos fiscais. Segundo Puccinelli, 14 usinas estão em operação e outras 28 devem se instalar até 2012. A perspectiva é de que a produção de álcool chegue ao pico de 2,5 milhões de metros cúbicos no prazo de dois anos (www.portalms.com.br, acesso em 22 de fevereiro de 2009).

Esses acontecimentos dizem respeito às metamorfoses do capital e principalmente aos processos de concentração e centralização dos mesmos, que operam em âmbito mundial, porém no seio do capitalismo o fenômeno é permanente (IANNI, 1989, p. 83). Por isso essas políticas de incentivos fiscais para a atração de grupos internacionais ou nacionais se deslocarem para este ou aquele estado ou regiões sempre

⁴² Esta perspectiva foi remetida principalmente pela Instrução nº113 do Governo Brasileiro. Com o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, esse processo ganha fôlego, passando a ocupar o primeiro lugar como mercado para capitais externos (IANNI, 1989, p. 79).

ocorreram, mas o que confere singularidade ao momento atual é a força com que essa política de incentivo é projetada pelo governo estadual sul mato-grossense.

Desta forma, a condução através da qual o capitalismo se estabelece, reflete na centralização realizada por algumas empresas e/ou grupos que atuam no processo de monopolização do capital dentro de seu ramo. Assim, as usinas multinacionais instaladas no Mato Grosso do Sul, podem ser representadas pela concentração e ou centralização dos capitais. A título de exemplo podemos citar a Louis Dreyfus Commodities, que atua em diversos segmentos monopolistas mundialmente como, por exemplo, no ramo da soja, citrus, café, arroz e cana-de-açúcar. Sendo que o conjunto dessas empresas dos diversos ramos pertencem a Holding S.A. Louis Dreyfus & CIE⁴³. Para Brum (1982, p. 167),

O modelo brasileiro de desenvolvimento, baseado na expansão da grande empresa capitalista, no capital internacional e na tecnologia importada e voltado para as camadas de altos rendimentos e para a exportação, aprofunda a interligação e a dependência da economia brasileira em relação aos países centrais altamente desenvolvidos.

Nesta perspectiva, entendemos que a centralização se realiza dentre outras medidas a partir, por exemplo, da aquisição de empresas similares (COMIM, 1999), fator que se percebe no sul do Mato Grosso do Sul, onde estão concentradas a maioria das empresas sucroalcooleiras. Desde a década de 80 até meados de 2000, algumas das usinas instaladas foram adquiridas por grupos estrangeiros e por grupos com experiência no ramo, principalmente empresários da região produtora de cana-de-açúcar do estado de São Paulo (ver tabela 3), como foi o caso das usinas: Alcoolvale, Coopernavi, Usina Maracajú, Usina Passa Tempo, Usina Santa Fé, Usina Sonora. Desta forma, entender o reordenamento do setor sucroalcooleiro se torna importante, pois Chesnais (1996, p. 64),

um dos principais objetivos industriais de uma aquisição/fusão consiste em pegar uma parcela do mercado, especialmente quando for acompanhada pela aquisição de marcas comerciais, de redes de distribuição e de clientes cativos.

⁴³ Na década de 80, a Louis Dreyfus já era apontada como uma das empresas líderes no comércio mundial de oleaginosos. Ver Muller (1989).

Portanto, as aquisições que ocorreram tanto por empresas brasileiras como por empresas estrangeiras no Mato Grosso do Sul revelam que existia, neste estado, uma parcela do mercado que poderia responder a um potencial econômico maior, ou seja, que havia potencial de crescimento no ramo da cana-de-açúcar. Assim os grupos que no Mato Grosso do Sul, se instalaram no período compreendido entre os anos de 1979 a 2008, foram estimulados pela demanda mundial do etanol⁴⁴. Logo, dentre outros fatores como preços de terras baratas e agricultáveis⁴⁵ principalmente se em relação às terras da região produtora de cana-de-açúcar do estado de São Paulo, estavam a topografia plana e o clima favorável, propícios para a plantação de cana-de-açúcar, além de incentivos fiscais que promoveram a instalação acelerada das usinas de cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul. Segundo Santos e Pessoa (2008, p. 248-249),

Com todo este (re)ordenamento territorial do capital no setor e, com as tendências já confirmadas de expansão da produção e exportação de etanol brasileiro, crescem as fusões, aquisições e parcerias no setor sucroalcooleiro por todo o país, além do surgimento de novas unidades do setor, com destaque para os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Na tabela 5, mostram-se os grupos econômicos que atuam no setor sucroalcooleiro do Mato Grosso do Sul. A identificação dos grupos que atuam nesse ramo no estado revela como já expusemos dados que posteriormente buscaremos problematizar.

⁴⁴ Sobre a demanda do etanol e as políticas para seu crescimento, serão comentadas no capítulo 2.

⁴⁵ Ao entender que as terras tornam-se estimuladores de atração para as usinas, nos reportamos a David Ricardo, na intenção de perceber que a terra, principalmente a terra fértil, não poder ser considerada como o único meio exclusivo de crescimento econômico. Para Ricardo (1986, p.201-212) “Um solo fértil proporciona a maior capacidade natural de riqueza que um país pode ter; e falar da riqueza insuficiente de um país fértil é falar mais comparativa que absolutamente (...), em geral, apenas a fertilidade da terra não é um estímulo suficiente para o crescimento permanente da riqueza”.

Tabela 5. Grupos econômicos que atuam no Mato Grosso do Sul – 2008.

Usinas	Grupo	Município
1. Álcoolvale	Unialco/Zancaner	Aparecida do Taboado
2. CBAA/Brasilândia CBAA/Sidrolândia	CBAA - Cia. Brasileira de Açúcar e Alcool Ltda. CBAA - Cia. Brasileira de Açúcar e Alcool Ltda.	Brasilândia Sidrolândia
3. DCOIL (Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda.)	Nelson Donadel, Petronave/ Álcool, Coama	Iguatemi
4. Energética Santa Helena Ltda.	Grupo Benedito Coutinho	Nova Andradina
5. LDC Bioenergia S.A. (Usina Esmeralda) LDC Bioenergia S.A.(Usina Maracajú) LDC Bioenergia S.A. (antiga Passa Tempo) LDC Bioenergia S.A. (Usina Rio Brilhante 2)	LDC Bioenergia S/A - Louis Dreyfus Commodities LDC Bioenergia S/A - Louis Dreyfus Commodities LDC Bioenergia S/A - Louis Dreyfus Commodities LDC Bioenergia S/A - Louis Dreyfus Commodities	Sidrolândia Maracajú Rio Brilhante Rio Brilhante
6. Companhia Agrícola Sonora Estância-	Grupo Giobbi e Cigla (subsidiária da FIAT)	Sonora
7. Usina Safi Brasil Energia (antiga Santa Fé)	Grupo Italiano-Safi	Nova Alvorada do Sul
8. ETH – Rio Brilhante (Ex-Usina Eldorado Ltda.) ETH – Dourados (Dourados)	Grupo Odebrecht/ETHBioenergia/Sojitz Corporation, Grupo Odebrecht/ETHBioenergia/Sojitz Corporation,	Rio Brilhante Dourados
9. Itamarati S/A	Grupo Itamaraty	Nova Alvorada do Sul

10. Infinity (Usina Naviraí S.A. de Açúcar e Álcool) Infinity Bioenergia (Usinavi II)	Grupo Infinity Grupo Infinity/Larajay	Naviraí (Usinavi) Iguatemi (Usinavi II)
11. Angélica Agroenergia	Adecoagro/Georges Soros, JB Agropecuária	Angélica
12. Arauna Agroindustrial	Marcelo Bassam	Paranaíba
13. Central Energética Vicentina	Edilberto Meneguetti e Wagner Meneguetti	Vicentina
14. Cerona S.A- Nova Andradina Cerona S.A - Batayporã-	Brazilian Energy Partners (BEP)/CERONA Brazilian Energy Partners (BEP)/CERONA	Nova Andradina Batayporã
15. Companhia Brasileira de Energia Renovável	Brenco (Sócios estrangeiros)	Costa Rica
16. Dourados S.A. Álcool e Açúcar	Unialco/Zancaner/Celso Dal'Lago	Dourados
17. Usina Ivinhema	Irmãos Gadotti transportes e Serviços LTDA	Amandia/Ivinhema
18. Iaco Agrícola S.A.	SOCIEDADE SHMIDT GRENDENE PACTUAL	Chapadão do Sul
19. Laguna – Álcool e Açúcar Ltda.	Medeiros e Carvalho Cunha	Batayporã
20. Monte Verde Agro Energética S.A.	FLAMARPAR	Ponta Porã
21. Nova América S.A. - Agroenergia	Grupo Rezende Barbosa S/A	Caarapó
22. Pantanal Agro Industrial Usina Rio Paraná S/A - URP	Usaciga / Clean Energy/Brazil Usaciga / Clean Energy/Brazil	Sidrolândia Eldorado
23. Vista Alegre Açúcar e Álcool Ltda.	Grupo Tonon	Vista Alegre- Maracaju
24. São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.	Grupo Bertin, JB Agropecuária	Dourados
25. Usina Sucral I	Greentech/Sucral	Selvíria

Usina Sucral II	Greentech/Sucral	Inocência
26. Usina Aurora Açúcar e Álcool Ltda.	Fiovarante Scalon/Nogueira Mollo	Anaurilândia

Fonte: Trabalhos de campo 2007-2008, jornais e sítios da internet.

Organização: BACKES, T. R., 2009.

2.4 Relação detalhada dos grupos que estão instalados e que pretendem entrar em operação até o ano de 2010 no Mato Grosso Sul.

Quadro 1. Unialco

<p>Grupo: Unialco</p> <p>Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Álcoolvale/Dourados Álcool e Açúcar / Canavale.</p> <p>Municípios de atuação: Aparecida do Taboado, Dourados e Ponta Porã</p>
<p>Capital Acionário:</p> <ul style="list-style-type: none">• Luiz Guilherme Zancaner – Diretor Presidente Unialco;• Walter Henrique Zancaner Filho – Acionista proprietário;• Pedro Laerte Menchon Felcar- Acionista e gerente agrícola da Unialco;• Celso Rodrigues Dal'Lago: Pecuarista e empresário de Dourados-MS;• Clean Energy Brazil - 33% de participação na <i>holding</i> Unialco. A negociação foi realizada no valor de US\$ 64 milhões, deste total foram pagos US\$ 37 milhões em dinheiro mais US\$ 27 milhões correspondentes a US\$ 3,8 milhões de ações da companhia, que possui capital aberto na bolsa de ações de Londres. Os papéis fazem parte do total de 21,9 milhões de ações cujo anúncio de emissões gerou US\$ 40 milhões.• Demais acionistas: Grupo Manuelita Colômbia e Pantaleón Guatemala (atuam no ramo da cana-de-açúcar nos seus países).• Observação: Os empresários e os demais acionistas minoritários terão 67% do grupo Unialco.• Origem dos Investimentos: Os primeiros investimentos do grupo Unialco são de origem familiar e do Proálcool na década de 1980.• Clean Energy Brazil - 300 milhões de reais (Para construção de uma unidade Unialco em Ponta Porã- MS).• Celso Dal'Lago Rodrigues – Doação de 80 ha para construção da usina Dourados Álcool e Açúcar, sendo que é proprietário de mais 8.000 ha que disponibilizou para a plantação de cana-de-açúcar.• Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Não foi possível estimar o repasse realizado do BNDES para o grupo Unialco, porém sabe-se que foi solicitado o financiamento.

- **Fundo Constitucional do Centro- Oeste** – O grupo possui investimentos em uma das linhas de créditos do FCO, que possibilitou que o pagamento seja realizado em 15 anos. Não foi possível estimar o valor de repasse.
- **Pedro Laerte Menchon Felcar** – Não foi possível identificar origem do capital do acionista.

Quadro 2. Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool Ltda.

Grupo: CBAA - Cia. Brasileira de Açúcar e Álcool Ltda. – José Pessoa

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: CBAA – Brasilândia/CBAA - Sidrolândia

Municípios de atuação: Brasilândia e Sidrolândia - MS

- José Pessoa de Queiroz Bisneto - Presidente e proprietário majoritário

- **Capital Acionário:** CBAA - Cia. Brasileira de Açúcar e Álcool Ltda. – Holding que controla 100% das usinas da empresa, num total de 5 usinas em todo o Brasil;

- Alexandre Grendene – Grupo Grendene. Não foi possível estimar em valores a participação do grupo na *holding* CBAA.

Origem dos Investimentos: Os primeiros investimentos do grupo são de origem familiar (José Pessoa de Queiroz) que diluiu o seu capital em diversos herdeiros. Assim, José Pessoa de Queiroz Neto seguiu no ramo sucroalcooleiro após receber parte da herança.

Atualmente o capital da empresa é fechado possuindo poucos sócios, ou seja, não recebe investimentos externos e não possui ações nas bolsas de valores.

Observação: Não foi possível estimar os financiamentos contrados pelo grupo

Quadro 3. Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda.

Grupo: DCOIL (Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda.)

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: DCOIL (Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda)

Municípios de atuação: Iguatemi- MS

Capital Acionário:

- Nelson Donadel – Sócio Fundador;
- E.G Administração e Participação Ltda.
- José Renato dos Santos - Sócio

Origem dos Investimentos: Os primeiros investimentos são do capital próprio do empresário Nelson Donadel.

Observação: Não foi possível estimar os totais de investimentos externos nem a porcentagem de participação no grupo de cada sócio.

Quadro 4. Grupo Benedito Coutinho

Grupo: Grupo Benedito Coutinho

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Energética Santa Helena Ltda.

Municípios de atuação: Nova Andradina

Capital Acionário:

- Benedito Coutinho - Sócio Majoritário

Origem dos Investimentos: Os primeiros investimentos são do capital próprio do empresário Benedito Coutinho

Observação: Não foi possível estimar os totais de investimentos externos para a usina.

Quadro 5. Louis Dreyfus Comoditties

Grupo: Louis Dreyfus Comoditties/ LDC Bioenergia S/A - Subsidiárias da Holding S.A. Louis Dreyfus & CIE

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Usina Esmeralda, Usina Maracajú, Usina Passa Tempo, Usina Brilhante 2.

Municípios de atuação: Sidrolândia, Maracajú, Rio Brilhante

Capital Acionário:

- LDC Bioenergia S/A - O Grupo Louis Dreyfus é uma organização internacional de empresas de propriedade e controle da Louis Dreyfus SAS, sediada em Paris. É uma subsidiária integral da família Louis-Dreyfus desde sua fundação em 1851.

- Wafic Said e outros - Saïd Holdings – 15% do capital da LDC Bioenergia

Observação: As identidades dos demais acionários não são divulgadas pela empresa

- Benedito Coutinho - Sócio Majoritário

Origem dos Investimentos:

- Bolsas no mercado de ações;

- Wafic Said e outros – Investimento inicial de US\$ 180 milhões.

Observações: Wafic Said é dono da Saïd *Holdings*, uma companhia de investimentos com sede nas Ilhas Bermudas, cujo portfólio inclui renda fixa, ações, fundos *hedge*, *private equity* e ativos imobiliários. Seu nome está profundamente ligado ao maior acordo de venda de armas já fechado, batizado de Al-Yamamah (Fonte Valor Econômico, 15/09/2007).

Quadro 6. Grupo Giobbi e Cigla

Grupo: Grupo Giobbi e Cigla (subsidiária da FIAT)

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Usina Sonora

Municípios de atuação: Sonora

Capital Acionário:

- Francisco Giobbi – Diretor Presidente
- Cigla- FIAT

Origem dos Investimentos:

- Não foi possível detalhar a origem dos investimentos.
- A empresa atua no Mato Grosso do Sul desde 1979.

Quadro 7. Grupo Safi

Grupo: Grupo Safi

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Usina Safi Brasil Energia (antiga Santa Fé)

Municípios de atuação: Nova Alvorada do Sul

Capital Acionário:

- Fiorenzo Sartor (Itália) – Empresário - diretor

Origem dos Investimentos:

- Não foi possível detalhar a origem dos investimentos, pois o empresário italiano conseguiu empréstimo no valor de R\$ 180 milhões do Banco do Brasil e pagou pela usina aproximadamente R\$ 4,8 milhões.

Quadro 8. Grupo Odebrecht/ETH Bioenergia/Sojitz

Grupo: Grupo Odebrecht/ETHBioenergia/Sojitz

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: ETH – Rio Brillhante (Ex-Usina Eldorado Ltda.)/ETH – Dourados (Dourados)

Municípios de atuação: Rio Brillhante/Dourados

Capital Acionário:

- ETH Bioenergia – Subsidiária do grupo Odebrecht
- Sojitz Corporations – 33% do capital da empresa ETH Bioenergia

Origem dos Investimentos:

- ETH Bioenergia – Investimentos em três unidades no Brasil de aproximadamente R\$ 5 milhões;
- Sojitz Corporations – Não foi possível averiguar o montante pago pela empresa para se tornar sócia do grupo ETH Bioenergia;
- **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** – R\$ 1,5 bilhões, distribuídos em 3 unidades processadoras no Brasil – do total repassado pelo BNDES será possível implantar 64% da planta industrial e agrícola e 40% restantes serão de contrapartida da ETH e Sojitz.

Quadro 9. Grupo Itamaraty

Grupo: Grupo Itamaraty

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Itamarati S/A e Usina Itaguassu

Municípios de atuação: Nova Alvorada do Sul/Bataguassu

Capital Acionário:

- Grupo Itamaraty – De origem da família Moraes, controlada pelo sócio majoritário Olacyr de Moraes

Origem dos Investimentos:

- Não foi possível detalhar a origem dos investimentos no Mato Grosso do Sul, mas sabe-se que serão investidos em torno de R\$ 608,1 milhões, que serão financiados parcialmente pelo BNDES.
- A prefeitura municipal de Bataguassu ofereceu subsídios, sendo: isenção de impostos e doou a área para construção da usina.

Quadro 10. Grupo Infinity

Grupo: Grupo Infinity

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Infinity (Usina Naviraí S.A. de Açúcar e Álcool) / Infinity Bioenergia (Usinav II)

Municípios de atuação: Naviraí e Iguatemi

Capital Acionário:

- INFINITY RANCH LLC – 13,87%
- ETHANOL ASSOCIATES, LP – 11,45%
- DISA HOLDING LLC – 5,03%
- NCB TRUST LIMITED – 4,65%
- VIDACOS NOMINEES LIMITED – 4,49%
- SF CAPITAL PARTNERS LTD – 3,24%
- HARE & CO – 3,22%
- NUTRACTO NOMINEES LIMITED – 3,10%
- Outros – 50,96%.

Composição Acionária de Partes Relacionadas

- Andrew Limpman – 2,75%
- Sérgio Thompson Flores – 1,82%
- Jean Lesur – 0,11%
- William Kidd – 12,69%
- Martin Escobari – 0,63%
- Ethanol Associates, L.P – 11,45%
- Ações em tesouraria – 3,36%

Origem dos Investimentos:

- Sergio Thompson - Flor detém participação indireta através de sua subsidiária integral, Novo Horizonte Brazil Energy, LLC. Inclui as Ações detidas por Ethanol Associates, L.P., cujo único sócio majoritário é uma companhia de propriedade exclusiva de William Kidd.
- Martin Escobari detém participação indireta através de sua subsidiária integral, Camiri LLC.

- Ethanol Associates, L.P. é uma sociedade de responsabilidade limitada constituída de acordo com as leis das Ilhas Virgens Britânicas. Seu único sócio majoritário é Ethanol Associates GP Corp. , de cuja companhia William Kidd é proprietário exclusivo.
- Os sócios minoritários de Ethanol Associates, L.P. são familiares e afiliadas de William Kidd, assim como coligadas que incluem os executivos e funcionários da Kidd & Company, LLC e outras pessoas com as quais William Kidd mantém relacionamento comercial ou outro tipo de relacionamento. Todos os sócios de Ethanol Associates, L.P. considerados cidadãos americanos serão investidores qualificados, como definido nas leis de mercado de capitais dos Estados Unidos.
- 64,40% das ações estão abertas para negociações no mercado. Porém, 34,60% estão fora de negociação por pertencerem a membros do Conselho de Administração, incluindo esposas e filhos com menos de 18 anos (Acionistas com posições iguais ou superiores a 10%). Ações em tesouraria.

Quadro 11. Adecoagro/Georges Soros e JB Agropecuária

Grupo: Adecoagro/Georges Soros, JB Agropecuária

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Angélica Agroenergia

Municípios de atuação: Angélica - MS

Capital Acionário:

- Georges Soros
- Adeco
- JB Agropecuária

Observação: Não foi possível contabilizar a parte acionária de cada membro do grupo

Origem dos Investimentos:

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – R\$ 151 milhões
- Georges Soros – R\$ 1 bilhão, distribuídos em 3 unidades no Brasil.

Quadro 12. Araúna Agroindustrial

Grupo: Arauna Agroindustrial Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Arauna Agroindustrial Municípios de atuação: Paranaíba - MS
Capital Acionário:
<ul style="list-style-type: none">• Marcelo Bassan - Proprietário Origem dos Investimentos: Fundo Constitucional do Centro Oeste e recursos próprios: Não foi possível estimar a quantia revertida para o investimento

Quadro 13. Edilberto Meneguetti e Wagner Meneguetti

Grupo: Edilberto Meneguetti e Wagner Meneguetti Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Central Energética Vicentina Municípios de atuação: Vicentina - MS
Capital Acionário:
<ul style="list-style-type: none">• Edilberto Meneguetti• Wagner Meneguetti Origem dos Investimentos: Investimentos Totais: R\$ 113,2 milhões, captados no mercado de ações e recursos próprios, além dos subsídios estaduais do Mato Grosso do Sul (FCO) e doação de terreno pela prefeitura de Vicentina- MS.

Quadro 14. Brazilian Energy Partners (BEP) e CERONA

Grupo: Brazilian Energy Partners (BEP)/CERONA Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Cerona S.A- Nova Andradina/Cerona S.A- Batayporã Municípios de atuação: Nova Andradina/Batayporã
Capital Acionário:
<ul style="list-style-type: none">• Brazilian Energy Partners (BEP) 95%• Outros (brasileiros) 5%

Origem dos Investimentos: R\$ 1,5 bilhão, captados através dos sócios e demais acionistas investidores. Além de receber subsídios do Estado com isenção ICMS por 10 anos.

Quadro 15. BRESCO

Grupo: BRESCO

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Companhia Brasileira de Energia Renovável

Municípios de atuação: Costa Rica

Capital Acionário:

- Henri Philippe Reichstul – Sócio fundador
- Vinod Khosla – dono da Sun Microsystem
- Stephen Case – AOL;
- Ronald Burkle;
- Stephen Bing;
- James Wolfensohn;
- Grupo Semco - Tarpon All Equities;
- Rogério Manso - vice-presidente executivo de logística e comercialização.

Origem dos Investimentos:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): BNDES liberou R\$ 1,2 bilhão para a implantação do Pólo de Alto Taquari-Mineiros, composto por quatro unidades de processamento de cana-de-açúcar e plantação da lavoura, nos municípios de Alto Taquari (MT), Costa Rica (MS) e Mineiros (GO).

- A partir dos próprios acionistas do grupo e bolsas no mercado de ações

Quadro 16. Irmãos Gadotti Transportes e Serviços Ltda.

Grupo: Irmãos Gadotti Transportes e Serviços

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Usina Ivinhema

Municípios de atuação: Amandia- Ivinhema

Capital Acionário:

Daniel Gadotti

Origem dos Investimentos:

Capital próprio e os demais investimentos não foram possíveis detalhar.

Quadro 17. Sociedade Shmidt Grendene Pactual

Grupo: SOCIEDADE SHMIDT GRENDENE PACTUAL

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Iaco Agrícola S.A

Municípios de atuação: Chapadão do Sul

Capital Acionário:

- Grupo Grendene
- Irmãos Shmidt
- André Esteves

Origem dos Investimentos:

Capital próprio e os demais investimentos são do BNDES, porém sem uma estimativa do valor financiado.

Quadro 18. Medeiros e Carvalho Cunha

<p>Grupo: Medeiros e Carvalho Cunha</p> <p>Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Laguna Álcool e Açúcar Ltda.</p> <p>Municípios de atuação: Batayporã</p>
<p>Capital Acionário:</p>
<ul style="list-style-type: none">• Romildo Carvalho Cunha – Sócio Fundador• Família Medeiros – Sócio Fundador <p>Origem dos Investimentos:</p> <p>Capital próprio</p>

Quadro 19. FLAMARPAR E Monte Verde

<p>Grupo: FLAMARPAR e Monte Verde</p> <p>Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Monte Verde Agro Energética S.A.</p> <p>Municípios de atuação: Ponta Porã</p>
<p>Capital Acionário:</p>
<ul style="list-style-type: none">• BUNGE Alimentos – 60%• Flavio Wallauer – 40% <p>Origem dos Investimentos:</p> <p>Bunge – aproximadamente R\$ 800 milhões</p> <p>Investimentos do Indusporã mais a isenção do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).</p>

Quadro 20. Grupo Rezende Barbosa S/A

Grupo: Grupo Rezende Barbosa S/A

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Nova América S.A. - Agroenergia

Municípios de atuação: Caarapó

Capital Acionário:

- Rezende Barbosa S/A(administração e Investimentos),
- Nova América S/A – Agroenergia;
- Nova América S/A – Industrial Citrus;
- Nova América S/A – Trading;
- Nova América S/A – Terras;
- Laranjay S.A. – Agroenergia;
- Laranjay S.A. – Agrícola;
- UNIBANCO

Origem dos Investimentos:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – R\$ 73 milhões dos quais 23 milhões são para ampliar a área plantada e expansão da usina

Unibanco - 50 milhões

Quadro 21. Usaciga/Clean Energy/Brazil

Grupo: Usaciga / Clean Energy/Brazil

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Pantanal Agro Industrial/ Usina Rio Paraná S/A - URP

Municípios de atuação: Sidrolândia/ Eldorado

Capital Acionário:

- Usaciga;
- Clean Energy/Brazil;
- CPA Trading S.A.

Origem dos Investimentos:

Captados U\$\$ 200 milhões no mercado de ações em 2007.

Quadro 22. Grupo Tonon

Grupo: Grupo Tonon

Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Vista Alegre Açúcar e Álcool Ltda.

Municípios de atuação: Vista Alegre - Maracaju

Capital Acionário:

- Grupo Familiar – José Tonon

Origem dos Investimentos:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – R\$ 132,3 milhões.

Quadro 23. Grupo Greentech/SUCRAL

<p>Grupo: Greentech/Sucral</p> <p>Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Usina Sucral I/Usina Sucral II</p> <p>Municípios de atuação: Inocência e Selvíria - MS</p>
<p>Capital Acionário:</p> <ul style="list-style-type: none">• Grupo Greentech - Controlada por Ana Maria Diniz e Pedro Paulo Diniz (herdeiros do grupo Pão – de – Açúcar)• Grupo Sucral• Ricardo Caiuby de Faria - diretor sócio da Sucral e com participação no empreendimento• Carlos Eduardo Heise – Sócio <p>Origem dos Investimentos:</p> <p>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – que financiará 70% do empreendimento</p> <p>O restante será investido pelos grupos e seus acionários</p>

Quadro 24. Grupo Bertin/JB Agropecuária/Banco BVA e Emerson Fittipaldi

<p>Grupo: Grupo Bertin, JB Agropecuária, Banco BVA e Emerson Fittipaldi</p> <p>Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: São Fernando Açúcar e Álcool Ltda. Usina Brilhante Energia Açúcar e Álcool Ltda.</p> <p>Municípios de atuação: Dourados</p>
<p>Capital Acionário:</p> <ul style="list-style-type: none">• Grupo São Marcos Energia – participação somente na usina São Fernando Açúcar e Álcool• Grupo Bertin;• Emerson Fittipaldi (empresário e ex-piloto de fórmula 1).• José Carlos Bunlai (um dos maiores criadores de gado do país).• Fábio Augusto dos Santos – Banco BVA;• JB Agropecuária <p>Origem dos Investimentos:</p> <p>Grupo São Marcos Energia – R\$ 350 milhões</p> <p>Os demais sócios investiram em conjunto R\$ 100 milhões</p>

Quadro 25. Grupo Fioravante Scalon/Nogueira Mollo

Grupo: Fioravante Scalon/Nogueira Mollo Empresas do grupo no Mato Grosso do Sul: Usina Aurora Açúcar e Álcool Ltda Municípios de atuação: Anaurilândia
Capital Acionário:
<ul style="list-style-type: none">• Fioravante Scalon - Diretor Superintendente; Lídio Scalon - Diretor Administrativo Orivaldo Scalon - Diretor financeiro Carlos Eduardo Nogueira Mollo: Diretor Operacional e Eng^o Agrônomo Márcio Bottan Origem dos Investimentos: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) - R\$ 47.900.000,00 As demais participações e investimentos não foram possíveis de detalhar.

Conforme podemos perceber na tabela 5 (página 95) e nos quadros que se seguiram, dos 25 grupos distribuídos em 38 usinas, 20 unidades tem na sua composição acionária ou até mesmo na administração das usinas, grupos e/ou acionista estrangeiros, ou seja, 60% do capital investido no Mato Grosso do Sul (dados até 2008) pelo setor sucroalcooleiro, possui direta ou indiretamente participação de capital estrangeiro. Na constituição das empresas que visamos abordar (tabela 3 e quadros 1 a 25), pode-se identificar que algumas usinas são controladas por *holdings* e até mesmo por bancos de investimentos. O que podemos verificar, portanto, é a internacionalização da agricultura brasileira que se estende com magnitude relevante no setor sucroalcooleiro no estado do Mato Grosso do Sul e a formação de um *clusters*⁴⁶ (concentração de usinas) em Rio Brilhante, sendo 4 usinas controladas por 3 grupos (LDC Bioneregia, ETH Bioneregia S/A, e Bertin, Bumlai/Fittipaldi. Esse processo, segundo Sarti e Laplane (2002, p. 63) revela que “A internacionalização (...) caracterizou-se pela transferência da propriedade de empresas nacionais para investidores estrangeiros, sem contrapartida proporcional de investimentos de empresas brasileiras no exterior”.

⁴⁶ *Clusters* são concentrações (agrupamentos) e cooperações entre empresas de um determinado ramo em uma mesma cidade ou região.

Também, Delgado (1985) chamou esse processo de “desenvolvimento de uma nova forma de organização monopolista de mercado”, segundo ele,

Trata-se do processo de conglomeração empresarial, marcado pela organização de *holdings*, *cartéis*, *trustes* e um sem número de processos de fusão e cruzamento de grandes grupos econômicos e blocos de capital, dirigidos por uma espécie de cabeça financeira do conglomerado, os quais imprimem direção à aplicação dos capitais em distintos mercados.⁴⁷

Porém, em alguns grupos, os principais acionistas são da própria família, mas, possui o chamado “capital aberto”⁴⁸ no mercado de ações, logo, na composição acionária geral, os agentes investidores desse processo são “invisíveis”, conforme Delgado (1985, p. 146),

Em outros casos a cabeça do grupo é uma empresa industrial, comercial ou agrícola. E finalmente, ocorre a situação peculiar do próprio grupo negar essa condição, muito embora o grau de interligação multissetorial e o próprio vulto dos capitais centralizados revelam a evidência do grupo econômico.

Pode-se dizer que os grupos estrangeiros dividem-se em dois tipos: aqueles que estão consorciados com empresários do ramo e principalmente com fundos de investimento internacionais, interessados em investir em um negócio promissor sem envolvimento direto, e do outro lado estão empresas que atuam no exterior com o setor de *comodities* e que optam por estar participando ativamente do setor do Brasil, como é o caso específico das usinas do grupo Louis Dreyfus, Infinity, Adecoagro e Safi. A Infinity aliás, na primeira captação que fez no exterior, em 2006, arrecadou 300 milhões de dólares exclusivamente para investimentos no setor sucroalcooleiro brasileiro, segundo matéria divulgada na revista *Outra Globalização*, 19/06/2007.⁴⁹ No mapa 7,

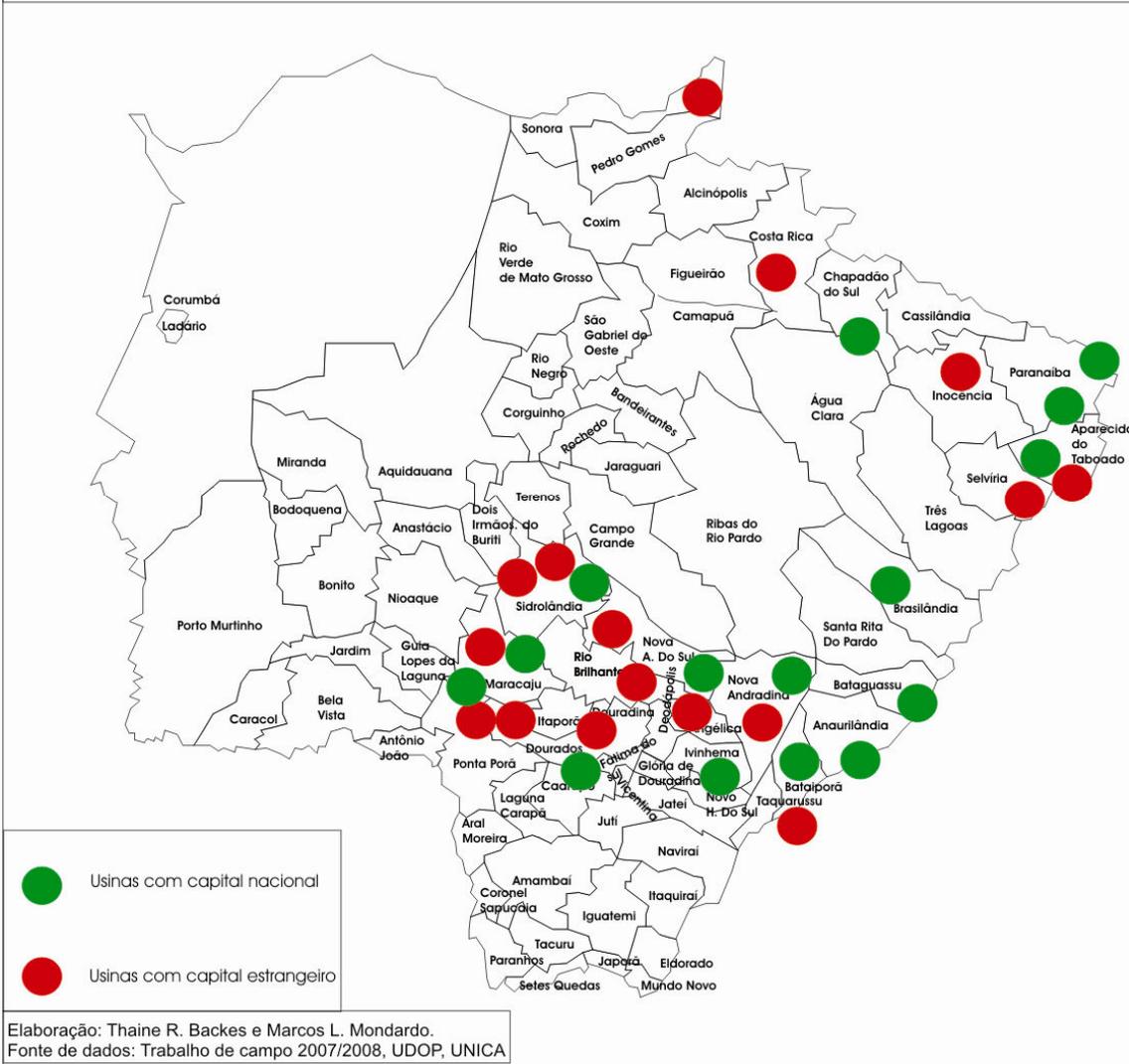
⁴⁷ Segundo Sandroni 1994, *Holding*: Designação de empresa que mantém o controle sobre outras empresas mediante a posse majoritária de ações destas. Em geral, a *holding* não produz nenhuma mercadoria ou serviço específicos, destinando-se apenas a centralizar e realizar o trabalho de controle sobre um conjunto de empresas geralmente denominadas subsidiárias. *Cartéis* podem ser definidos por grupos independentes que formalizam um acordo para a sua atuação coordenada, com vistas a interesses comuns. Os objetivos mais comuns do cartéis são: controle e nível de produção e das condições de venda; fixação e controle de preços; controle das fontes de matéria-prima (cartel de compradores) e fixação de margens de lucro e divisão de territórios de operação. *Trusts* é uma forma de organização empresarial no qual uma propriedade é doada por um *grantor* (doador), sob os cuidados de um *trustee*, para proveito de um beneficiário.

⁴⁸ Característica do tipo de sociedade anônima em que o capital, representado por ações que podem ser negociadas nas Bolsas de Valores, é dividido entre muitos e indeterminados acionistas (SANDRONI, 1994).

⁴⁹ Disponível em: <http://outraglobalizacao.blogspot.com/2007/06/corrida-estrangeira-pelo-lcool.html>.

podemos visualizar a distribuição das usinas de capital nacional e estrangeiro por municípios do Mato Grosso do Sul. Essa distribuição foi realizada a partir da identificação dos grupos e do detalhamento da origem dos investimentos. Logo, são dados que se apresentam através de usinas instaladas e em instalação até o ano de 2010.

Mapa 7 - Grupos de capital estrangeiro e nacional com usinas instaladas e em instalação em Mato Grosso do Sul (até 2010)

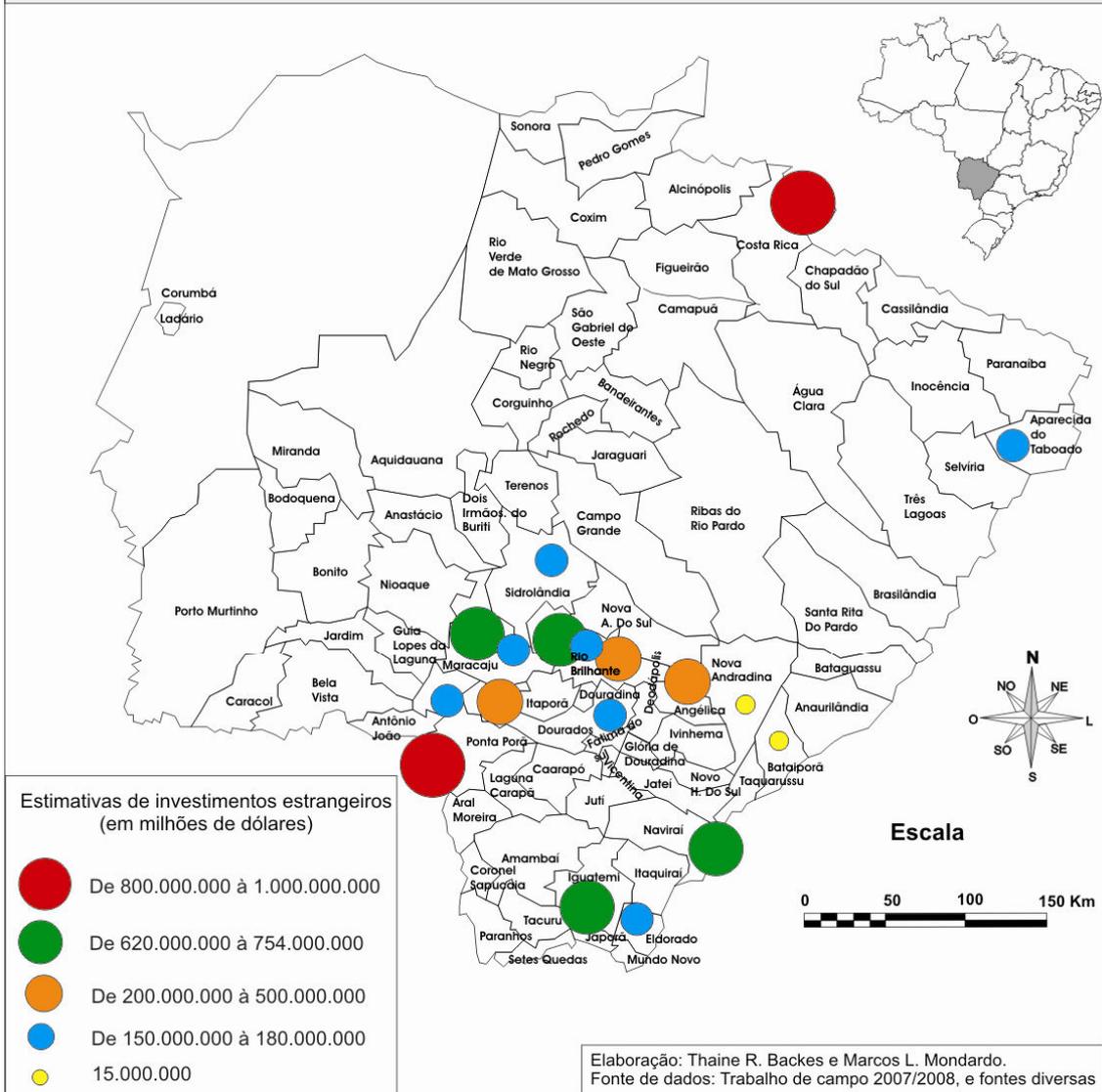


De acordo com o órgão de consultoria Datagro, em pesquisa realizada no ano de 2007, revelou-se que os estrangeiros investem 2,2 bilhões de dólares no setor desde 2000. Dentre os grupos, aparece a LDC Commodities (que entra no mercado sul mato-grossense em 2000), juntamente com mais 3 empresas. No Brasil, são 5 grupos estrangeiros investindo e controlando diretamente o setor da cana-de-açúcar, sendo: Louis Dreyfus, Tereos, Adeco Agropecuária, Evergreen e Kidd & Company, juntas eles detêm cerca de 4,5% da produção da região Centro-Sul, ou, cerca de 15 milhões de toneladas de 336 milhões de toneladas na safra 2005/06 (VALOR ECONÔMICO, 2006). Porém, é necessário destacar que usinas que possuem capital aberto no mercado de ações recebem investimentos de outros grupos e pessoas, portanto, não fazendo parte diretamente do controle da empresa.

No mapa 8, é possível visualizar o montante investido por município no Mato Grosso do Sul.

Os valores que se apresentam, não interferem na colocação de maior ou menor grupo instalado e ou em instalação. É apenas uma demonstração de quanto cada grupo investiu nas respectivas unidades de financiamento. Da mesma forma que, só foram possíveis identificar os investimentos de apenas 9 dos 20 grupos que vem atuando no Mato Grosso do Sul. Mas, perante as pesquisas realizadas, identificamos esses 9 grupos como os maiores em investimento no estado.

Mapa 8 - Mato Grosso do Sul: grupos com maiores Investimentos de capital estrangeiro - 2008



- BRENCO E BUNGE
- INFINITY, LDC BIOENERGIA, DCOIL, BERTIN/BUNLA/FITIPALDI/BVA
- UNIALCO, ADECOAGRO E SAFI
- USACIGA/CLEAN ENERGY BRAZIL, BERTIN, LDC BIOENERGIA, ODEBRECHT
- BRASIL ENERGY PARTERS/CERONA

Para entendermos a expansão das usinas no estado, busca-se compreender a formação econômica social do estado com suas particularidades econômicas e sociais e consequentemente espaciais que tornou esse espaço favorável para a cultura da cana-de-açúcar e a entrada dos grupos internacionais no setor, bem como as estratégias de logísticas que estimulam a localização das empresas em determinado lugar, logo, o território pode ser considerado como o que está em (trans)formação (sempre em processo), não estando mais “isolado”, e sim articulado com outro(s) territórios.

Assume importância, na análise, a categoria de lugar que ganha uma nova realidade ultrapassando a idéia de existência particular, primeiro porque a própria idéia de globalização aparece como metáfora, posto que enseja a espacialização, logo o lugar tem a dimensão de realização de um processo na articulação local/global – enquanto quadro de uma referência pragmática do mundo.

Verificamos que a partir da entrada das diversas formas do capital monopolista⁵⁰ no Brasil e Mato Grosso do Sul, esses lugares passam a estar “ligados” de maneira mais intensa (e densa) com outros lugares, atendendo a uma dimensão global de consumo. Para Thomaz Jr. (2002, p. 29) “O desvendamento do ordenamento territorial resultante da processualidade social é o que permitirá entender o significado dos fenômenos nos lugares”.

Nesse sentido, em Mato Grosso do Sul o que se tem é a intensificação geográfica do capitalismo no campo se desenvolve e avança com a cana-de-açúcar. Sobre a expansão do capitalismo Harvey (2002, p. 307), afirma que:

(...) o capitalismo cria sua própria geografia histórica distintiva. Sua trajetória de desenvolvimento não é previsível em nenhum sentido comum exatamente porque sempre se baseou na especulação – em novos produtos, novas tecnologias, novos espaços e localizações.

É a partir da constante renovação de produtos, de tecnologias e de novos lugares, que partimos para a análise da agricultura moderna que vinha se instalando em diversos estados brasileiros, levando o “progresso” para as *novas áreas* de expansão agrícola, “uma nova forma de usos do território” (CARLOS, 2002, p. 171). Cataia (2003, p. 398), quando analisa as compartimentações do território e sua modernização no Brasil, percebe a diferenciação entre os lugares, assim,

⁵⁰ Processo que pode ser caracterizado por uma situação de concorrência, em que uma empresa detém o mercado de um determinado produto ou serviço, impondo preços aos que comercializam.

no território as modernizações são sempre o presente, mesmo como heranças – e que são seletivas, não se impõe a todos os lugares, e por isso todo o processo de modernização provoca um rearranjo nas compartimentações do espaço e as fronteiras são dinâmicas; e é por isso também que se aprofunda a diferenciação entre os lugares, motores das compartimentações.

No Mato Grosso do Sul com a instalação e territorialização de algumas usinas, o que temos é a agregação de mais uma função social e produtiva do estado com a cana-de-açúcar, que está acarretando em novas diferenciações do mesmo em relação ao Brasil, e, em novas compartimentações sócio espaciais alavancadas pelo motor econômico sucroalcooleiro pautado pelas políticas de combustíveis renováveis.

Os municípios que passaram a “abrigar” as usinas como também em um raio de abrangência maior (outros municípios), tiveram reflexos no cotidiano do lugar estimulando o comércio e as redes de serviços. Logo, como a concentração de usinas se dá no sul do estado, entende-se que praticamente toda essa área será afetada direta ou indiretamente com a instalação das agroindústrias, e impondo portanto, uma diferenciação dos lugares. Seu aprofundamento se dará a partir da instalação das agroindústrias que se tornam os “motores da compartimentação” sócio-espacial. A entrevista realizada com um funcionário⁵¹ da usina Vista Alegre de Maracajú expôs essa característica na sua fala,

mudou muita coisa aqui em Vista Alegre, vocês passaram por estrada que tão ampliando né?, então, começou agora por causa dessa usina, vai ligar Maracajú até Ponta Porã. A usina, também pegô muita gente da vila pra trabalhar, o pessoal de solda, gente que tinha ônibus, passo a traze funcionário pra cá, os restaurante que era sempre parado, fornece marmita, mas é assim, tudo tercerizado. Se vocês for ali na vila, vocês podem vê, ta cheio de construção nova, não tem nem mais casa pra aluga. Os gerente da usina, tão indo tudo dormi em Maracajú, porque aqui não tem mais lugar. E agora também ta vindo muito caminhão trazendo máquina de fora, principalmente aquelas pra montagem da usina, aí eles vão tudo comê na vila, o pessoal precisô se organizá, pra pode atendê tudo essa gente.

Esta perspectiva se verifica nas demais usinas em instalação que por nós foram visitadas, e que revelam dentre outros aspectos, um desenvolvimento em rede de diversos outros mecanismos que atrelados à construção da usina passam a ser

modificados, ou seja, é a reprodução do capital nas suas diversas instâncias produtivas e, por extensão, espaciais. Em entrevista com gerente agrícola da Unialco de Dourados, Francisco Bevilaqua⁵² podemos verificar essas conexões em rede na qual a agroindústria atua,

eu vejo principalmente essa parte de serviços, já tá tendo em Maracajú você já tem oficina lá que some mexe com caminhão de cana, na beira da estrada já tá abrindo borracharia que só mexe com esses pneu de caminhão pra cana, isso uma vez não tinha, já tem ali também, empresa ali que só mexe com peça do setor canavieiro que começô nova agora, então já ta começando a movimentá.

Portanto, na instalação do segmento produtivo, que envolve dentre outras partes a composição técnica, operacional e econômica no interior da rede, sobressaem especificidades de nível e formato organizacional, sendo possível, definir duas formas de “redes”: as horizontais e as verticais (SOUZA, p. 48, 2001).

As redes horizontais podem ser compreendidas a partir da articulação entre as empresas concorrentes, no objetivo de verificar o andamento do mercado bem como assegurar o acesso às novas tecnologias que permeiam o setor, desde maquinários a novas variedades de cana-de-açúcar. Tal fator podemos perceber na fala de Francisco Bevilaqua, gerente agrícola da usina em instalação Unialco em Dourados-MS (2007),

a gente troca muita informação, por exemplo com o pessoal de Maracajú que ta aí há 20 anos e pergunta qual é melhor variedade que ta indo aí. Ah tá indo uma SC3250 (...), e aí pergunta pro pessoal de Naviraí, aí eles falam um Rd454, aí fica todo mundo meio antenado.

As redes verticais estão organizadas ao redor da empresa central, ou seja, é o pivô central (as usinas) que influenciam e ao mesmo tempo coordenam um conjunto de empresas integrantes do sistema produtivo, que direcionam, o segmento da funcionalidade e operação da usina.

A esse processo podemos relacionar na chamada verticalidade, como exposto por Silveira (2008, p. 3),

⁵¹ Entrevista realizada em 14 de junho de 2008, com a Sra. Rose Silva, funcionária da usina Vista Alegre de Maracajú – MS.

⁵² Entrevista realizada em 1 de dezembro de 2007, com o Sr. Francisco Bevilaqua, gerente agrícola da usina Unialco - Dourados Álcool e Açúcar de Dourados – MS.

É isso que podemos chamar de verticalidade: o global, com todas as mediações, se instala no lugar. É, na realidade, um processo de verticalização, chega uma técnica, uma informação, um instrumento financeiro, um discurso, certamente de fora, a um lugar. Num mundo de redes, isso é possível. No entanto, o lugar deforma o acontecer hierárquico, mesmo quando pretende ser fiel a uma deformação, que resulta do encontro, harmonioso ou violento, entre o que a rede traz e o que existe no lugar.

Essas integrações verticais que podem ser representadas pela aquisição de máquinas, oficinas mecânicas, empresas de comercialização, ajudam a ampliar a capacidade de concorrência das usinas, diminuindo a dependência externa. Para Mazzali *apud* Souza (2001, p. 48),

Em essência, a “rede vertical” envolve a articulação estreita das atividades de um conjunto de fornecedores e distribuidores, por uma empresa coordenadora que exerce considerável influência sobre as ações desses agentes. Ela se fundamenta na agregação de empresas especializadas complementares, que “pela sua própria existência, reforçam a especialização de cada um dos participantes”. Nesse sentido, observa-se a perda de autonomia relativa dos agentes, na medida que sua identidade se dissolve no interior do conjunto.

No Mato Grosso do Sul esse processo pode ser percebido através da troca de informações sobre as melhores variedades de cana para o período, no fornecimento de máquinas, na terceirização dos serviços, na comercialização do produto e, também, na destinação da cana-de-açúcar cortada para moer de áreas de usinas que estão se instalando para usinas que já estão em funcionamento. Portanto, há uma rede de relações que faz com que as usinas se instalem no estado, na lógica reticular de produção e comercialização.

A grande empresa, no caso em estudo a usina de cana-de-açúcar, além da coordenação, exerce um poder a partir de um controle da cadeia produtiva que se desenvolve ao seu redor, ou seja, ela ocasiona uma série de transformações, como por exemplo, criando uma demanda de certos serviços e mercadorias (máquinas) que passam a estar disponíveis para as empresas sucroalcooleiras no estado.

Contudo o gerente agrícola da Unialco Dourados Álcool e Açúcar o Sr. Francisco Bevilaqua, expõe que num primeiro momento as empresas tiveram de buscar equipamentos e inclusive mão-de-obra especializada fora do estado do Mato Grosso do Sul, especialmente no estado de São Paulo; mas, também, segundo o gerente essa realidade está sendo transformada na medida em que há uma demanda por certos

serviços e mercadorias especializados, isto é, voltadas para o setor sucroalcooleiro. Essas alterações na dinâmica do estado podem ser verificadas a partir da seguinte fala,

O pessoal daqui (Dourados) fala assim: “A indústria chega aqui mas só compra peça lá de São Paulo, porque isso?”. Porque eu peço uma peça lá em Ribeirão Preto e eles me colocam ela aqui no outro dia, e o preço é menor do que se eu pega em Dourados, então, o empresário que te um lucro maior, se for mais barato pega nos Estados Unidos, vai pega lá, ele que um lucro maior. (...) Mas hoje já tem empresa aí que já presta serviço pra nós. Como eu falei antes, das borracharia, das empresa de peça e tem agora também já em Dourados aquelas empresa que vendem máquina pra corta cana, carregadeiras, tem duas empresa nesse ramo já só ali na cidade, então, já tá tendo muita coisa aqui no estado mesmo, e a gente não precisa busca tudo fora

Além do aumento da área plantada, foram adquiridos equipamentos modernos, e /ou feitas substituições, troca de maquinário que estava obsoleto, como foi o caso das usinas mais antigas, adquiridas por outros grupos no início desta década (ver tabela 3), ou seja, tais processos foram necessários, para viabilizar principalmente a produção de álcool, que segundo alguns entrevistados das usinas (gerentes industriais e agrícolas) os equipamentos existentes não comportariam o aumento da produção, sendo necessário a sua substituição (Trabalho de campo, usinas instaladas, 2008).

Viabiliza-se o aumento da produtividade, pela substituição de maquinários obsoletos por novas máquinas, ocorrendo um processo de modernização técnica no setor sucroalcooleiro no estado. Esse processo de modernização técnica em alguma medida podemos considerar que se refere diferentes estágios de inovação tecnológica que criam novas tecnologias na apropriação dos recursos naturais e na produção de uma nova formação sócio-espacial para o estado. Assim, como afirma Rangel (1986, p. 86), “são múltiplas as formas como ocorre a inovação tecnológica enriquecendo a constelação de recursos naturais (...), criando novo instrumental (...) e finalmente, compondo novas e melhores combinações desses”.

Atuando num mercado competitivo, as usinas em instalação investem milhões de reais na formação dos canaviais como na estrutura industrial, mas, a terceirização é um dos mecanismos mais usados. Essa estrutura moderniza não somente a produção de álcool e açúcar, mas também a geração de energia elétrica, diminuindo assim, os custos de produção da empresa.

Inicia-se a transformação do estrutural do sistema, com aumento nos setores industriais e serviços conexos; cresce a procura pelos equipamentos mecânicos. O

sistema entra numa etapa de intensa assimilação de processos tecnológicos complexos, a quem tem acesso através do intercâmbio externo (FURTADO, 2007, p. 324). Nestes aspectos, podemos relacionar a entrevista realizada com Sr. Alceu Donizete Donega, gerente de planejamento agrícola da Usina Angélica de propriedade do grupo Adecoagro⁵³, que aponta o processo de como a usina realiza sua instalação, enfocando neste caso a compra de maquinários. Segundo ele,

a Adeco é uma situação bem definida. Montamos uma unidade em 11 meses e somente não inauguramos a segunda em 2009 porque não saiu a licença a tempo, porém os equipamentos industriais já estão comprados, área para instalação já está comprada, a razão social das 3 já existe, compra de máquinas agrícolas e plantação nas 3 unidades já estão acontecendo.

Para Vian (2003) a automação industrial permite uma equalização na produtividade, sendo este tipo de melhoria, uma alternativa no processo de aproveitamento dos subprodutos, entre eles o bagaço, utilizado na alimentação animal e na co-geração de energia elétrica⁵⁴.

O comércio de máquinas também se estrutura para fazer parte dessa fatia de mercado, que investe quantidades consideráveis na aquisição de máquinas, como tratores, caminhões, retroescavadeiras, pá-carregadeiras. Conforme o SINDATE (Sindicato dos Agentes Tributários Estaduais de Mato Grosso do Sul), o setor já registra pontos positivos do melhor desempenho do agronegócio nos últimos tempos. Somente à CASE que possui 30% na participação total das vendas no estado do Mato Grosso do Sul, estimou o aumento de 20% na demanda de equipamentos voltados para as usinas no ano de 2008. Nestes aspectos o desenvolvimento das usinas está atrelado à detenção do capital, que é “considerado um poder aquisitivo que possibilita viabilizar as inovações tecnológicas” (SCHUMPETER, 1985).

A título de demonstração, podemos citar a empresa Comid Máquinas localizada no município de Dourados que revende produtos da marca John Deere, há 35 anos no

⁵³ Entrevista realizada no dia 12 de junho de 2008 no município de Angélica - MS.

⁵⁴ Algumas das usinas do sul do estado, produzem os Pallets, como a Usina Infinity, que seca, tritura e produz os pallets da biomassa gerada do bagaço da cana-de-açúcar. Segundo a Infinity, a produção de pellets apresenta características únicas, quando comparada à de pallets de madeira da Europa. Primeiro e mais importante, a empresa gera sua própria matéria-prima, tanto a biomassa como a energia necessária, sempre com recursos renováveis. Além disso, é adicionado valor aos resíduos gerados pelo processo industrial de produção de açúcar e de álcool. A gestão destes resíduos que permitem a produção de combustíveis limpos e renováveis, minimiza os impactos ambientais. Este procedimento está em total sintonia com as abordagens mais modernas sobre este tema: quando o resíduo de um processo é

estado do Mato Grosso do Sul. Em 2008 a empresa vem diversificando os produtos oferecidos, no qual se encaixa a revenda de máquinas para o corte de cana-de-açúcar e transbordos (caçambas com capacidades de armazenamento de 8 a 13 toneladas, que são acopladas a tratores para fazer o transporte da cana-de-açúcar da área agrícola até a indústria).

Foto 2. Caçamba de armazenamento de cana-de-açúcar



Foto: Encarte John Deere, 2007.

A venda de colheitadeiras para o corte da cana-de-açúcar iniciou no ano de 2007, quando a empresa visualizou um novo mercado para sua expansão. Nesses aspectos, viabilizou a venda de colheitadeiras principalmente nas regiões “novas” de produção, ou seja, passou a disponibilizar seus produtos nas áreas de expansão recente de cana-de-açúcar como o Mato Grosso do Sul (Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2008, com o gerente da COMID máquinas).

Nas fotos nº 3 e 4, podemos visualizar o pátio de máquinas da empresa em Dourados que chama a atenção pelo número de máquinas disponíveis que antes de 2007 não eram vistas nesse mesmo local. Eram colheitadeiras de soja e tratores que ocupavam esse espaço.

Foto 3. Colheitadeiras de cana-de-açúcar – Empresa de COMID Dourados



Foto: Backes, T.R,12/09/2008.

Foto 4. Máquinas colheitadeiras de cana-de-açúcar - COMID



Foto: Backes, T.R,12/09/2008.

As usinas atreladas ao processo de incorporação de maquinários modernos, visam à produção em larga escala de álcool e açúcar, sendo o primeiro mais requisitado

no mercado. Para tanto, no cenário da produção, tanto as usinas instaladas quanto as em instalação no sul do estado estão voltadas principalmente para a produção de álcool, sendo este o produto principal de comercialização, logo em seguida, vem à produção de açúcar como produto secundário, pois a estrutura pode ser montada após o início da moagem de cana-de-açúcar para álcool (Trabalhos de Campo, 2007/2008).

A circulação de mercadorias provoca a circulação de capital e as usinas instaladas e em instalação visam o mercado do etanol a partir da cana-de-açúcar, ampliando as relações de comércio e aquecendo o mercado nacional e mundial do etanol⁵⁵. Assim, foi possível verificar como o setor sucroalcooleiro sul mato-grossense responde as demandas mundiais, através da opção pela produção de álcool. Conforme podemos verificar na tabela 6.

Tabela 6. Produção de álcool e açúcar nas usinas instaladas no estado do Mato Grosso do Sul, 2008.

Usinas Instaladas no sul de Mato Grosso do Sul	(T/ano) Açúcar	Álcool L(ano)
1. CBAA/Sidrolândia	63.000	35.000.000
2. DCOIL (Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda.)	-	40.000.000
3. Energética Santa Helena Ltda.	-	130.000.000
4. LDC Bioenergia S.A.(Usina Maracajú)	135.000	57.000.000
5. LDC Bioenergia S.A. (antiga Passa Tempo)	160.000	50.000.000
6. Usina Safi Brasil Energia (antiga Santa Fé)	-	7.200.000
7. ETH – Rio Brilhante (Ex-Usina Eldorado Ltda.)	100.000.000	83.000
8. Infinity (Usina Naviraí S.A. de Açúcar e Álcool)	170.000	105.000.000

Fonte: SEPROTUR; CTC, UDOP, AZEVEDO, J.R.N. BACKES, T.R. Trabalhos de Campo, 2008.

Tabela 7. Estimativas de produção de álcool e açúcar nas usinas em instalação no Mato Grosso do Sul, 2008.

Estimativas de produção quando em funcionamento	(T/ano) Açúcar	Álcool L (ano)
1. Angélica Agroenergia	185.000	117.000.000
2. Ceron S.A- Nova Andradina	-	18.900.000
3. Ceron S.A - Batayporã-	700.000	450.000.000
4. Dourados S.A. Álcool e Açúcar	175.000	100.000.000
5. Usina Ivinhema	56.250	56.250
6. Laguna - Álcool e Açúcar Ltda.	158.000	110.000.000
7. Monte Verde Agro Energética S.A.	2.400.000	100.200
8. Nova América S.A. - Agroenergia	5.300.000	96.000.000
9. Pantanal Agro Industrial	-	-
10. Usina Rio Paraná S/A - URP	153.278	156.360
11. Vista Alegre Açúcar e Álcool Ltda (antiga Santa Cândida)	-	195.000
12. São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.	35.020	37.400.000
13. Usina Aurora Açúcar e Álcool Ltda.	29.000	85.700.000
14. Usina Brilhante Energia Açúcar e Álcool Ltda.	360.000	97.000.000
15. LDC Bioenergia S.A. (Usina Esmeralda)	245.000	160.000.000
16. ETH – Dourados (Dourados)	62.500	11.000.000
17. Itamarati S/A.	200.000	220.000.000
18. LDC Bioenergia S.A. (Usina Rio Brilhante 2)	450.000	90.000.000
19. Infinity Bioenergia (Usinav II)	-	85.000

Fonte: SEPROTUR; CTC, UDOP, AZEVEDO, J.R.N. BACKES, T.R. Trabalhos de Campo, 2008.

⁵⁵ Conforme trabalhos de campo (2007/2008) e outras fontes de pesquisa (jornais, empresas de pesquisa).

Conforme, é possível observar, a produção de álcool aparece em todas as usinas tanto instaladas como também na estimativa prevista das usinas em instalação. De acordo com as informações levantadas, *a priori* as usinas em instalação pretendem visar o mercado externo, principalmente o norte-americano, exportando tanto álcool como o açúcar, são os casos dos grupos Itamaraty, Unialco, Infinity, LDC Bioenergia, Usaciga, Adecoagro, ETH e Cerona. Nesse sentido, tem-se a partir da exportação e/ou circulação de mercadorias aquilo que Marx (1985) chamou de “ponto de partida do capital”. Assim, a produção de mercadorias e a circulação desenvolvidas a partir de mercadorias, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge (MARX, 1985, p. 125).

Quanto à mecanização da colheita, algumas usinas em instalação já efetuaram a compra de novos maquinários, como foi possível verificar na usina Vista Alegre de Maracajú, Unialco, Adecoagro, entre outras, apesar de algumas delas terem o funcionamento previsto a partir do 1º semestre de 2009, já se corta a cana mecanicamente, utilizando somente a mão-de-obra humana no plantio. Segundo as informações do trabalho de campo (2007/2008), a maioria visa a compra de maquinários que substituam a mão-de-obra humana gradualmente, como foi verificado na Unialco de Dourados, que possui 3 máquinas para a colheita e 2 para plantio, logo, ainda manterá os trabalhadores rurais, devido as máquinas não serem suficientes para atender a demanda.

O escoamento da produção se realiza por caminhões que suportam toneladas de cana-de-açúcar. Verificou-se nos trabalhos de Campo (2007/2008), diversos modelos que realizam esse transporte. Dos quais citamos alguns:

O caminhão “Trucado”, com capacidade de 13 a 18 toneladas de cana-de-açúcar, conhecido como transporte simples. São caminhões normalmente de propriedade particular que oferecem seus serviços a partir da possibilidade de “carga” nas usinas. É o próprio proprietário ou funcionário do mesmo que transporta o produto. Utilizado para o transporte de distâncias mais longas (ver foto nº4).

Caminhão “Truk” ou trucado com mais uma unidade de reboque, possui capacidade de 30 a 36 toneladas. É um veículo combinado, longo com duas articulações, conhecido como “Romeu e Julieta”. Este modelo é adquirido como frota das usinas, porém, como pode ser adaptado, alguns caminhoneiros optam por essa mudança e passam a prestar serviços somente nessa áreas, sendo muito procurados pelas usinas (Trabalho de campo, 2007/2008) (ver foto 5).

“Treminhão”, veículo com capacidade de 39 a 50 toneladas, trucado com duas unidades de reboque, longo, com três articulações. Adquirido em maior número pelas usinas com maior capacidade de produção e que atuam a mais tempo no setor, por exemplo as multinacionais Infinity e LDC Bioenergia.

Foto 5. Caminhão Truck



Fonte: Jornauto, 2007.

“Rodotrem”, veículo longo com três articulações, capacidade de 30 a 36 toneladas. Veículo adquirido pelas usinas (ver foto 6).

Foto 6. Rodotrem



Fonte: Pirelli, 2008.

Trator “Tracionado” juntamente com uma “Julieta”, mais utilizado na área agrícola para o transporte de cana para outros caminhões que não possuem facilidades de transporte na lavoura, pois através de unidades de cargas adicionais (Julietas) é possível deixar diversas cargas aguardando a moagem, enquanto o trator retorna para a lavoura com outra unidade de carga, dando continuidade a colheita. Essa operação é chamada de “bate-volta”.

Quando realizado o corte manual, é utilizado no carregamento tratores com carregadeiras. Como mostra a foto 7.

Foto 7. Trator Tracionado e “Julieta”



FONTE: BACKES, T.R. Área Agrícola usina Unialco. Dourados-MS. Dezembro de 2007.

Na foto 7, pode-se observar o carregamento de cana-de-açúcar (inteira) cortada manualmente num trator de tração anexo a uma “Julieta” mais a carregadeira.

A usina CBAA Brasilândia inovou no ano de 2007 no maquinário para carregamento de cana-de-açúcar, que inclusive lhes rendeu o prêmio Mastercana Brasil - 2007, na categoria CCT/Mecanização. A empresa passou a transportar cana da área agrícola para a usina através dos chamados “heptacaminhões”, que é a utilização de caminhão Volvo FM 480 mais seis Julietas, formando verdadeiros “trens de carga”. Porém, para a safra 2007/2008, já estava sendo utilizado o modelo chamado de “octaminhão”, que transporta em média 120 toneladas de cana podendo chegar a 135 toneladas por viagem. Desta forma a empresa economiza em tempo e reduz os custos de transporte (Jornal da Cana, fevereiro de 2008).

A descrição que se realizou, foi utilizada como base para se entender o funcionamento físico de uma empresa sucroalcooleira principalmente na sua área agrícola.

Nas usinas de Mato Grosso do Sul essas características puderam ser observadas na sua maioria. As unidades de carga “Julietas” continuam sendo adquiridas pelas

usinas em instalação que já prevêem uma maior utilização delas a partir do aumento de área com as usinas em funcionamento. Quando perguntados sobre onde adquirem esse maquinário agrícola principalmente de cargas, pode-se perceber, de uma maneira geral, que ainda o comércio de cargas de São Paulo é o mais procurado, porém alguns já citaram empresas que desenvolvem carrocerias no estado do Mato Grosso do Sul, como por exemplo a Araçá Carrocerias, com sede em Campo Grande.

Outro meio de transporte para o escoamento de álcool é o trem. No Mato Grosso do Sul, está sendo utilizado pelos grupos Infinity e LDC Bioenergia, através de uma parceria com a empresa ALL Logística (América Latina Logística). Essas empresas montaram vagões específicos com as multinacionais, para escoamento de álcool, que são levados do Mato Grosso do Sul ao Porto de Paranaguá no Paraná (All Logística notícias, 2008) (figura 2).

Figura 2. escoamento de álcool pela All Logística. Mato Grosso do Sul ao Paraná.



Fonte: All Logística, 2008.

Para facilitar o escoamento da produção de etanol, a ALL Logística instalou coletores do produto distribuídos em pontos estratégicos em São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (no município de Chapadão do Sul). Segundo a empresa (All Logística, 2008) “a operação marca a estréia da movimentação de álcool na malha da antiga Brasil Ferrovias, adquirida pela ALL em 2006, abrangendo as três concessões, Ferroban, Ferronorte e Novoeste”.

Para que a escoação da produção seja realizada, é necessário haver um equilíbrio na constituição da frota de caminhões tratores entre outros maquinários, para que não ocorram “paradas” nas moendas. Nas usinas em instalação, existe uma procura por proprietários de caminhões que possam realizar esse serviço. Essa procura é realizada através de intermediários da própria usina, que mantém contato com caminhoneiros ou os proprietários contatam a usina para realizar o serviço (Trabalho de Campo, 2007/2008).

Neste processo de organização das usinas através de maquinários como também estratégias de escoamento, pode-se definir a forma organizacional que passa por dois estágios de estruturação. O primeiro - onde as máquinas fazem parte do processo de

instalação das usinas, utilizadas no canteiro de obras para a construção, como por exemplo: os caminhões que transportam as peças da usina, retroescavadeiras, pá-carregadeiras, patrôas, tratores, guinchos entre outros, que fazem parte do processo inicial, sendo em grande parte de empresas terceirizadas, ou seja, não são de propriedade da usina. Porém, é nesse período que ocorre a compra de maquinários para a utilização na lavoura o que caracteriza o segundo estágio. Nesse patamar, encontra-se carregadeiras de cana, treminhões com “Romeu e Julieta”. Esses estágios, em um momento definido fundem-se, pois, após a escolha do local que dá início ao canteiro de obras, começa o plantio da cana-de-açúcar nas áreas já arrendadas ou compradas, que são definidas após a definição da instalação em determinado local.

Diante deste cenário, o que se revela no estado do Mato Grosso do Sul, é a concentração das usinas principalmente na porção ao Sul⁵⁶ e Leste do estado, onde estão localizadas 28 usinas, correspondendo a 73% do total de usinas instaladas no estado. Ou seja, a forma organizacional da cana-de-açúcar que se dará nessa região e que a princípio já pode ser percebido, é uma adequação que corresponde às exigências de mercado, sendo o álcool o produto a ser comercializado em maior quantidade principalmente a partir de 2010, quando praticamente 100% das usinas já estiverem instaladas, produzindo cerca de 2 bilhões de litros de álcool ao ano⁵⁷.

De acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), a produção de etanol no Brasil deverá chegar a 65,3 bilhões de litros até 2020/21. Hoje, o Brasil conta com 7 milhões de hectares de cultura de cana-de-açúcar. Embora o Brasil seja líder na produção mundial de cana-de-açúcar, o setor pretende aumentar a capacidade para atender às exigências mundiais e internas de mercado com foco no negócio de biocombustíveis. Neste sentido, o setor irá exigir tecnologia adequada o que será uma grande oportunidade para a oferta de produtos e serviços (Revista Rural Notícias, 25/02/2008).

Para tanto, entendemos ser necessária a compreensão de como o Mato Grosso do Sul se inseriu nesse processo econômico e como atualmente ele se organiza no atendimento desse setor. Não descartamos a hipótese de que os grupos internacionais

⁵⁶ Neste trabalho, os municípios ao Sul do estado que poderão receber usinas e/ou já possuem são: Eldorado, Iguatemi, Naviraí, Caarapó, Ponta Porã, Dourados, Maracajú, Sidrolândia, Rio brilhante, Nova Alvorada do Sul, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Bataiporã, Anaurilândia. Leste: Bataguassu, Brasilândia, Selvíria, Aparecida do Taboado, Paranaíba, Inocência.

⁵⁷ O grupo Brenco, pretende a partir de 2009, exportar em torno de 40 a 50% da produção de álcool. Para isso estuda a viabilização do transporte, aos quais indicam a utilização dos alcooldutos em uma parceria com a empresa Transpetro (NewsComex, 27 de agosto de 2007).

passam a ser os maiores interessados numa logística que favoreça ainda mais a escoação da produção de álcool, pois, as mesmas visam o mercado externo e, portanto, é necessário criar aparatos de infra-estrutura com maior densidade técnica e tecnológica para que possa dar fluxo cada vez mais “rápido” a produção, principalmente, para a “menina dos olhos” do Estado atualmente, o etanol.

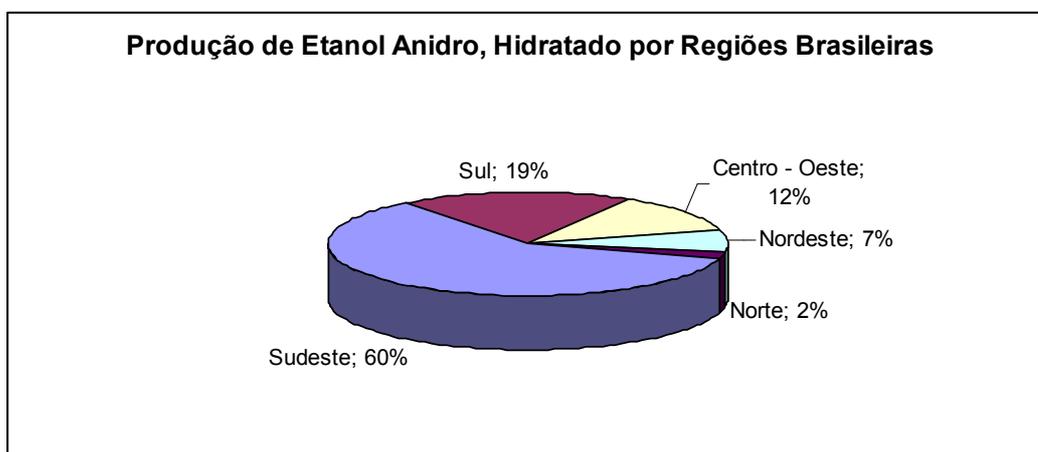
2.5 Estratégias de Localização: A logística necessária para o Etanol

No Mato Grosso do Sul as intervenções no setor sucroalcooleiro progridem na forma de atração de capitais, vinculadas à produção de cana-de-açúcar. Cabe destacar, que o setor sucroalcooleiro no Brasil é considerado “sólido” há algumas décadas, sendo que a cana-de-açúcar é um dos principais produtos agrícolas do país. Porém, a partir da política de incentivo de energias renováveis ou “energia limpa”, o cenário no campo brasileiro passa a ser caracterizado pelo plantio de produtos que atendam a essa demanda, como é o caso da cana-de-açúcar e eucalipto.

Segundo pesquisadores da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas), estima-se que a produção de biocombustíveis “poderá ser o mais importante componente do agronegócio brasileiro”, e quanto à região de cerrado afirma-se que “podem ser disponibilizados nos próximos anos para plantio de grãos mais de 20 milhões de hectares, pela integração agricultura-pastagem” (PERES, FREITAS JÚNIOR, GAZZONI, 2005, p. 31).

Atualmente o Centro-Oeste ocupa o terceiro lugar na produção de etanol no Brasil, conforme o gráfico nº 5.

Gráfico 5.



Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Anuário estatístico, 2007, Rio de Janeiro 2008.

O crescimento da área plantada com cana-de-açúcar, principalmente no Sul, Leste e Sudeste do Mato Grosso do Sul pode ser compreendido através de alguns fatores, dos quais apontamos os seguintes:

- a) Restrição da cultura em outras regiões do estado, principalmente, daquelas próximas ao Pantanal, como o Alto Paraguai, situado entre a capital Campo Grande e a Região do Pantanal;
- b) Áreas de terras que, segundo a Apuração especial do INCRA (INCRA/DF/DFC – Apuração Especial nº 00588), são na maioria, compostas de Grandes Propriedades;
- c) Terras agricultáveis planas com teor de fertilidade suficientes para a produção de cana-de-açúcar;
- d) Preços de terras mais baixos, do que os da grande região produtora de cana-de-açúcar de São Paulo, por exemplo, o hectare na região produtora em São Paulo equivale aproximadamente R\$ 18.967,00 e na região produtora de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul o hectare equivale a R\$ 6.601,00 ⁵⁸;
- e) Proximidade com os grandes centros produtores/comercializadores, principalmente, com o estado de São Paulo;
- f) Incentivos fiscais municipais, estaduais e federais.

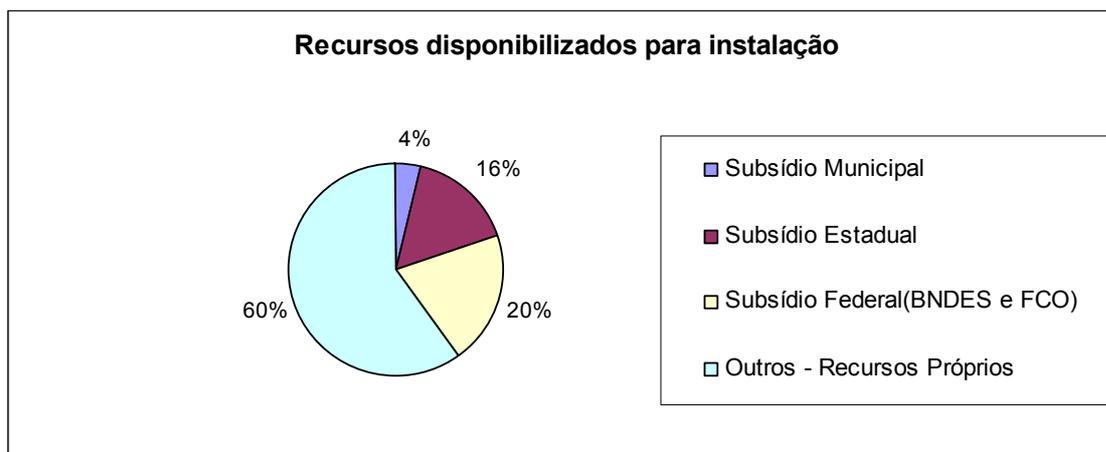
Neste sentido, podemos identificar no sul do estado do Mato Grosso do Sul a intervenção estatal através de subsídios/incentivos, como mostra a matéria publicada pela Revista Você S/A, junho/2006, p. 12,

Segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, o que tem ajudado Dourados a receber cada vez mais investimentos é a lei de incentivos fiscais da Prefeitura. Dourados, no Mato Grosso do Sul, oferece desconto de impostos que pode chegar a 100%, sem contar a isenção de ICMS oferecida pelo Estado, a doação de terreno e a construção de infra-estrutura. Com isso a região tem atraído empresas de tecnologia, beneficiadoras de sementes, frigoríficos e usinas de álcool e de açúcar (grifos nossos).

⁵⁸ Dados de referência FNPAgro Brasil, 2008.

Assim, relacionamos com o gráfico 6 a seguir, a cota de subsídios destinados para as usinas em instalação (19 empreendimentos), segundo informações que foram obtidas através de trabalho de campo. Cabe destacar, ainda, que alguns empreendimentos não disponibilizaram o total de recursos subsidiados, estando somente visíveis os recursos mobilizados pela própria empresa.

Gráfico 6.



FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste⁵⁹.
FONTE: SEPROTUR e FCO, 2008.

Desta forma, a união entre a agricultura e a indústria (agroindústria) para a produção da cana-de-açúcar, passa a ser alavancadas por uma política de incentivos, realizadas através da isenção de impostos em conjunto com o papel financiador do banco⁶⁰. Através de subsídios fiscais o Estado promove a sua capacidade de controle de

⁵⁹ A Constituição Federal de 1988 instituiu novas fontes de financiamento para o desenvolvimento regional – os Fundos Constitucionais, que deveriam atuar no financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Assim, foram criados o Fundo Constitucional da Região Norte (FNO), o Fundo Constitucional da Região Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste (FCO). Os recursos dos Fundos Constitucionais são provenientes da partição de 47% do que a União arrecada com os impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, ficando para os Fundos Constitucionais 3%, ressalvando-se que a metade destes recursos sejam destinados ao semi-árido nordestino. Couberam ao Estado de Goiás 29% dos recursos do FCO, sendo destinados 19% para o Distrito Federal, 29% para o Mato Grosso e 23% para o Mato Grosso do Sul. O FCO serve, desde então, como importante instrumento de financiamento de longo prazo para diversos setores econômicos, principalmente o rural.

⁶⁰ Segundo o Jornal Folha de São Paulo, em matéria do dia 04/05/2008 confirma que “as críticas de organismos internacionais à produção de biocombustíveis não reduziram o apetite do empresariado de investir no setor, e os pedidos de financiamento para a construção de usinas de álcool cresceram 565,13% de janeiro a abril ante igual período do ano passado, segundo dados do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). No período o valor somou R\$ 2, 338 bilhões e se refere a pedidos em fase de enquadramento, quando já foram encaminhados formalmente ao banco e ocorre a apresentação dos projetos. Até o fim de 2007, a carteira do banco (que inclui operações em análise e as já aprovadas)

determinado segmento industrial. Portanto, interfere de forma direta na condição do setor. Para Rangel (1990, p. 38),

(...) no campo onde domina o capitalismo privado nacional, que se realiza o aumento da produtividade, mas essencialmente devido a estímulo gerado no nível exterior – onde se firma o capitalismo de Estado -, nosso desenvolvimento pode ser planejado em seus traços mais decisivos, porque o Estado está estrategicamente colocado, porque domina, por força dos próprios fatos, as alavancas decisivas de comando da economia.

Nestes aspectos, entende-se que no estado do Mato Grosso do Sul, a tendência está voltada para a atração de empreendimentos que favoreçam as políticas de expansão que são apoiadas/incentivadas pelo Estado, pois, visam se realizar “da melhor forma e preservando o progresso do sistema” (IANNI, 1989, p. 12).

A perspectiva de atração de capitais se identifica claramente no documento chamado: “Mato Grosso do Sul – lindo de ver, ótimo para investir”, elaborado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul juntamente com as secretarias de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria do Comércio e do Turismo e Superintendência de Indústria Comércio e Serviços (2008, p. 1-2) que consta que,

O Estado de Mato Grosso do Sul oferece grandes oportunidades de investimentos. Com terras férteis, boa infra-estrutura logística forte apoio governamental, Mato Grosso do Sul tem o que o mundo precisa. O Governo de Mato Grosso do Sul investe na modernização e integração da infra-estrutura em diversos setores e assegura total apoio institucional e de incentivos fiscais para novos empreendimentos industriais.(...) **Produção de combustível verde:** O potencial do Estado viabiliza a produção de etanol e biodiesel a partir da cana-de-açúcar, o que tem trazido muitos investidores para Mato Grosso do Sul. A instalação de 28 novas usinas e ampliação das 14 já existentes geram demanda de máquinas, equipamentos, veículos específicos para a atividade, entre outros bens e serviços, além de um amplo campo para a pesquisa científica e tecnológica no campo da bioenergia (grifos nossos).

A partir desse documento, fica claro o discurso do Estado, em prol da propaganda estadual que visa a atração de empreendimentos agroindustriais. O governador do estado do Mato Grosso do Sul, em uma viagem (para atrair investimentos) na Europa e Japão, explanou a seguinte frase em declaração para a

do setor sucroalcooleiro somava R\$ 19, 751 bilhões. De 2001 a 2007, o crescimento médio anual dos desembolsos para novos projetos de produção de álcool foi de 312,3%.

agência Lusa “Queremos contar com investidores portugueses no desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, uma região que tem um forte potencial de crescimento e negócio” e acrescentou “Queremos levar para Mato Grosso investimentos em ecoturismo, mas também em turismo de eventos, na indústria da madeira e nos biocombustíveis”, como energia alternativa ao petróleo” e finalizou “Temos cerca de 2 milhões de hectares de terras que podem ser aproveitadas para a produção de biocombustíveis, sem termos de desmatar ou reduzir as áreas agrícola e da agropecuária”, assegurou à Lusa André Puccinelli.⁶¹ Logo, é explícito o fornecimento de subsídios, bem como, a organização logística para dar suporte a escoação da produção. Assim, entendemos que o estado do Mato Grosso do Sul e principalmente no papel do governador André Puccinelli, os empreendimentos que aqui vem se instalando, vêm nessas possibilidades um espaço a ser conquistado por essa nova política de produção de biocombustíveis para a reprodução e ampliação da produção/circulação do capital.

Também de acordo com Poulantzas (1980) o estado como mediador das relações sociais utiliza-se de vários discursos estratégicos no interior de um campo de ação. Esse campo de ação é o território do estado do Mato Grosso do Sul que é vendido enquanto lugar de grandes possibilidades (disponibilidade de terras, incentivos fiscais) principalmente para as agroindústrias que procuram produzir de cana-de-açúcar. Logo, o discurso do governador é um discurso estratégico que visa dar uma função política e econômica ao estado: a atração de grupos nacionais e estrangeiros voltados à produção de energia limpa.

Nesse sentido, para Cataia (2003, p. 402),

Essa política territorial de distribuição de incentivos, subsídios e isenções fiscais como forma de atrair investimentos – principalmente os Investimentos Diretos e Externos (IDEs) – faz com que ocorra uma transferência de recursos públicos para o setor privado, principalmente quando estados e municípios, por meio de obras de engenharia, produzem uma silhueta territorial adequada aos ditames da empresa a ser atraída.

Nesse âmbito, diversas características do Mato Grosso do Sul foram importantes para a vinda de grupos, porém, o papel do Estado nesse processo foi fundamental para que se concretizasse e para que se efetuassem a participação do território sul mato-grossense na política nacional e mundial dos biocombustíveis. Chesnais (1996, p. 113),

⁶¹ Rádio e Televisão de Portugal, 19/05/2008.

por exemplo, avalia que não é somente a mão-de-obra que define a instalação de determinado segmento industrial multinacional ou não, a vinda para uma determinada região, mas “outros requisitos igualmente coercitivos as orientam para os países ou regiões onde a demanda é maior e os mercados mais promissores”. Portanto, o Mato Grosso do Sul necessitou de uma organização política e financeira que se articula ao momento expansivo da produção de álcool.

Temos atrelado ao desenvolvimento da agroindústria da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, uma política de incentivos que permite a estruturação com segurança do setor sucroalcooleiro. Ou seja, quanto mais um Estado estimula o comércio nacional e internacional (no caso das agroindústrias).

Sobre a fluidez também, Santos e Silveira (2006, p. 49) consideram que o Estado aliado às empresas, ampliam as redes de transporte nos territórios, que se tornam mais densas e mais modernas; “e, graças à modernização das comunicações, criam-se as condições de fluidez do território, uma fluidez potencial, representada pela presença das infra-estruturas, e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso”. Logo, o estado do Mato do Grosso do Sul é reestruturado para a nova dinâmica produtiva que se territorializa com as usinas de cana-de-açúcar.

Santos (2004, p. 252) chama esse processo de modernização e estruturação do território pela presença e atuação de empresas monopolistas e/ou transnacionais de “corporatização do território”. Assim,

a presença, em pontos espalhados ou concentrados do espaço, de firmas monopolistas ou transnacionais, convocação a utilizar todo o território orienta a escolha desses capitais dormentes qualificando os espaços nacionais à imagem dos seus interesses próprios, porque essas empresas dispõe da força política para impor o que hoje se chama de modernização do território.

Isso ocorre, por exemplo, no Mato Grosso do Sul, a partir do momento que as agroindústrias principalmente as internacionais se instalam no território trazendo sua tecnologia, que aliada aos subsídios fiscais conseguidos, impõem um tipo de modernização (voltadas para a produção de etanol) através de forças políticas e econômicas.

As usinas em instalação do estado fazem parte desse processo expansivo do capital, ou seja, é o pivô central desse desenvolvimento. Cabe destacar, de acordo com trabalho de campo 2007/2008, que algumas usinas em instalação, indicaram os fatores

como solo, clima e auxílios fiscais como determinantes no processo de consolidação dessas agroindústrias. Para tanto, apresentamos algumas das estratégias que estimularam a vinda das usinas para o Brasil e Mato Grosso do Sul. Essas informações foram coletadas a partir de trabalho de campo, sítio na internet das empresas, jornais e revistas.

- *Infinity Bioenergia – Naviraí* – Foto 8 (perspectiva em relação ao Brasil) – O Brasil possui claras vantagens competitivas para a produção de álcool e açúcar, condições climáticas favoráveis e áreas disponíveis; o Brasil é o segundo maior consumidor de álcool como combustível tanto puro quanto para mistura à gasolina, sendo que cerca de 1/3 da produção mundial de álcool está aqui localizada.⁶²

⁶² Disponível em: http://www.infinitybio.com.br/infinity/web/index_pti.htm. 09 de jun.2008.

Foto 8 – Área Industrial Infinity



Fonte: BACKES, T.R. 25/03/2008.

- *Angélica Agroenergia – Adecoagro* – Foto 9 (Perspectiva em relação ao Mato Grosso do Sul) - Condições climáticas e a boa qualidade dos solos com pouca declividade o que facilita notavelmente as tarefas de colheita. Apoio das autoridades locais (Trabalho de Campo, maio de 2008).

Foto 9 – Área Industrial Usina Angélica.



Fonte: Prefeitura Municipal de Angélica, 08 de junho de 2008.

- *Unialco* (Perspectiva em relação a Mato Grosso do Sul) – Clima Favorável; Subsídios fiscais do Governo Federal, diversas áreas de pastagens degradadas que facilita o arrendamento (Trabalho de Campo, dezembro de 2007).

Foto 10 – Área Agrícola Usina Dourados Álcool e Açúcar



Fonte: BACKES, T.R. Trabalho de campo, 01 de dezembro de 2007.

- *ETH Bioenergia – Odebrecht* - Foto 11 (Perspectiva em relação ao Mato Grosso do Sul) – Quanto a localização das usinas: localização estratégica para o pólo que está sendo estruturado na região. Proximidade geográfica que facilita o escoamento dos produtos o que permite redução de custos na produção, transporte e logística (Trabalho de Campo, maio de 2008).

Foto 11 – Área Industrial Usina Eldorado



Fonte: ETH Bioenergia, 09 de novembro de 2007.

- *Usina Brilhante Agroenergia* (Fittipaldi, Bumlai, Banco BVA, Bertin) – Localização estratégica, que segundo Fittipaldi (2007) “a localização do empreendimento, em um ponto intermediário entre os oceanos Atlântico e Pacífico, permitirá redução de sete mil quilômetros, aproximadamente, no percurso até os países asiáticos, uma vez que estamos a cerca de 1,5 mil quilômetros do Pacífico”, frisou. Além disso, o empresário ressaltou as adequadas condições climáticas e de qualidade do solo como fatores positivos para a escolha da região (Revista Isto é Independente, 02 de abril de 2008).

Desta forma, as instâncias financeiras aliadas ao Estado assumem o meio de disponibilização expansionista de recursos, que ao mesmo tempo controla, valoriza e dá fluidez ao capital. Para Brum (1985, p. 133) “Dá-se então (...), instâncias necessárias de operação do capital financeiro, que se expressa fundamentalmente pela finalidade de mobilizar (centralizar) e dar mobilidade (fluidez) ao capital (...), retransformando – o de capital real em ativos financeiros”.

Apesar de o Estado ter se restringido a fomentar o setor sucroalcooleiro após o Proálcool, percebe-se uma retomada a partir do estímulo a produção de cana-de-açúcar no Brasil, para colocá-lo entre os países competitivos que produzem Etanol.

O que se verifica a partir da expansão do setor sucroalcooleiro e atualmente também o setor sucro-álcool-químico no Brasil e conseqüentemente no Mato Grosso do Sul, é a ampliação da concorrência entre países produtores, o que certamente ampliará as negociações do Brasil com outros países. O etanol ainda é pouco exportado se comparado a outras *commodities* brasileiras como a soja e a laranja. O Estado, através das suas intervenções, busca colocar o Brasil no *ranking* de negociações de combustíveis renováveis, apesar de o mercado do etanol ainda estar em construção no intercâmbio do Brasil em relação a seus principais parceiros comerciais (PIACENTE, 2006, p. 64).

O processo de expansão das agroindústrias da cana-de-açúcar no Brasil decorre principalmente do aumento tanto interno como externo do consumo de álcool, pois o Brasil é o maior produtor mundial desta matéria-prima e o maior exportador, fato mediado pelo Estado desde o período do início histórico brasileiro, no qual o mesmo intervém na ampliação deste mercado. Segundo dados da ÚNICA (União das Indústrias Canavieiras), o Mato Grosso do Sul no ano de 2007, ocupava o terceiro lugar em área de expansão de cana-de-açúcar. Fato relevante e que demonstra a ampliação desse setor tornando-se um mercado em ascensão e que atrai investimentos, tanto de usineiros como de produtores rurais que passam a investir na cultura, fazendo com que o campo brasileiro e sul-matogrossense façam parte da ampliação dos espaços da cana e das usinas de álcool e açúcar.

Segundo dados da Ethanol Brasil (09.01.2008), o Mato Grosso do Sul tem capacidade para ser responsável por 20% da produção de etanol no Brasil e abastecer 10% do mercado mundial em 30 anos. Mas para isso deve aumentar em 12 vezes a produção atual, que é de quase um milhão de metros cúbicos em 200 mil hectares. Ainda segundo a Ethanol Brasil (2008) “Os biocombustíveis, em particular o etanol, vão marcar profundamente a economia de Mato Grosso do Sul no período de vigência do PPA (Plano Plurianual) 2008/2011”.

Os biocombustíveis, em particular o etanol, têm perspectiva de marcar profundamente a economia de Mato Grosso do Sul no período de vigência do PPA (Plano Plurianual) 2008/2011. A produção brasileira cresceu 11,92% da safra 2006/07 para a de 2007/08 e a área cultivada com cana-de-açúcar cresceu 12,3%. No estado, o

aumento da área plantada foi de 32% em 2008. A previsão é de que a produtividade da cana-de-açúcar no estado cresça entre 50% a 100% até 2010 (Ethanol Brasil, 2008).

O governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, em palestra no 1º Congresso de Tecnologia na Cadeia Produtiva da Cana-de-Açúcar, em 2007, informou que o estado ficaria atrás apenas de Mato Grosso, que produziria 24% do etanol no País em 30 anos. Juntos, os demais estados brasileiros produziriam 56% do combustível. Em sua palestra, Puccinelli ressaltou os projetos necessários para que essa previsão se torne real. Entre eles, está o poliduto, orçado em R\$ 2 bilhões, que transportará o álcool produzido no Estado até Paranaguá e trará o diesel, a gasolina e o GLP para Mato Grosso do Sul, barateando o preço desses produtos.

Conforme dados do Conselho de Desenvolvimento Industrial da Seprotur (CDI), as indústrias possuem juntas uma capacidade instalada de 9,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar/safra. A previsão é que todos os empreendimentos estejam concluídos até 2010. Logo, com a previsão de instalação de 28 usinas até o ano de 2010, já seria viável a construção do Poliduto, que prevê transportar álcool até o porto de Paranaguá e trará diesel, gasolina e o gás GLP para Mato Grosso do Sul, barateando o preço desses produtos, conforme também anunciou o governador do estado.

Na tabela 8, temos a relação de usinas cadastradas na ANP (2008), que produzem Etanol no Mato Grosso do Sul. A produção de etanol se deu no estado a partir de 2004 com 9 usinas em funcionamento, atualmente são 11 usinas produzindo etanol⁶³. A perspectiva até 2010 é de que 28 usinas produzam o etanol para suprir o mercado externo.

⁶³ Citamos aqui, apenas usinas que estão produzindo etanol. Desconsiderando, portanto, a produção de álcool e açúcar.

Tabela 8. Relação de Usinas do Mato Grosso do Sul que produzem Etanol - 2008

POSIÇÃO RANKING NACIONAL	UNIDADES NO MATO GROSSO DO SUL
58°	INFINITY
73°	ELDORADO
77°	(PASSA TEMPO) – LDC <i>Commodities</i>
103°	MARACAJÚ - (MR)
115°	ALCOOLVALE
124°	ENERGETICA SANTA HELENA
141°	SONORA
171°	CBAA - Brasilândia
200°	SAFI BRASIL ENERGIA
203°	CBAA - Sidrolândia
231°	DCOIL - Iguatemi

Fonte: Unica, 2008.

Apesar de a comercialização do etanol estar em expansão principalmente a partir de 2005, um fato peculiar já se realizava a partir de 2001 - a venda desse produto direto para o Japão. As usinas exportadoras do produto eram duas entre o período de 2001 a 2004: Usina Maracajú e Usina Passa Tempo de Rio Brilhante já sob a administração da LDC Bioenergia. As duas movimentavam exportações nos valores entre US\$ 1 e 10 milhões cada. Em 2005, mais 3 usinas passaram a exportar etanol, a empresa Tavares de Melo Açúcar e Álcool S/A, uma em Maracajú e a outra em Rio Brilhante, e a “Coopernavi” (Cooperativa dos Produtores de Cana de Açúcar) em Naviraí, ainda com a antiga razão social mas já sob controle da empresa Infinity, movimentando cada uma em torno de US\$ 6 a 10 milhões. Portanto já no ano de 2005, eram 5 usinas produzindo etanol e exportando diretamente para o Japão (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, Departamento de Desenvolvimento e Planejamento de Comércio Exterior – DEPLA, 2008).

Como a expectativa no mercado global do etanol foi ampliada, os investimentos em infra-estrutura principalmente nas regiões Centro-Oeste e Sudoeste do país já demonstram essas articulações, logo os portos de escoamento também já acompanham essa tendência, isso se deve ao fato de os governos estaduais se focalizarem na atração de investimentos e fornecimento de estruturas que permitam esse desenvolvimento.

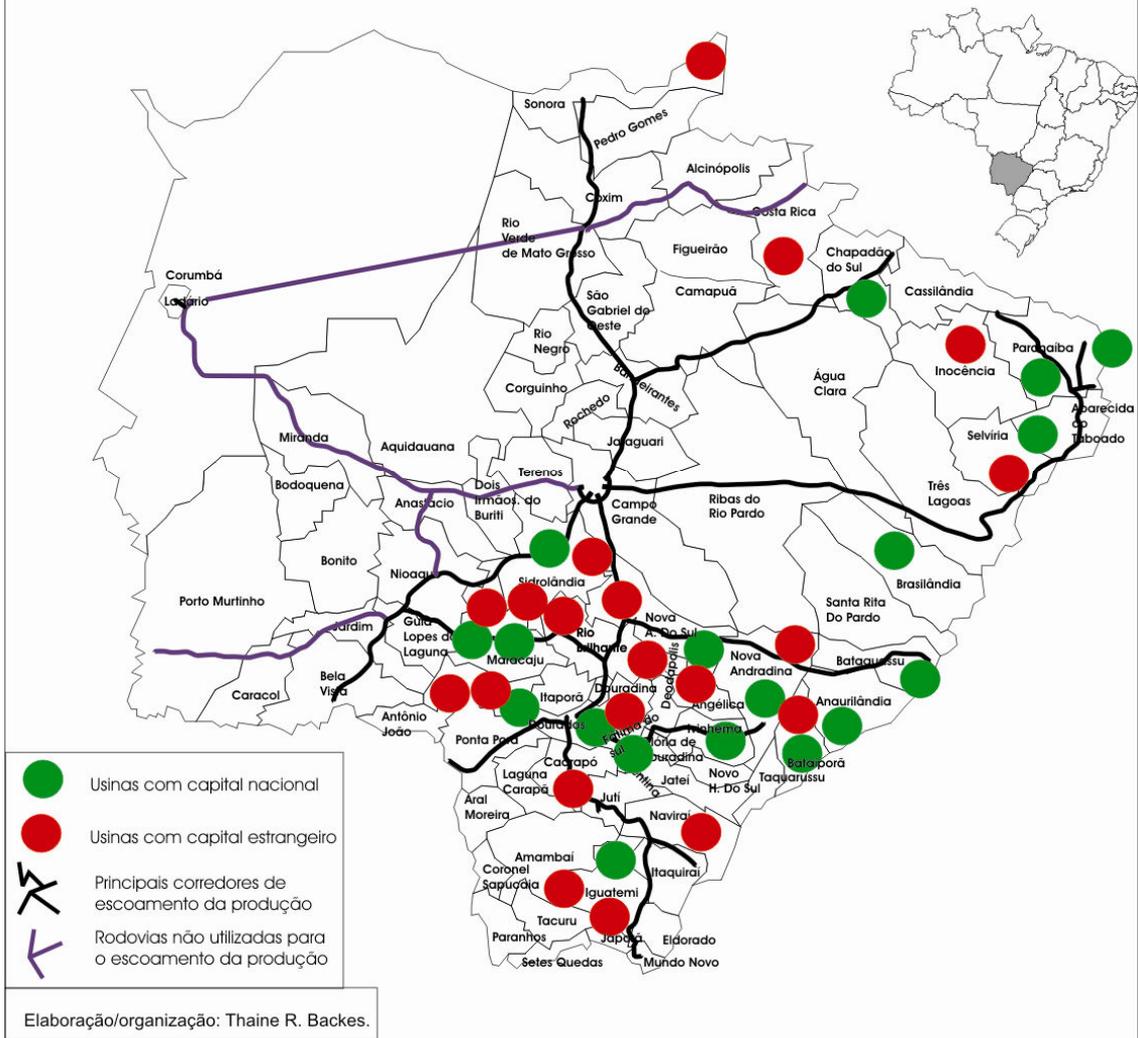
O foco no mercado externo tem levado as empresas a ampliarem e diferenciarem o sortimento de produtos, bem como a investirem em sistemas de controle de qualidade e tecnologia e pesquisa. Ademais, é possível observar mudanças na organização das empresas sucroalcooleiras, tais como o aumento de fusões e a crescente participação do capital externo. A partir da consolidação do mercado de bioenergia, estes processos devem se intensificar.

Da mesma forma que se intensificam as organizações do capital em torno da formação e organização de empresas, também se organizam o setor logístico para dar suporte a essa ampliação. Assim, podemos pensar que a indústria e nesse caso as usinas de cana-de-açúcar se articulam num sistema em rede, ou seja, redes de transporte, rede de bancos, redes de comércio, etc. Logo a localização dessas redes vai influenciar diretamente na organização logística do setor. Para Chevalier *apud* Silva Jr. (2004, p. 102),

A indústria se compõe de centros de produção unidos entre eles por um laço relativamente material, ou seja, pelas vias de transporte, e por um laço relativamente espiritual, ou seja, pelos bancos (...) Existem relações tão estreitas entre a rede de banco e a rede de linhas de transportes, que um dos dois estando traçado, com a figura mais conveniente à melhor exploração do globo, o outro se encontra paralelamente determinado nos seus elementos essenciais.

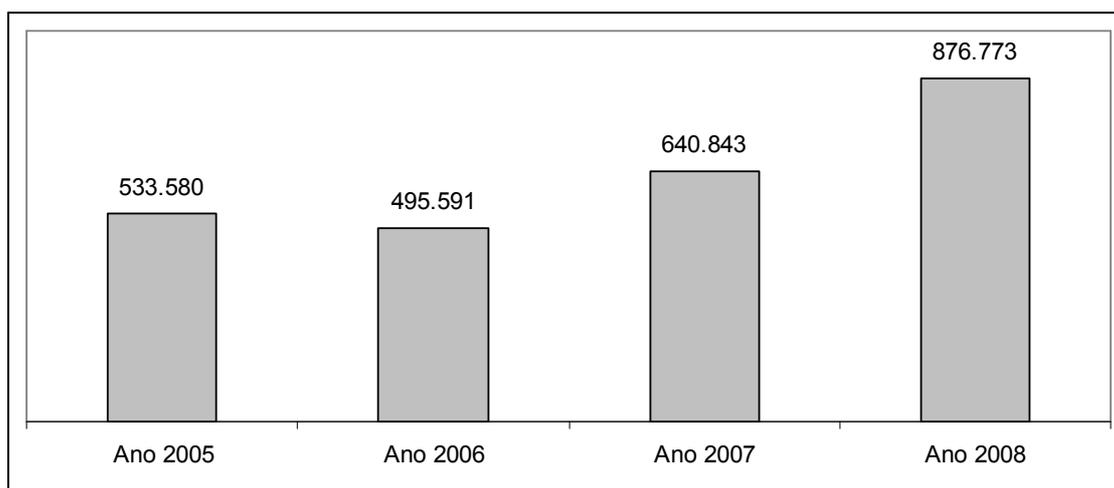
Para tanto, ao mesmo tempo em que se tem a localização das usinas de cana-de-açúcar próximas das vias de transporte do estado do Mato Grosso do Sul (ver mapa 8) pode-se pensar naquilo que Moreira (1997, p. 2) disse: “a rede vem a ser o olhar sobre o espaço móvel e integrado”. Também, segundo Dias (2006, p. 141-142), as redes técnicas estão ligadas à organização do território através das inovações que produzem uma nova dinâmica territorial para onde passam e/ou são levadas/criadas. Através da comunicação e informação conjuntamente com a técnica e a tecnologia, as redes produzem uma nova malha que regula e organiza os territórios. No Mato Grosso do Sul, as usinas de cana-de-açúcar tem a necessidade cada vez maior da aceleração do escoamento da produção, as redes organizam o território conforme essa nova realidade e as novas necessidades de conexões com outros lugares, especialmente, com os estados do Paraná e de São Paulo.

Mapa 9 - Mato Grosso do Sul: localização das Usinas instaladas e em instalação e as principais rodovias de escoamento



No gráfico 8, demonstramos o aumento da produção de etanol no estado desde o ano de 2005 até a última safra comercializada em 2008.

Gráfico 8. Evolução da Produção de Etanol no Mato Grosso do Sul, 2005-2008
(em milhões de litros)



Fonte: Única, 2008.

Por conta do aumento da produção de etanol e de todos os subprodutos gerados a partir da cana-de-açúcar, é necessário o estado possuir uma nova logística que atenda essa demanda. Da mesma maneira a localização dos empreendimentos industriais estão ligados não somente a facilidade de mão-de-obra, mas também a um mercado consumidor e concorrente, que dentre outras funções, possua uma logística adequada. Assim, concordamos com Chesnais (1996, p. 113) quando diz que as indústrias têm “requisitos igualmente coercitivos que as orientam para os países ou regiões onde a demanda é maior e os mercados mais promissores, e também onde seus principais rivais devem ser enfrentados num confronto direto”.

A produção de etanol que sai do Mato Grosso do Sul (ver mapa 3, p. 66), segue para regiões onde não se produz cana-de-açúcar principalmente devido as pequenas extensões territoriais e ou a falta de área para plantio devido a grande densidade populacional desses lugares. A China ou Japão, por exemplo, são os maiores consumidores de etanol do mundo, portanto, exportar para esses países conduz à garantia de um mercado consumidor importante.

No próximo capítulo trataremos de entender as estratégias que os grupos agroindústrias instalados e em instalação em Mato Grosso do Sul, incorporam para dar continuidade ao processo expansionista da cana-de-açúcar.

CAPÍTULO 3

AS ESTRATÉGIAS DOS GRUPOS INDUSTRIAIS EM SUA EXPANSÃO NO ESTADO

CAPÍTULO 3

ESPACIALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS DE CANA-DE-AÇÚCAR: A RENDA DA TERRA NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO DO CAPITAL

3.1 Considerações sobre Renda da Terra

A limitar muitas vezes as interpretações a aspectos gerais da categoria de análise Renda da Terra (como por exemplo arrendamentos, extração da mais-valia), confundem-se as verdadeiras formas de como essa renda é extraída no modo de produção capitalista e, principalmente, neste estudo, através do processo de expansão territorial da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. Segundo Ricardo (1974, p. 279) “A renda é confundida, frequentemente, com os juros e com o lucro do capital, e, na linguagem popular, o termo é aplicado ao que quer que seja que o agricultor pague anualmente ao dono da terra em que trabalha”, portanto, nessas concepções, um arrendamento é parte integrante da extração da Renda da Terra.

As discussões sobre Renda da Terra se dão principalmente num período de transição entre a Revolução Industrial e as revoluções burguesas na Europa, período esse marcado pela negociação da terra, ou seja, é quando ela se torna mercadoria e ganha preço (MOREIRA, 1995, p. 91).

Sobre a renda da terra Smith (1974, p. 123 - 124), considera que,

A renda, considerada como o preço pago pela utilização da terra, é naturalmente a mais elevada possível que o rendeiro pode pagar dadas as características da terra. Quando o proprietário ajusta os termos do arrendamento, procura não deixar ao rendeiro mais que a porcentagem dos lucros indispensável para repor o capital necessário para comprar as sementes, pagar o trabalho, comprar e manter o gado e outros instrumentos de lavoura, e ainda os lucros correntes do capital de exploração nessa região (...). Portanto, a renda da terra, considerada como o preço pago pela utilização da mesma é naturalmente um preço de monopólio.

A renda da terra passa a ser realizada na visão de Smith (1974) como aquilo que o rendeiro pode pagar, portanto, não estando relacionando com aquilo que o proprietário investiu na terra através de melhoramentos para a produção. A renda da terra, nessa perspectiva, estaria vinculada à composição do preço que ela possa ter, e esse preço só

será determinado através da procura. Na definição de Malthus (1986, p.67), “Podemos definir a renda da terra como a parcela do produto total que fica para o proprietário da terra depois de pagas todas as despesas”. Portanto, a renda da terra, e o preço pago a ela, podem ser considerados como um preço de monopólio, pois não está em proporção com aquilo que o proprietário investiu, mas sim, o quanto rendeiro pode pagar.

Através da renda da terra e as relações capitalistas de produção, podemos perceber aquilo que Martins (1983) identificou como a sujeição da renda da terra pelo capital, ou seja, a terra se constitui em um bem natural, mas que ao mesmo tempo é comercializada. Nesse sentido, para Martins (1983, p. 170) “na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra, cresce sua dependência em relação ao capital, onde o capital tende a se apropriar da renda da terra, ocorrendo à sujeição da renda da terra ao capital pelo trabalho (...), a terra não é a materialização do trabalho humano, mas se transforma em mercadoria”.

Assim, podemos dizer que as relações de mercado, de oferta e procura, ditam o preço da terra, porém, não descartando a questão de fertilidade como participante desse processo, sendo levada em consideração principalmente devido ao esgotamento de áreas agricultáveis em algumas regiões. Ricardo (1974) ressalta essa questão afirmando que “Se toda terra tivesse as mesmas propriedades – e se fosse ilimitada na quantidade e uniforme na qualidade – seu uso nada custaria, a não ser que possuísse peculiares vantagens de localização”.

Portanto, no contexto do Mato Grosso do Sul, poderíamos dizer que a localização, qualidade e quantidade de terra, participam como condicionantes na extração da renda terra através da produção de cana-de-açúcar, questão essa que discutiremos no próximo item desse capítulo.

Desta forma Oliveira (1986, p. 73) explica a renda da terra da seguinte maneira “A renda da terra é uma categoria fundamental, especial no estudo da agricultura. Ela é um lucro extraordinário suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade”. Assim, a renda da terra sob o modo de produção capitalista é resultado da concorrência que gera renda diferencial e, é resultado do monopólio que gera renda absoluta.

É importante distinguir essas duas espécies de renda a partir da essência de cada uma delas. A renda diferencial é resultado do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo, pois segundo Oliveira (1986, p. 74),

(...) a renda diferencial decorre da diferença entre o preço individual de produção do capital particular que dispõe de uma força natural monopolizada e o preço de produção do capital empregado no conjunto do ramo de atividade considerado.

As causas da renda diferencial são três, sendo que as duas primeiras (renda diferencial I) independem do capital. São elas: a diferença de fertilidade (natural) do solo e a localização das terras. Essas duas causas podem atuar em sentidos opostos. A terceira causa (renda diferencial II) é oriunda dos investimentos do capital no solo para melhorar sua produtividade e ou localização.

Já a renda absoluta é resultado da posse privada do solo e da oposição entre um interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra está sob monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para disponibiliza - lá para produzir. Nessa perspectiva Oliveira (1986, p. 75) considera que a renda da terra absoluta é,

(...) aquela que resulta do monopólio da terra por uma classe ou fração de classe (...) é resultante da elevação dos preços dos gêneros alimentícios acima do preço de produção desses gêneros, principalmente por ação dos monopólios. Isso porque os proprietários fundiários só permitem a utilização de suas terras quando os preços de mercado ultrapassam os seus preços de produção. Dessa forma obtêm um lucro extraordinário, que, ao contrário do da renda diferencial, não é fração do trabalho excedente dos trabalhadores daquela terra em particular, mas sim fração da massa da mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade. Um verdadeiro tributo que a sociedade inteira paga aos proprietários da terra.

Além dessas duas formas de renda da terra, a diferencial e absoluta, existe também a renda de monopólio que é, também, segundo Oliveira (1986, p. 75-76), “lucro suplementar derivado de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotada de qualidades especiais”, ou seja, aquilo que é produzido em quantidade reduzida ou não, em um lugar específico do planeta que acaba por proporcionar um preço mais elevado e, portanto, de monopólio.

Contudo para Moreira (1995, p. 93), a concepção de Marx sobre a renda terra,

Em Marx, a terra já é reconhecida como mercadoria, objeto de compra e venda. A lógica analítica de Marx se dá em cima do pressuposto de uma agricultura capitalista, portanto mercantil. A propriedade da terra, como mercadoria, vai permitir que ela funcione na competição intercapitalista como equivalente de capital. A renda absoluta aqui não pode ser concebida como uma renda patrimonialista, como resquício da ordem feudal: é uma renda de propriedade (monopólio de classe) de um tipo particular de mercadoria, no capitalismo.

Portanto, é clara a visão da transformação da terra em mercadoria e extração da renda, apesar muitas vezes, das divergências entre os teóricos como Marx, Smith e Ricardo sobre renda da terra. Logo, o que se tem é a transformação da mercadoria (terra) como equivalente de capital, ou seja, parte de capital que é imobilizado no mercado de terras, torna-se um capital imobilizado. Porém, esse capital pode ser atribuído também através da imobilização de capital monopolizado, que é investido na terra, mas não na compra da mesma, mas sim na adequação de fertilidade e produção, logo vai gerar renda para o proprietário e arrendatário. Portanto formas diferenciadas de extração da renda da terra.

O contexto em que se consolidou a estrutura agrária brasileira, principalmente a partir da década de 1960, demonstrou que o país se estabeleceu numa base organizada em grandes empresas rurais, tanto de empresários capitalizados quando de extensões de terras. Esse processo acentuou-se com a “modernização da agricultura”, considerada como “dolorosa” (GRAZIANO, 1982) ou até mesmo uma modernização que não moderniza a todos (PRADO JR. 1979), porém, o que ganha força, é uma agricultura atrelada ao desenvolvimento capitalista da economia brasileira, que a nosso ver, acompanhou um processo histórico de distribuição de terras nas mãos de poucos e excluiu, mas não totalmente, a agricultura de subsistência ou a agricultura de produção de alimentos como feijão, arroz, trigo dentre outros.

Desta forma, a agricultura brasileira atrelou-se a um processo de mundialização de monoculturas, ganhando garantias de mercado, financiamentos, subsídios de diversas fontes de arrecadação, garantindo, portanto, o avanço da industrialização brasileira e a formação das agroindústrias, com vista expansionista para o mercado mundial.

As formas de extrair a renda da terra, já eram praticadas desde o momento que a terra se torna uma mercadoria. Mas o que queremos entender com essa análise sobre os rumos da agricultura brasileira, principalmente a partir da década de 1960, é que a terra a partir desse período passou a ser visada como um bem “precioso” que o Brasil dispunha em grande quantidade, ao mesmo tempo em que a indústria necessitava expandir, o Brasil também precisa comparecer ainda mais no mercado mundial. Logo, um dos fatores para essa expansão foi articular a indústria e a agricultura através de produção de monoculturas e outros produtos que favoreceram essa garantia de mercado brasileiro no exterior.

Assim, a terra anteriormente relegada em algumas regiões como improdutivo, passou a ser visada em áreas novas para expansão agrícola, como é o caso dos estados do centro-oeste e norte do Brasil, ou seja, “processa-se outro salto qualitativo em direção ao (novo) eixo de acumulação do capital” (THOMAZ JR., 1988).

A nosso ver, essas regiões passaram por dois momentos característicos que deram rumos a economia estadual. O primeiro momento estaria marcado quando da adentrada da “modernização da agricultura” que proporcionou à mecanização da lavoura e conseqüentemente a vinda de populações de outras regiões do país, além do povoamento de áreas consideradas ideologicamente pouco habitadas; compareceu o desenvolvimento de outros cultivares (soja, milho, trigo) que passaram a ser comercializados no mercado mundial. Atrelado a isso, surgem as primeiras agroindústrias de processamento dessa produção.

O segundo momento está atrelado no início deste século. Ele está marcado na matriz energética brasileira que incentivou a produção de combustíveis renováveis. E aí, as regiões do norte e principalmente Centro-Oeste, tornaram-se atrativo de indústrias de grande porte, que além de empresas estrangeiras entrarem nessas regiões, também houve o deslocamento de empresas da região Sudeste do Brasil. Logo, o estado de Mato Grosso do Sul presenciou uma busca acelerada por terras que proporcionasse essa expansão energética, e aí a cana-de-açúcar torna-se um aliado nesse processo.

Desta forma, podemos dizer que ocorreu uma reorganização no setor produtivo e do capital, não deixando inviabilizar a base produtiva anterior, mas organizando o território para esse processo. No Mato Grosso do Sul, o setor canavieiro não tinha a mesma magnitude em produção, infra-estrutura e arrendamentos como agora se apresenta. Da mesma maneira a produção de soja, milho e pecuária continua mantendo a sua demanda produtiva. Organiza-se também o sistema político, ideológico de dominação, calcado nos subsídios e controle do território.

Concordamos com Thomaz Jr. (2002, p. 200), quando menciona o “novo” eixo de acumulação do capital que,

Apesar de não inviabilizar o anterior, ao contrário, redimensiona, com o propósito de superar a relação centrada na transferência da mais-valia, na forma de renda da terra (com a territorialização do monopólio), sinalizando, agora, para hegemonia na apropriação da mais-valia relativa e para subsunção real do trabalho no capital.

A partir disso é que procuramos entender como a renda da terra se circunscreveu no processo de consolidação das agroindústrias de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul proporcionando transformações sócio territoriais no estado. Ao passo que entender o processo desigual e contraditório do desenvolvimento da agricultura sul-matogrossense torna-se um dos fatores de compreensão do território a partir da categoria de análise renda da terra.

Assim, os processos de territorialização, quando a usina compra terra e monopolização do capital, isto é, quando a usina arrenda terra, tornaram-se presentes nesse espaço, revelando suas facetas expansivas, desiguais e contraditórias. Espacializa-se assim a produção em domínios territoriais comandados pelas agroindústrias, como a monocultura da soja, da cana-de-açúcar e da pecuária extensiva.

3.2 A renda da terra no processo de consolidação das agroindústrias da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul

Analisando as relações econômicas que se sobrepõem no campo no Mato Grosso do Sul, procuramos entender as relações que se dão nesse espaço, como por exemplo, a forma de utilizar/explorar a terra enquanto mercadoria através do seu arrendamento para atender o setor sucroalcooleiro.

O processo de incentivo à capacidade produtiva energética, realizada via estímulo à produção de cana-de-açúcar, demonstra que além da disponibilidade de extensões de terras propícias para essa produção possui conjuntamente, proprietários capitalistas (agricultores e industriais), vinculados aos grupos transnacionais que estão de tornando hegemônicos da região e que tem interesses com essa forma de expansão, ou seja, instalação de agroindústrias da cana-de-açúcar e expansão do capital. São relações econômicas, mas também políticas e estratégicas na busca pela implantação de projetos, na legitimidade dos interesses em jogo para expansão e territorialização da monocultura da cana no estado.

A terra passou a ser o fulcro de expansão da cana-de-açúcar e os grupos multinacionais tentam, a partir da renda, encontrar lugares propícios para a sua expansão e reprodução. Novas relações são estabelecidas, a terra passa a ter outro preço, agenciada e negociada de forma a atender as exigências do agronegócio, que através dos domínios do capital, torna o arrendamento de terra vantajoso para a instalação das agroindústrias, constituindo a monopolização do território.

Nesse processo, o proprietário da terra e o dono da produção (materializado e imaterializado nas usinas), vão se articulando e reorganizando o território. Assim, as condições necessárias para a exploração do território acenta-se em bases do monopólio da terra, logo o usineiro é também proprietário de terras, empresário e industrial, responsável pela maior parte da matéria-prima processada (SILVA, 2007, p. 88). Esta característica percebemos na usina Unialco. O proprietário da terra é também empresário da usina (Ver quadro 1, p. 25).

A seguir demonstramos na foto 12 a área na qual vem sendo construída a usina Unialco.

Foto 12. Área de construção da usina Dourados Álcool e Açúcar em Dourados - MS



Fonte: Backes, T.R. Aos fundos o início da construção da usina. Trabalho de campo, novembro de 2008.

Os proprietários de terra no estado e as usinas através da relação social da renda da terra configuram de forma direcionada a concentração/instalação de usinas no centro sul e leste do estado, conforme desdobramos no capítulo 1, ou seja, é a apropriação do território pelas agroindústrias da cana-de-açúcar, uma articulação entre indústria e

agricultura. Neste processo não existe somente o interesse da indústria, mas também o processo chamado por Muller (1989) da “Tríplice Aliança”, que há também “o interesse de médios e grandes produtores do próprio setor agrícola que, em termos de empresas e grupos econômicos, surgem e se multiplicam no processo de integração indústria e agricultura”, portanto a formação do *complexo agroindustrial*⁶⁴ (MÜLLER, 1989, p. 33).

Para Delgado (1985, p. 34),

agricultura e indústria é o processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais. Essa integração se distingue da integração técnica agricultura - indústria. Embora se realize com o suporte dela. Mas a integração de capitais terá um raio de abrangência mais amplo, compreendendo não apenas o aprofundamento das relações interindustriais, mas outras formas de integração e conglomeração sob comando do grande capital.

Portanto, a integração entre a agricultura e a indústria⁶⁵ aprofunda unilateralmente a integração capitalista, aperfeiçoam-se as técnicas, ampliam os mercados, e que articulado ao papel do Estado, encontram a mediação estatal, o suporte para os projetos do grande capital. Nesse processo, a relação banco-produtor garante incentivos para a produção, revertendo para o banco a dívida e o compromisso na quitação dessas dívidas.

Para que a agroindústria se consolide, necessita encontrar os espaços para sua reprodução, a terra passa a ser primordial nesse desenvolvimento para arrendamento e conseqüentemente plantação, pois em trabalhos de campo realizados nas usinas, os entrevistados (gerente agrícola da Usina Unialco, Administrador Geral da Usina

⁶⁴ Para Medeiros (2006, p. 104) “A década de 1980 é um período de intenso crescimento dos complexos agroindustriais brasileiros e de aumento das exportações de carnes, soja, fumo, frutas, entre outros. Conforme observa Belik (1998), durante a década de oitenta a taxa de câmbio se manteve relativamente depreciada, o que beneficiou as exportações agrícolas e de manufaturados, além de baratear os insumos para a sua produção. No período de 1981-84, os esforços foram de superávit da balança comercial. No entanto, diferentemente da interpretação de Belik (1998), a qual associa o aumento das exportações à diminuição dos estoques internos, o trabalho de Espindola (1999) demonstra que o aumento das exportações de carnes e soja ocorreu pela utilização de capacidade ociosa então existente nas agroindústrias. Isto explica o crescimento dos complexos agroindustriais durante a década de 1980, enquanto os demais setores industriais passam por grave crise”.

⁶⁵ Rangel (*apud* Medeiros, 2006, p. 95) destaca que a partir da década de 1950 os processos de urbanização e industrialização aceleram-se e pressionam o rompimento definitivo da dinâmica de complexo rural de vastas regiões do país. A indústria interessa-se pela agricultura, não mais apenas como fornecedora de matérias-primas (e trabalhadores), mas como consumidora de produtos industriais. O crédito rural subsidiado, as pressões de empresas e do Estado, impulsionavam a modernização da agricultura, estimulavam o investimento em beneficiamento e industrialização de produtos agrícolas, e o surgimento de cooperativas agrícolas.

Angélica, gerente agrícola da Usina Vista Alegre), apontaram que é prioridade arrendar terras com mais de 300 ha, o que facilita a produção de cana-de-açúcar, para atender a lógica de produção em larga escala.⁶⁶

Neste contexto, o Mato Grosso do Sul passa a possibilitar a instalação das unidades agroindústrias da cana-de-açúcar, pois segundo dados de 2005 do INCRA⁶⁷, o Mato Grosso do Sul possui um total de 38.263.218,3 ha (quantidade de áreas de imóveis rurais), desse total, 78,3% desses imóveis são considerados grandes propriedades. Logo em seguida vem as médias propriedades com 14,8% e as pequenas propriedades com 4,4%. Existem em torno de 300.000 ha ainda não classificados pelo INCRA.

Citamos em torno de 78,3%%, devido a distorções em relação aos dados apresentados pelo INCRA, que não correspondem a um total de 100%. No cálculo referente ao total de áreas consideradas de grande propriedade em relação ao total de imóveis, obtemos uma concentração de 81%. Mas ao se realizar o cálculo ao restante de áreas (Médias propriedades, pequenas propriedades, minifúndio e outros), elas correspondiam por um percentual superior a 3%, chegando próximo a 5%, portanto, não finalizando 100%. Nestes aspectos as propriedades médias e grandes, tornam-se atrativas para a produção de cana-de-açúcar, pois ao mesmo tempo em que propiciam produção em larga escala, facilitam o trabalho de arrendamento e/ou parceria realizados pela usina, segundo Thomaz Junior (2002, p. 37) “Parte das plantações de cana-de-açúcar está assentada em grandes e médias áreas (privadas ou estatais), envolvendo grande número de trabalhadores assalariados, ainda que, recentemente, expressiva parcela esteja sendo substituída pela intensificação da mecanização”.

Já a localização das propriedades é um fator central, portanto, quanto mais próximas da área industrial, facilita o transporte e em consequência se reduz despesas, é a subordinação da produção à circulação. A maioria do transporte de cana-de-açúcar, é realizado pelo caminhão chamado de Romeu e Julieta, que carrega em média 25 toneladas de cana, logo um hectare de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul rende em torno de 85 toneladas. Portanto, são necessários diversos caminhões bem como a

⁶⁶ O arrendamento de propriedades inferiores a 300 ha dificultam a produção em larga escala, pois o plantio em áreas menores não paga os custos de produção, não compensando nem levar essa cana-de-açúcar para moagem. Outro fator são que as áreas menores normalmente são cercadas, ou seja, existe a divisa com cerca de outras propriedades ou até mesmo resquícios da atividade pecuária, isso implica em trabalho de retirada dessas cercas, além de dificultar a plantação.

⁶⁷ Segundo o INCRA (2008) a classificação de propriedades se dá por Módulos Fiscais, sendo a pequena propriedade considerada entre 1 a 4 módulos, média de 4 a 15 módulos e grande propriedade superior a 15 módulos fiscais. O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

distância deve ser adequada, para que se reduzam custos de transportes (Trabalho de campo, abril de 2008).

Para Oliveira (1996, p. 11) estamos diante de “dois mecanismos de monopólio do capital em relação à produção do campo. De um lado, o monopólio na produção, subordinando a circulação à produção. De outro, o monopólio na circulação, subordinando a produção à circulação”.

Para rr Paulino (2003, p.102),

A constatação de que o capital, ao invés de se territorializar, monopoliza o território, pressupõe uma ruptura com o entendimento de que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas culminaria na bipolarização entre capital e trabalho, ou em sua variante, na separação entre meios de produção e força de trabalho. Por sua vez, designa a possibilidade de que a lógica da acumulação ampliada não sofra restrições, ainda que determinados agentes não atuem na esfera produtiva, controlando apenas a circulação das mercadorias.

Podemos considerar que as usinas como agentes (especuladores) de áreas para arrendamento e os proprietários de terra percebem no arrendamento de suas áreas uma maior possibilidade de aumento de renda. A “fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista” (OLIVEIRA, 1996, P. 11) que se tornam a mesma pessoa e estão relacionados no processo de extração da renda da terra. A partir de trabalhos de campo realizados no estado do Mato Grosso do Sul, podemos perceber que alguns proprietários de terras, viram no arrendamento para cana-de-açúcar a possibilidade de quitação de dívidas. Pois, com algumas áreas de pastos degradados, dívidas decorrentes de perdas de safras com soja e principalmente com dificuldade de se manter na pecuária, propiciaram ao contrato de parceria e/ou arrendamento em dinheiro com a usina⁶⁸.

Conforme podemos verificar na entrevista realizada com Zélia Cavalheiro dos Santos, herdeira e mantedora da fazenda Garirobinha⁶⁹ (foto 10) localizada em Dourados, quando indagada sobre como ocorreu o arrendamento para cana-de-açúcar, a resposta foi a seguinte:

⁶⁸ Trabalho de campo, maio de 2008.

⁶⁹ Entrevista realizada no dia 05 de maio de 2008, com a Senhora Zélia Cavalheiro dos Santos, Dourados – MS.

A proposta (de arrendamento) foi do próprio usineiro, do seu Celso, né? Porque a usina vai ser 14 km daqui, né? E ele queria a frente (área que fica próxima a rodovia) pra pode chama a atenção dos outro. Como o meu pai é uma das pessoa mais antiga aqui, ele sabia que se meu pai arrendasse os outro ia arrendar também (...) E um dos motivos foi também, que a gente tava com as terra bastante degradada, precisava recupera, e não tava querendo, e também falta de condições financeiras, e também o boi tava em baixa, a soja também. Então não teve negócio melhor na época (ano de 2005) (Entrevista realizada no dia 05/05/2008).

A partir da fala de Zélia, é possível perceber como o usineiro se utilizou de estratégias para propiciar o arrendamento de terras nas regiões próximas à usina, principalmente quando afirma que a localização da área de terra seria atrativa e estratégica na organização e articulação das demais propriedades para satisfazer os anseios da usina, ou seja, ter matéria-prima suficiente para colocar o projeto expansivo capitalista da cana-de-açúcar em pleno funcionamento.

Foto 13. Área agrícola Fazenda Garirobinha, 2008



Fonte: Área Agrícola Fazenda Garirobinha. Foto: Backes, T. R. 05/05/2008

Portanto, vale questionar que um dos fulcros é a continuidade de concentração de terras realizadas pelas atividades monocultoras. A partir do trabalho de campo, uma das questões que afloraram durante a pesquisa foi como distribuir esse crescimento no estado, para que esse processo concentrador tanto pela cana, soja, milho e pecuária não amplie as desigualdades no campo, mas sim, colabore para um crescimento econômico e agrícola nas diversas culturas.

O processo sobre qual a monocultura se destaca no estado do Mato Grosso do Sul, também se expõe na articulação de estratégias dos agricultores em se estabelecer num mercado competitivo e lucrativo, para tanto, buscam compreender o mercado atual em consonância com a produção agrícola, e assim, investir numa produção lucrativa, conforme expõe Ernest Ferter⁷⁰,

a diversificação da produção, sobretudo com culturas bioenergéticas, é o caminho para onde aponta a tendência do mercado mundial para as próximas décadas. A diversificação, por si só, já seria um fator importante para a valorização da soja no mercado. Se os produtores brasileiros decidissem trocar pelo menos 20% da área de soja por outra cultura isso, provavelmente, já provocaria uma alteração positiva no preço da soja (Jornal Douradosnews, fevereiro de 2007).

Portanto, os produtores e proprietários capitalistas se articulam na medida em que percebem seus interesses em jogo. Logo, o mercado mundial, sinaliza os rumos da produção agrícola. Assim, quem acompanha o compasso certo, certamente estará engajado numa política expansionista, como vista no Mato Grosso do Sul.

Segundo Pineda (2007), uma das conseqüências de processo expansivo da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul será “que o avanço da cana sobre as pastagens terá conseqüências tributárias importantes para aquele estado, que assistirá o aumento do preço da carne e migração da pecuária para o Nordeste”⁷¹. De acordo com trabalho de campo (2007/2008), esse processo poderá realmente ter conseqüências para a manutenção da atividade pecuária no estado. Porém, na medida em que o mercado financeiro controla principalmente os preços da cana-de-açúcar a serem praticados, entendemos que esta terá influência direta na produção. Assim, na medida em que o mercado da cana-de-açúcar sofre influências de preço, e que o deixa instável em relação a outros produtos agrícolas no estado, a pecuária pode ganhar força. Principalmente

⁷⁰ Ernest Ferter é proprietário de terras e empresário no ramo de biodiesel no Mato Grosso do Sul.

agora, que o Mato Grosso do Sul é considerado livre da aftosa, que possibilitou novamente a comercialização da carne bovina no mercado para externo.

A partir deste cenário, uma das tendências que pudemos constatar no trabalho de campo (2007, 2008) é a possível diminuição das áreas de soja, pois com consecutivas perdas de safras nos últimos anos devido a fatores climáticos, e consequentemente aumento nos preços de insumos, sementes, etc, poderá propiciar uma mudança na dinâmica produtiva agrícola do estado. Os agricultores desestimulados pela produção agrícola poderão arrendar suas terras para a cana-de-açúcar ou, até mesmo voltarem a praticar a atividade pecuária. Portanto, poderá ocorrer uma inversão no eixo da produção agrícola, que se não bem administrada pelo governo através de financiamentos, seguros contra perdas e outras medidas, a produção de soja poderá ser substituída pela cana-de-açúcar.

Discutimos essa possibilidade durante trabalho de campo em conversas com agricultores do distrito de Itahum – Dourados, essa hipótese nos foi mencionada para a região de Dourados haja vista que esse distrito passará a abrigar duas usinas até 2013. O agricultor Sr. Carlito⁷², arrendatário de terras no distrito de Itahum, quando perguntado sobre as perspectivas da soja para as safras seguintes, nos respondeu o seguinte,

Aqui o negócio é planta cana e cria boi. Aqui já deu soja, mas parece que ta cada vez mais difícil, não chove, não chove. Ta tudo caro pra produzi, não compensa mais. Faz 6 anos que to aqui, deu 3 safra boa e 3 safra ruim, só que uma safra ruim como essa de agora (2008/2009), não teve igual. Além de faltá chuva, ainda tá tudo caro. Nem sei se vô planta milho, porque do jeito que tá, não tem como.

Essas dificuldades de produção estão relacionadas diretamente aos fatores climáticos e aos altos preços praticados no mercado de insumos. Até o mês de dezembro em todo o estado do Mato Grosso do Sul, já havia uma perda de 6% para as áreas de soja (SEPROTUR, 2009). Devido a isso, a estimativa para o plantio de milho também diminui, pois da mesma forma que investir na soja tornou-se algo economicamente alto, o mesmo acontece para a produção de milho, ao que se atribui mais um fator, os preços da saca de milho (60 kg) que estão sendo comercializadas em um preço abaixo daquilo que se estima para compensar o custo da produção.

⁷¹ Trecho de artigo cedido para o jornal Campograndenews, intitulada: Meio ambiente é refém da cana e MS território do etanol de 05 de maio de 2007.

⁷² Entrevista realizada no dia 23 de dezembro de 2008, Itahum, Dourados-MS.

O senhor Aroldo⁷³, proprietário de terras no distrito da Picadinha, quando perguntado se voltaria a praticar a atividade pecuária, respondeu,

Olha, arrendei pra cana por que tava precisando recupera o pasto e paga dívida. Mas a cana tava bom no começo, agora o preço ta ruim (1º semestre de 2008). Vô espera termina o contrato que eu tenho e volta pro gado. Até porque é com isso que eu sempre trabalhei, e agora o boi tá bom de novo, tem preço.

Para isso, o cenário atual da cana-de-açúcar é realizado a partir de diversas amarras, que colocam frente a frente os agentes do capitalismo. Que se fazem no âmbito da pesquisa, entender os arranjos que se dão entre o proprietário e arrendatário da terra, as usinas e as formas como tais processos se realizam. A partir do trabalho de campo (2007/2008) constatamos dois arranjos que se circunscrevem a partir da expansão territorial da cana-de-açúcar no estado, sendo esses:

- 1) O primeiro ocorre pela relação de arrendamento desencadeado pelas usinas, que buscam terras propícias para a plantação da cultura de cana-de-açúcar. Verificamos em trabalho de campo (2007/2008) que as terras requeridas para arrendamento devem conter uma o mais dessas características: área plana, solo fértil ou se degradado com possibilidade de recuperação, grandes extensões de áreas e com proximidade à sede da unidade industrial.
- 2) O segundo se dá através do interesse do proprietário da terra em arrendá-las ao usineiro. As principais características para que o arrendamento aconteça são: que o proprietário, através da rentabilidade que o arrendamento para a plantação de cana-de-açúcar gere, possibilite a quitação de dívidas, e que, por parte da usina ocorra a recuperação do solo degradado e o pagamento da renda, que pode ser um contrato de parceria ou arrendamento em dinheiro.

Conforme trabalho de campo (2007/2008) no estado do Mato Grosso do Sul, os contratos que estão se realizando ocorrem na forma de parceria ou arrendamento em dinheiro, ambos com duração em torno de 5 a 7 anos. A parceria (proprietários e

⁷³ Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2008, Picadinha, Dourados – MS. O entrevistado arrenda a terra em sistema de parceria com uma usina da região desde 2005.

arrendatários capitalistas), nesse caso se realiza a partir da divisão de despesas e lucros, sendo que o proprietário da terra pode optar em receber mensalmente ou após cada safra.

Alberi José Travella⁷⁴, proprietário de terras na região de Ponta Porã, nos relata em entrevista como é feito o contrato de arrendamento de terras com as usinas,

O nosso contrato é parceria, por um prazo de 7 anos. O pagamento eles fazem de 50% de entrada e o restante dividido mensalmente, mas essa foi uma forma que nós escolhemos. Aí cada um faz o contrato como quê. Porque pra nós só fizeram esse contrato de 50% de entrada, por que eles precisavam mesmo da terra, se não, nem fazia. (Entrevista realizada no dia 12/10/2008).

O arrendamento em dinheiro resulta de uma porcentagem a ser paga em referência a produção, ou seja, normalmente os contratos em dinheiro, rendem para o proprietário da terra no Mato Grosso do Sul, 12 toneladas o hectare, sendo que a média de produção total é em torno de 85 toneladas o hectare no Mato Grosso do Sul, ou seja, a parceria entre proprietário e arrendatário capitalistas e o arrendamento em dinheiro pode ser identificado como uma *relação capitalista de produção*.⁷⁵

Neste sentido, na tabela 9, relacionamos as áreas de terras arrendadas/parceria e adquiridas pelas empresas. Lembramos que os valores são aproximados devido a alguns dados não serem fornecidos de maneira clara pelos entrevistados.

⁷⁴ Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2008, Ponta Porã – MS.

⁷⁵ Para Oliveira (1986, p. 65) “Na agricultura, para que essa relação ocorra, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, que é o principal meio de produção no campo. É preciso também que compre os demais meios de produção, as máquinas, as ferramentas, os insumos etc”.

Tabela 9 – Relação de áreas adquiridas e arrendadas/parceria pelas usinas no Mato Grosso do Sul – 2008*

Usinas instaladas e em instalação até outubro de 2008	Área Própria (ha)	Área Arrendada/Parceria (ha)	Total (ha)
Álcoolvale	-	26.870	26.870
Angélica Agroenergia	5.800	12.000	17.800
Arauna Agroindustrial	65 ha	6.400	6.465
CBAA/Brasilândia	-	20.000	20.000
CBAA/Sidrolândia	3.580	2.160,66	5.740,66
Central Energética Vicentina	-	13.200	13.200
Cerona S.A - Batayporã-	-	6.500	6.500
Cerona S.A- Nova Andradina		4.200	4.200
Companhia Agrícola Sonora Estância-	20.000	-	20.00
Companhia Brasileira de Energia Renovável	-	18.000	18.000
DCOIL (Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda.)	1.200	8.000	9.200
Dourados S.A. Álcool e Açúcar	3.000	5.000	8.000
Energética Santa Helena Ltda.	-	19.000	19.000
ETH – Dourados (Dourados)	-	2.000	2.000
ETH – Rio Brilhante (Ex-Usina Eldorado Ltda.)	80	16.000	16.080,00
Iaco Agrícola S.A.	-	16.000	16.000
Infinity (Usina Naviraí S.A. de Açúcar e Álcool)	-	35.000	35.000
Infinity Bioenergia (Usinav II)	3.500	-	3.500
Itamarati S/A	-	10.000	10.000
Laguna – Álcool e Açúcar Ltda.	600 ha	5.000	5.600
LDC Bioenergia S.A. (antiga Passa Tempo)	100 ha	20.000	20.100
LDC Bioenergia S.A. (Usina Esmeralda)	200 ha	-	200
LDC Bioenergia S.A. (Usina Rio Brilhante 2)	120 ha	34.000	34.120

LDC Bioenergia S.A.(Usina Maracajú)	2.000,6	-	2.000,6
Monte Verde Agro Energética S.A.	-	1.000	1.000
Nova América S.A. - Agroenergia	-	1000	1.000
Pantanal Agro Industrial	-	1.200	1.200
São Fernando Açúcar e Álcool Ltda.	1.200 ha	12.000 ha	13.200
Usina Aurora Açúcar e Álcool Ltda.	1.000 ha	20.000 ha	21.000
Usina Brilhante Energia Açúcar e Álcool Ltda.	25 ha	2.000 ha	2.025,00
Usina Itaguassu	100 ha	5.000 ha	5.100
Usina Ivinhema	-	800 ha	800
Usina Rio Paraná S/A - URP	-	1.200 ha	1.200
Usina Safi Brasil Energia (antiga Santa Fé)	-	3.000 ha	3.000
Usina Sucral I	-	500 ha	500
Usina Sucral II	-	800 ha	800
Vista Alegre Açúcar e Álcool Ltda. (antiga Santa Cândida)	80 ha	10.000 ha	10.080,00
	1.202,0		360.481
Total	8	243.573	

Fonte: SEPROTUR, UDOP e trabalhos de campo, 2008.

* - Os dados foram levantados durante o ano de 2007 até outubro de 2008. Portanto para o ano de 2009, pode haver alterações.

A partir das relações de arrendamento, podemos identificar novamente os processos *monopolistas* como mencionamos acima (OLIVEIRA, 1996). Pois, através dos interesses da usina apenas no arrendamento ou parceria, consiste numa relação de *monopolização do território e apropriação da renda da terra*, pois *a priori* segundo os trabalhos de campo realizados no estado, as usinas utilizam do arrendamento/parceria de terras, por ser a forma de baixo custo necessária para o início das atividades sucroalcooleiras. Porém, a territorialização do capital, pode ser percebida nas usinas estrangeiras como a Louis Dreyfus e a Adeco Agro do grupo Georges Soros (foto14), e naquelas que compram áreas, a primeira comprou as usinas do Grupo Tavares de Melo,

no total de 3 usinas na região Sul do estado (Rio Brilhante, Maracajú e Sidrolândia), e a segunda adquiriu 5.800 mil hectares na região de Angélica e Ivinhema, portanto a esse processo podemos chamar segundo Oliveira (1996), como a *territorialização do capital*.

Segundo o jornal on-line O Globo em matéria publicada em 15/02/2007, sobre a Louis Dreyfus, “A companhia informa que, com a compra, passa a ser o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Brasil, dobrando já em 2007 a capacidade de processamento de cana, para 11,8 milhões de toneladas de cana. Em 2009, o volume subirá para 18,5 milhões de toneladas”. Cabe ressaltar que o grupo já atuava com 3 usinas em outras regiões do Brasil, e por último, além das 3 usinas adquiridas no Mato Grosso do Sul, a empresa comprou mais 2 usinas na região nordeste.

Foto 14. Imagem aérea da usina Rio Brilhante. Rio Brilhante – MS.



Fonte: LDC Bioenergia, 2007.

Já Georges Soros é considerado um dos maiores investidores do mundo e juntamente com o grupo Adecoagro na qual Soros é um dos principais acionistas, efetivou a compra de 150 mil hectares para a produção de cana-de-açúcar. Segundo Marcelo Vieira, executivo que responde por este setor na empresa informou que “Está em andamento a criação de uma grande empresa de etanol, no Estado do Mato Grosso do Sul, que fará a receita anual do grupo saltar dos atuais US\$ 125 milhões para US\$ 600 milhões em oito anos” (Revista Café e Cultura, 04/06/2007).

A partir dos trabalhos de campo (2007/2008) podemos perceber que não somente a territorialização se realiza como também a monopolização do capital (arrendamento e parceria), portanto, relacionado inicialmente a estratégia de monopolização do capital sem que ocorra uma territorialização, pois o capital monopolista realizado pela usina, não direciona capital para a compra de terras devido ao alto custo ou visa direcionar o capital em outra parte do processo produtivo, assim, através do arrendamento garante a monopolização do capital com possibilidade de compra de terras, ou seja, territorialização do capital,

Segundo Francisco Bevilaqua⁷⁶, gerente agrícola da usina Unialco (Foto 8),

Hoje, em função dessa corrida em torno da cana, e tá vindo aí muitas usinas, o preço da soja subiu, o preço da terra também subiu. Eu lembro que a 5, 6 anos atrás você pagava R\$ 2.500,00 reais o hectare, e hoje você paga R\$ 8.000, R\$10.000,00 o hectare, então ficou inviável comprá terra prá planta cana. De um modo geral, as usinas nunca gosta de investi em terra. Então, o forte nosso aqui vai ser arrendamento. Dos 40.000 mil hectares que vamos ter aqui, apenas 3.600 serão próprios das usinas, o restante arrendado.

Segundo Francisco Bevilaqua, os preços das terras da região agrícola do Mato Grosso do Sul são relativamente menores do que os preços praticados para a terra no estado de São Paulo.

Conforme podemos verificar na tabela 10, há uma forte diferença nos preços das terras nas regiões produtoras de cana-de-açúcar entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Através dos dados dessa tabela podemos comparar que o maior preço de terra no estado de São Paulo está no município de Ribeirão Preto, onde 1 hectare equivale a R\$ 18.967,00 e, no estado de Mato Grosso do Sul o maior preço de terra está no município de Maracajú onde 1 hectare equivale a R\$ 6.601,00, ou seja, praticamente 3 vezes menor do que o praticado no estado paulista. A média total do preço de terra por hectare nos municípios produtores de cana-de-açúcar em São Paulo é de R\$ 12.740,00 por hectare enquanto que, a média total dos municípios produtores de cana-de-açúcar do Mato Grosso do Sul é de R\$ 4.208,03 por hectare, ou seja, aproximadamente 3 vezes inferior ao estado de São Paulo.

⁷⁶ Entrevista realizada no dia 01 de dezembro de 2007, Dourados-MS.

Tabela 10. Comparação do preço da terra nas regiões agrícolas de São Paulo e Mato Grosso do Sul - 2007

Municípios de São Paulo	Preço da Terra (R\$/ha)	Municípios de Mato Grosso do Sul	Preço da terra (R\$/ha)
Ribeirão Preto	18.967,00	Maracajú	6.601,00
Campinas (Paulínia)	15.256,00	Sidrolândia	4.959,00
Pirassununga	14.897,00	Naviraí	4.959,00
Assis	13.554,00	Sonora	4.959,00
São José do Rio Preto	12.769,00	Dourados	5.510,00
Araraquara	12.521,00	Nova Andradina	3.808,00
Ourinhos	12.314,00	Ap. do Taboado	3.713,00
Bauru	11.591,00	Rio Brilhante	3.168,00
Araçatuba	10.002,00	Nova alvorada do Sul	3.020,00
Presidente Prudente	5.534,00	Pedro Gomes	1.386,00
Média Total dos Municípios	12.740,00	Média Total dos Municípios	4.208,03

Fonte: FGV Dados, 2008.

Os dados da tabela 9 demonstram as diferenças de preços de terras nos municípios no estado de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, sendo que este último estado tem aproximadamente 3 vezes valores menores que o estado paulista. Isso, portanto, demonstra uma característica atrativa do estado de Mato Grosso do Sul com extensões territoriais privilegiadas de terras (estrutura fundiária composta por latifúndios) e com valores preço da terra competitivo no mercado, logo, a renda também é mais barata que no estado paulista, pois lá os preços de arrendamento são de aproximadamente R\$ 800,00 (Única, 2008) - (terras agrícolas de alta produtividade, segundo dados da FGV, 2008) e no Mato Grosso do sul, são de R\$ 400,00 a 450,00 (terras agrícolas de alta produtividade, segundo dados FGV, 2008) - (trabalhos de campo, 2007/2008).

No caso da cana-de-açúcar, esse processo se articula. O arrendatário (usina) paga o preço referente à produção e relaciona ao preço que se processa no mercado da cana-de-açúcar, e o proprietário recebe normalmente, o preço estabelecido pela usina (arrendatário), no qual, os investimentos anteriormente realizados na mesma terra como destoca⁷⁷, transformação da pastagem em lavoura agrícola, não interessam ao arrendatário. Neste caso, como parte do produto total, reflete que o arrendamento para a produção de cana-de-açúcar se torna lucrativo tanto para o arrendatário quanto para o proprietário da terra, pois com um mercado promissor os custos passam a ser supridos.

A terra, portanto, passa a ser um dos fatores essenciais para compreender a instalação das agroindústrias da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. Primeiramente, é possível relacionar esse processo, ao preço da terra, que segundo dados apresentados pela Fundação de Pesquisas Agropecuárias (FNPagro, 2005) e FGVDados (2007) (Tabela 9), as terras procuradas para o plantio de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, possuem preços inferiores a região produtora de cana da região de São Paulo, no entanto a produtividade é inferior, em torno de 22 toneladas o hectare em São Paulo para 9 toneladas no Mato Grosso do Sul.

Quando à possibilidade de arrendamento ou compra de extensões de terras superiores a 15 módulos fiscais (INCRA), ou seja, acima de 500 hectares, favorece o plantio em larga escala de cana-de-açúcar. Unificando esses processos a empresários e agricultores capitalistas, a expansão da produção de cana-de-açúcar e das agroindústrias no estado, ampliam os seus espaços. Segundo Silva (2007, p. 307),

Para conglomerados agroindustriais, a incorporação de terras e recursos regionais implica ultrapassar as barreiras das distâncias geográficas entre as áreas de produção e de consumo. Desse modo, estratégias espaciais emergem, a fim de alcançar a escala condizente com a mobilização de recursos prevista.

Podemos verificar a expansão das unidades agroindustriais e conseqüentemente as áreas utilizadas para a produção de cana-de-açúcar. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2006), do ano de 2001 para 2006, a área de terra com cana-de-açúcar que era de 99,6 mil hectares passa para 156,4 mil hectares, um aumento em torno de 155%. Para a safra 2008, segundo levantamento da Conab, (Companhia Nacional de Abastecimento) estimou que a área de cana de açúcar será de 211,1 mil hectares

⁷⁷ Segundo o Dicionário Aurélio (2000), destocar significa “Arrancar os tocos ou cepos de (árvores), limpar de tocos (um terreno), para fins de lavoura ou de construção.

(+32%), que devem garantir produção de 16,7 milhões de toneladas de cana na safra 2007/08. Na última safra a produção foi de 12,7 milhões de toneladas da cultura (Acompanhamento da Safra Brasileira, 2008).

Segundo o CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), e da Secretaria de Estado da Produção e do Turismo (Seprotur), indica que até 2009, 710,5 mil hectares sejam ocupados pela cultura. Em 2009, essas agroindústrias terão capacidade de moagem de 56,4 milhões de toneladas ano e devem produzir 11,3 milhões de toneladas de açúcar/ano e mais de 2 bilhões de litros de álcool/ano (Diário MS, 08/04/2007).

A produção de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul vem concentrando-se, principalmente nos municípios que compõem a porção Centro-Sul e se espacializando sobre as regiões de terras agrícolas de alta produtividade do estado (Ver Mapa 6, p. 89); logo a estrutura composta por latifúndio favorece o desenvolvimento da agroindústria da cana-de-açúcar, pois ela se assenta principalmente nas mãos de proprietários capitalistas que juntamente com empresários visualizam na produção de cana-de-açúcar maior possibilidade de acumulação de capital.

Assim, esta reestruturação faz parte da monopolização do território no Mato Grosso do Sul e demonstra a sua organização no estímulo para o arrendamento de terras, e em menor medida, *a priori*, a territorialização do capital, que vem a se realizar pelas empresas estrangeiras na compra de terras. Porém nos trabalhos de campo que realizamos diretamente com as usinas de origem de capital predominantemente nacional, é possível perceber a expectativa na possível compra de terras, principalmente, quando a instalação da estrutura da empresa estiver consolidada. Atualmente, o arrendamento se torna vantajoso, sendo a compra de terras um investimento não necessário no início das atividades, logo, se investe primeiramente na construção e instalação da indústria.

De uma maneira geral, podemos apontar duas características no estado quanto à prática de renda da terra. A primeira é que a lavoura de cana-de-açúcar vem se estabelecendo prioritariamente sobre grandes e médias propriedades, se fazendo principalmente através do sistema de arrendamento em dinheiro e parceria com os proprietários. Com os dados levantados a partir de entrevistas de um total de 12 propriedades visitadas e mais 5 contatos realizados⁷⁸ durante os trabalhos de campo pela região, podemos constatar que 80% dos entrevistados (ou proprietários ou responsáveis pela propriedade) perceberam na cana-de-açúcar um estímulo para

recuperar as pastagens degradadas, saldar dívidas adquiridas com a soja e a pecuária, de maneira que pretendem estender por mais anos os contratos de parceria com as usinas.⁷⁹

Outra dúvida que cercava esta pesquisa era se as áreas de cana vinham atingindo os assentamentos, principalmente o assentamento Itamaraty, localizado em Ponta Porã. Os assentados, como saída alternativa para continuar no seu lote, muitas vezes arrendam a parte que possuem na área “societária”⁸⁰ para agricultores da região, que além de arrendar a terra, também alugam os pivôs de irrigação. Em entrevistas realizadas com 7 proprietários no assentamento I e II da Itamaraty,⁸¹ pode-se constatar que as pequenas áreas que eram visíveis com cana-de-açúcar (menos de 1 ha) eram para a base de alimentação do gado, portanto, não foi identificado em nenhum lote área reservada para fornecer cana-de-açúcar para usina. O Sr. Pedro⁸², residente no lote chamado de Sítio “São João” quando perguntado sobre para qual finalidade a cana servia na propriedade, argumentou,

Aqui, essas cana que vocês tão vendo, é só pra trata o gado. O pessoal aí conseguiu um dinheirinho no banco e compro umas vaca, né! Aí a cana é um complemento. Ninguém ta vendendo cana pra usina aqui não, porque além de se poco, a única coisa que a gente tem pra vive é esse lote, então se arrenda da usina a gente pode i embora, né! E aí, vai faze como!

Na seqüência, a pergunta que realizamos foi: “Mas as três usinas aqui próximas nunca fizeram nenhuma proposta para arrendar alguma área aqui do assentamento”?

Olha, nós sempre fazemos reunião aqui, assim, reúne o pessoal de cada grupo né! A única coisa que foi falado nas reunião, é que as usina precisava de gente pra trabaia, precisava de alguém pra dirigi trator, planta cana, essas coisa. Ai teve um pessoal que se interesse,

⁷⁸ Durante o período compreendido entre 03/2007 a 12/2008.

⁷⁹ Nesta fase da pesquisa, sentimos dificuldade em encontrar os proprietários das áreas com cana-de-açúcar plantada. Alguns não residiam na propriedade ou até visitavam o local raramente, devido a manter negócios em outros estados e/ou cidades. Logo, as entrevistas e demais contatos se deram por toda a região centro e sul do estado, nas mais distantes o contato foi via telefone. Outra questão referente a essas entrevistas se deve a identidade dos proprietários. Como raramente os encontrávamos, decidimos por não divulgar os nomes dos mesmos, até porque muitas vezes o responsável pela área (caseiro, administrador) preferia que se mantesse sigilo devido ao fato de não ter consultado o proprietário se era possível fornecer as informações ou não. Assim, aqueles que possibilitaram a divulgação das identidades, nós citamos durante o desenrolar dessa pesquisa. Na medida em que os dados foram se repetindo, optou-se por encerrar as entrevistas desenvolvidas nas médias e grandes propriedades, para tanto, as escolhas de propriedades foram aleatórias, no qual se priorizou visitar áreas arrendadas ou adquiridas por diferentes usinas.

⁸⁰ Área em torno de 6 ha, que os assentados plantam em conjunto.

⁸¹ Durante o período compreendido de 05/2008 a 12/2008.

⁸² Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2008, assentamento Itamaraty I – Ponta Porã – MS.

porque as veiz é uma forma de ajuda em casa, aumenta a renda. Ai agora, todo dia essa usina de Vista alegre, passa de manhã pegando o pessoal pra i trabaia. Aqui, o pessoal do meu grupo, já decidiu que não vai arrenda nada, nem pra soja, nem para cana, nem pra gado. Nos aqui desse lado, tamo bem, conseguimos se virá.

A mesma resposta se seguiu, quando entrevistamos a Sra. Lurdes Santos⁸³, moradora na parte que pertence ao Itamaraty I, ela respondeu dizendo,

Ah, essas cana aí, a gente trata as vaca. O lote é pequeno, aí precisa te alguma coisa pra da pra elas. Antes nós não tinha, mas também não tinha gado. Sô eu que cuido do sítio, o meu marido as vez faiz uns serviço de diarista, ele sabe dirigi trator né!, ai ele ajuda o pessoal aí. Agora ele ta lá na usina, mais de tarde ele volta.

Nas demais entrevistas, praticamente as mesmas respostas se seguiram e circulando pelo assentamento, pode-se perceber que realmente, onde existiam áreas de cana-de-açúcar eram proporcionalmente mínimas e logo no mesmo sítio era possível avistar algumas cabeças de gado. Nos demais assentamentos que passamos durante a realização de pesquisa de campo, não notamos a presença de grandes extensões com cana-de-açúcar.

Desta forma, percebemos ainda um delinear no espaço agrário sul-mato-grossense provocado pela expansão da cana-de-açúcar. Segundo Mizusaki (2003, p. 58), a configuração fundiária do estado “foi sendo constituída por grandes latifúndios, onde se desenvolve a pecuária (acima de 1.000 ha), localizada principalmente nas áreas citadas anteriormente (nesses latifúndios, também é possível encontrarmos, mas em menor escala, a soja e a cana-de-açúcar”

No sul do estado, é notável a produção de cana-de-açúcar sobre áreas anteriormente ocupadas pela pecuária, pois segundo dados da AgroFNP (2007), as áreas que comportam pastagem para o desenvolvimento da pecuária possuem preços relativamente menores que áreas destinadas à cultura da soja e milho, o que atrai as agroindústrias canavieiras, além é claro da qualidade e quantidade de terras.

⁸³ Entrevista realizada no dia 12 de outubro de 2008, assentamento Itamaraty II, Ponta Porã – MS.

Através de algumas entrevistas⁸⁴ com agricultores e agrônomos do município de Dourados e com o gerente agrícola da Usina Dourados Açúcar e Álcool Sr. Francisco Carlos Bevilaqua, podemos perceber que o arrendamento para áreas de cana, vem se tornando cada vez mais atrativo, pois os valores apresentados por aqueles agricultores demonstram que o arrendamento para a produção de cana-de-açúcar varia em torno de R\$ 400,00 a 450,00 por hectare, sendo que o arrendamento para a produção da soja varia em torno de R\$ 230,00 a 250,00 por hectare, o que equivale em torno de 7 sacas de soja por hectare⁸⁵.

Porém, é válido destacar, que a produção pecuária sofreu impactos no período de 2005-2006 quanto ao espreiamento da febre aftosa sobre os rebanhos bovinos, estimulando dessa forma alguns pecuaristas a investir em outras culturas, ou até mesmo arrendando suas terras para a produção de cana-de-açúcar.

Ao mesmo tempo em que novas usinas de cana são instaladas em diversas regiões do país, outros fatores passam a acompanhar esse processo, como é o caso das migrações de trabalhadores rurais para as áreas produtoras. Já no Mato Grosso do Sul, esse fato é percebido ainda de forma tímida, pois a mão de obra utilizada na lavoura é local e na sua maioria indígena, de um total de 15 mil trabalhadores, aproximadamente 8 mil seriam indígenas. Segundo Kudlavicz, Mota, Camacho (2006, p. 15), “No Estado de Mato grosso do Sul, há um grande número de trabalhadores da cana que são indígenas. O Ministério Público do Trabalho estima que aproximadamente 7.000 indígenas trabalhem no corte da cana nas destilarias e usinas de açúcar e álcool”.

Numa síntese geral sobre o processo da utilização da terra (variação de preço e arrendamento) em favor da expansão das agroindústrias da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul, demonstra que essa monopolização e territorialização do capital se realizam em função da ampliação econômica do capital.

Sendo assim, a territorialização do capital vem se realizando de uma maneira mais “lenta”, ou seja, se articula a monopolização para dar consonância ao processo expansivo da espacialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. Cabe lembrar, que esses processos expansivos não se realizam somente no âmbito do Mato Grosso do

⁸⁴ Foram realizadas entrevistas no dia 07/04/2007, com os agricultores: Ivar Brumm, arrendatário de terras no estado para a produção de soja e milho; Carlos Genevro, proprietário e arrendatário de terras no estado para a produção de soja e milho; e, Carlito Backes, arrendatário de terras no estado para a produção de soja e milho e proprietário de terras no estado do Paraná. Agrônomos: Albani Pacheco, residente no Paraná, mas que presta serviço no Estado do Mato Grosso do Sul; e, Carlos Felipe Backes agrônomo e, Francisco Carlos Bevilaqua, Gerente Agrícola da Usina Dourados Açúcar e Álcool (20/11/2007).

⁸⁵ Valor variável conforme cotação da saca de soja no mercado.

Sul, mais sim, pelas demais regiões do Centro-Oeste e Norte do país, ao mesmo tempo, que ampliam a capacidade produtiva dos antigos estados produtores como o estado de São Paulo.

A concentração fundiária que existe já de longa data no estado favoreceu o setor agroindustrial da cana-de-açúcar, e possibilitou que determinados grupos seletos espraiassem monopolizassem o território, territorializando o capital através da cultura da cana, articulando a eles grandes e médios proprietários, impulsionados pelo rendimento que a cana-de-açúcar pode proporcionar.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho de dissertação foi o de analisar como a expansão da cana-de-açúcar se realiza no estado do Mato Grosso do Sul. Desta forma, entender os condicionantes que se sobrepõe e que passam a fazer parte do processo econômico e produtivo da agricultura brasileira marca no estado, uma política expansionista calcada no avanço da cana-de-açúcar e continuidade na concentração do capital. Analisar esse processo significa embarcar numa pesquisa instigante que revelou não somente o lado expansivo, mas também as articulações e amarras negociadas de forma a atender o setor canavieiro, que não mais pode ser chamado somente de sucroalcooleiro, mas também sucroalcool-químico. As atividades agroindustriais não devem ser vistas como uma realidade homogênea, mais sim, como um conjunto de atividades produtivas que se circunscrevem num amplo processo de produção do território.

Partiu-se do princípio de que o avanço das agroindústrias de cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul engendram articulações de forma a adequar e incorporar uma organização espacial no processo econômico. Aliado em meio a políticas de incentivo engendradas principalmente pelo Estado, grupos estrangeiros e nacionais e empresas interessadas em combustíveis renováveis, propiciaram que esse processo expansivo se realize sem muitas restrições ao seu desenvolvimento.

É fato no Mato Grosso do Sul um processo histórico apoiado na concentração de terras, que conseqüentemente acumulou ao longo dos tempos essa mesma característica concentracionista, possibilitando que a pecuária e a soja, se espraiassem sob boa parte dessas terras, logo, com a cana-de-açúcar o processo não foi diferente. Ela se acentuou sob regiões na porção Leste e Centro-Sul do estado, calcada ainda, sob o controle de grupos empresariais que exercem forte influência no mercado econômico mundial (LDC Bioenergia, Adecoagro, Infinity) e de proprietários de terras, que além de proprietários, algumas vezes, se tornam os industriais da cana-de-açúcar, como por exemplo, Celso Dal-Lago, José Carlos Bunlai.

Temos, portanto, dentro dos processos constituintes da expansão da produção e do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul, a produção de cana-de-açúcar e a absorção da técnica, como meio de alcançar novas áreas produtoras. Chega-se ao cerrado, com tecnologia suficiente para transformar o território com a implantação da cana-de-açúcar. Ou seja, as transformações mais recentes no campo sul mato-grossense,

revelam articulações na compreensão do espaço/tempo, ampliando as ações do capital sob o território.

No Mato Grosso do Sul à medida que as agroindústrias e as plantações de cana-de-açúcar avançam sob o território, uma base para uma nova divisão espacial do trabalho e da produção. Apesar de entendermos que se criam novas articulações no espaço, também podemos analisar que essas novas formas são *velhas ações* que já realizavam, ou seja, a divisão espacial do trabalho e da produção recria-se ao passo que o capitalismo avança, se realizando no estado tanto pela pecuária como pela soja e atualmente com a cana-de-açúcar.

O estado firmou-se a partir de uma economia baseada na pecuária extensiva, produção de milho, soja, e até mesmo em indústrias vinculadas a extração mineral. Os segmentos industriais e mais recentemente os agroindústrias firmam suas bases como unidades modernas e de alta produção/produktividade.

Contudo, entendemos que a espacialização das agroindústrias da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul deve ser compreendida enquanto um processo com dois momentos bem definidos: o primeiro se refere à entrada da monocultura da cana-de-açúcar no final da década de 1970 e início de 1980, engajadas pelas políticas do Proálcool, no qual se instalaram 9 usinas (Usina Santa Quitéria, Usina Santa Olinda, Coopernavi, Debrasa, Usina Maracajú, Usina Passa Tempo, Usina Santa Fé, Usina Santa Helena e Usina Aquarius) de processamento de cana-de-açúcar no estado, logo a produção de álcool e açúcar eram prioridades. Porém, a desregulamentação do setor e a baixa nos preços do petróleo no Brasil, possibilitou que o setor sucroalcooleiro entrasse num período de redução da produção e de quedas nas comercializações no Mato Grosso do Sul.

Já o segundo momento, pode ser caracterizado pela recuperação do setor canavieiro no início do ano 2000 e a entrada de grupos ligados ao ramo de *comodities* no Mato Grosso do Sul, como por exemplo, o grupo Louis Dreyfus, Infinity e Adecoagro. Diversas fusões e vendas das usinas já existentes no estado, como também a vinda de outros grupos industriais, marcaram a retomada do setor agroindustrial da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul.

Foi possível observar no território sul mato-grossense, uma política de incentivos promulgada pelo Estado no intuito de legitimar essa campanha nacional pela substituição dos combustíveis fósseis por renováveis. Todos se utilizam dessa propaganda para legitimar os interesses em jogo. Nesse caso não somente de grupos

nacionais, mas também na atração de grupos empresariais internacionais que controlam no Mato Grosso do Sul, 60% da cana produzida no estado.

A análise sobre quais eram os grupos atuantes no ramo da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul possibilitou visualizar a diferenciação por grupos que se instalaram e que continuam se instalando, articulando-se a outras empresas do ramo já existentes no estado ou em parceria com empresas do estado de São Paulo e principalmente os grandes investidores para proporcionar o projeto de instalação.

Identificou-se que os grupos estrangeiros dividem-se em dois tipos: aqueles que estão associados com empresários do ramo (brasileiros) e principalmente com fundos de investimento internacionais, interessados em investir em um negócio promissor sem envolvimento direto, e de outro lado estão empresas que atuam no exterior na produção de *comodities* e que optam por estar participando ativamente do setor do Brasil, como é o caso específico das usinas do grupo Louis Dreyfus, Infinity, Adecoagro e Safi.

Neste contexto, a participação do Estado no processo de consolidação das agroindústrias foi importante para atração dos grupos agroindústrias principalmente na isenção de impostos, fornecimento de subsídios e é claro, apoio político, representado em grande medida pelo governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli. Ou seja, consolidou-se um projeto político estratégico para a ampliação e acumulação e, portanto, expansão territorial do capital.

Nessa articulação pode-se perceber um processo de descentralização seletiva, ou seja, apesar de a rede de atividades que presta suporte ao setor estar concentrada principalmente na região Sudeste do Brasil, percebe-se que as mesmas se descentralizam, se espacializando nas regiões próximas, onde essa expansão é visível. Dando lugar à técnica, que impulsionada sob condições propícias, se realiza sob uma rede de atividades produtivas modernas, como é o caso das empresas que citamos no capítulo 1. Portanto, se dá início à transformação estrutural do sistema, que articulado ao aumento nos setores industriais, faz crescer a procura pelos equipamentos mecânicos. Desta forma, uma intensa assimilação e articulação de processos tecnológicos possibilitam o intercâmbio entre as mais variadas bases produtivas da agroindústria.

O aparato logístico também se espacializa no estado do Mato Grosso do Sul, para colaborar no escoamento da produção, principalmente de álcool. Neste caso, devemos assinalar que diversas políticas dão suporte para o escoamento da produção que é realizada pelo Estado, ancoradas em negociações diretamente com os grupos

empresariais na constituição de dutos e/ou o alcoolduto como também na ampliação nas malhas ferroviárias e rodoviárias do estado.

Para tanto, a entrada de capital e ampliação dos espaços dominados pelas agroindústrias repercute de maneira que os lugares passam a estar articulados numa política que atenda a dimensão global de consumo, ancorados principalmente pela produção de etanol.

Podemos constatar que ocorre a busca de terras para suprir a capacidade de produção das usinas que se instalam no estado, ou seja, é um verdadeiro “tsunami” de agroindústrias e de grupos empresariais, que tentam a todo custo, se territorializar no Mato Grosso do Sul. Assim, a busca por terras, primeiramente na forma de arrendamento ou parceria, legitima os interesses das *megaempresas*, que ampliam seus domínios sobre o espaço.

Um fator que apontamos no capítulo 3 diz respeito ao preço das terras do Mato Grosso do Sul que em relação a São Paulo são inferiores, mesmo para terras com áreas de alta produtividade. Logo, o preço da terra, pode corresponder a um atrativo a mais para a territorialização das usinas, porém, o que se percebe, é que *a priori*, as usinas na sua maioria, arrendam ou realizam contratos de parceria com os proprietários. Portanto, fica claro inicialmente a monopolização do capital através do arrendamento/parceria de terras, logo sem descartar a territorialização do capital, pois 8 usinas (LDC Bioenergia, DCOIL, Angélica Agroenergia, Unialco, CBAA, Usina Sonora e Infinity) compraram terras no estado do Mato Grosso do Sul.

Outro fator preponderante, é que as áreas arrendadas são na sua maioria médias e grandes propriedades, portanto, a cana-de-açúcar ainda não atingiu as pequenas propriedades e/ou assentamentos, logo, lembramos que essa conclusão se fez a partir de trabalhos de campo realizados até o mês de outubro de 2008.

Verifica-se que as grandes e médias propriedades anteriormente a produção de cana-de-açúcar realizavam sobre suas áreas a atividade pecuária, sendo poucos os casos encontrados em que a cana-de-açúcar substituiu as plantações de soja. Porém, não se descarta a hipótese de que a cana-de-açúcar possa penetrar nessas áreas, pois as seguintes quedas na safra de soja estão deixando alguns produtores insatisfeitos, o que posteriormente pode possibilitar a concretização de parcerias com as usinas, conforme expusemos nas entrevistas do capítulo 3.

Em dados analisados a partir do censo agropecuário do IBGE (2006), foi possível observar uma redução em torno de 15% das áreas de pastagens no estado,

enquanto que a área com cana-de-açúcar só em 2007 correspondeu a um aumento de aproximadamente de 18%.

Portanto, é possível no estado do Mato Grosso do Sul, um reordenamento territorial capaz de colocar o estado na produção mundial de etanol. De acordo com os discursos sobre a expansão do setor, ainda haveria em torno de 10 milhões de hectares para a ampliação da área agrícola. E aí, o próprio Pantanal poderia estar ameaçado. Logo, será primordial o papel do Estado enquanto articulador desse processo.

Entendemos que a expansão da cana-de-açúcar no estado do Mato Grosso do Sul, está em processo de consolidação, as usinas estão se instalando, áreas estão sendo arrendadas, a logística vem sendo preparada para atender uma demanda que será maior a cada ano, principalmente de álcool.

Os impactos desse processo serão sentidos gradativamente como precarização do trabalho, diminuição das áreas produtoras de alimentos e quem sabe até a chegada da cana nos assentamentos rurais, concentração de capital, aumento do preço da terra e principalmente passando a ocorrer uma intensificação do sistema técnico-científico-informacional efetivamente, se antes a agroindústria era destinada para a soja e o milho, agora ela chega avassaladora no campo através das usinas, multiplicam-se, portanto, as funções do território que dá espaço as monoculturas no estado do Mato Grosso do Sul.

Poderíamos dizer que o “mar de cana” vem aumentando gradativamente sob o território sul-mato-grossense, apoiados, principalmente, por uma política de incentivos do governo e de uma propaganda realizada pela imprensa, principalmente regional, anunciando os novos grandes empresários. Enquanto os trabalhadores indígenas e suas famílias, migrantes, ficam a margem do processo excludente da expansão do capital agroindustrial da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul.

Podemos dizer, que nesta última década (2000-2009) o estado do Mato Grosso do Sul teve sua dinâmica produtiva agrícola transformada com a entrada de algumas usinas que deram continuidade ao processo de agroindustrialização do campo brasileiro, intensificando o uso da terra (sobretudo por meio de arrendamentos e parcerias) consolidando esse setor produtivo no estado e criando uma infraestrutura técnica e tecnológica para a plantação, colheita e transformação da matéria-prima e escoamento da produção. O estado do Mato Grosso do Sul, começa a aparecer desse modo como um dos principais produtores de cana-de-açúcar no Brasil, subsidiado por políticas públicas do Estado e por grupos nacionais e internacionais que investiram capital para a expansão das relações capitalistas de produção no território.

ANEXOS

Roteiro de perguntas para proprietários de terras

Dados Proprietário e Propriedade

1. Nome proprietário:
2. Nome propriedade:
3. Localização da propriedade:
4. Município:
5. Empresa para qual arrenda a terra:

Características da propriedade

6. Área:
7. Como adquiriu: (compra) (herança familiar):
8. Ano de compra:
9. Reside na propriedade:

Situação anterior ao arrendamento

10. Atividades que desenvolvia:
11. Produtos cultivados anterior ao arrendamento:
12. Formas de trabalho: (mão-de-obra assalariada) (mão-de-obra familiar)
13. Instalações: (houve remoções e/ou modificações nos barracões) Por quê?
14. Maquinários: (continuam na propriedade) (ou foram vendidos)

Situação atual

15. Porque passou a arrendar/plantar a terra para o cultivo da cana-de-açúcar: (se arrenda) (se planta):
16. Como é realizado o contrato com a empresa (usina): (se apenas fornece a cana cortada) (se a usina realiza o corte)
17. Qual o nome empresa:
18. Período de vigência do contrato:
19. Como se dá o pagamento: (anual) (mensal) (outros)
20. Quem trabalha nessa produção na propriedade: (família) (assalariados) (contratados da usina):
21. Foi necessário sair da propriedade? (se sim) Por quê?
22. No começo da atividade, o que achou na mudança no trabalho (soja, gado-cana-de-açúcar):
23. Como é a relação com a empresa:
24. Possui algum tipo de financiamento? (se sim, detalhar forma):
25. Tem encontrado dificuldade com a atividade?
26. Qual é a renda obtida anualmente:

Outras atividades

27. Realiza outras atividades na propriedade:
28. Qual o tipo de mão-de-obra empregada nessa atividade:
29. Desenvolve atividades na cidade:
30. Tem conseguido investir em outras atividades e/ou adquirir bens com a renda obtida:

Perspectivas:

Pretende continuar na atividade agroindustrial canavieira?

Roteiro de perguntas para usinas:

1. Dados da empresa:

Razão Social:

Data de início da operação:

Origem da empresa (se multinacional, especificar o país; se nacional, especificar o estado):

Município da sede:

2. Dados de produção:

Capacidade de moagem de cana (milhões de toneladas):

Cana efetivamente processada (t):

Produção anual de açúcar (t):

Produção de álcool (m³):

Obs.: solicitar índice de produção de cada ano, desde o início da moagem.

3. Dados de produção (se apenas planta/corta)

Total de área de cana:

Área própria:

Área arrendada:

Outros:

Localização das áreas (se no município da empresa, quantidade (ha) se noutro município, local e (ha).

Obs.: solicitar índice de produção de cada ano, desde o início das atividades.

4. Dados Econômicos

Qual o valor do investimento inicial (total R\$):

Ocorreram ampliações (R\$):

Qual o valor patrimonial atual (R\$):

Qual o faturamento bruto/liquido (R\$):

Quais incentivos fiscais possuem:

Quais incentivos receberam para instalação:

Os incentivos foram decisivos para a instalação da empresa:

Existe interesse para ampliação da produção ou construção de outras unidades:

5. Dados Sociais

Total de unidades (usinas/mesma razão social):

Número de funcionários: (Lavoura) (indústria) (escritório)

Contrata (corte de cana) funcionários temporários de outras regiões, quais regiões, qual proporção:

Contrata (corte de cana) funcionários temporários do próprio município, qual bairro, aldeia:

Não contrata mão de obra temporária – mecanizada: (total) (parcial)

Data:

Entrevistado:

Documentos Consultados

Documento 1.

	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT Departamento do Fundo Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DFNIT	n.º da folha / n.º de folhas 44/44
	assunto: NOTA TÉCNICA n.º 004/2005 – DFNIT, de 27 de maio de 2005: Hidrovias Interiores do Comércio Exterior Brasileiro.	

RIO / LAGO / LAGOA	TRECHO (sentido da descrição: de montante para jusante)	EXTENSÃO APROXIMADA (km)
Região Hidrográfica Atlântico Sul		
Canal de São Gonçalo	Lagoa Mirim / Foz (Lagoa dos Patos)	70
Caí (afluente do Jacuí)	São Sebastião do Caí (RS) / Foz (Delta do rio Jacuí)	93
Camaquã	São José do Patrocínio (RS) / Foz (Lagoa dos Patos)	120
Lago Guaíba	Delta do rio Jacuí / Confluência com a Lagoa dos Patos	50
Gravataí (afluente do Jacuí)	Gravataí (RS) / Foz (Delta do rio Jacuí)	12
Jacuí	Dona Francisca (RS) / Foz (Lago Guaíba)	370
Jaguarão	Jaguarão (RS) / Foz (Lagoa Mirim)	32
Lagoa dos Patos	Confluência com o Lago Guaíba / Confluência com o Oceano Atlântico.	250
Lagoa Mirim	Foz do arroio São Miguel / Embocadura do canal de São Gonçalo	180
Sinos (afluente do Jacuí)	São Leopoldo (RS) / Foz (Delta do rio Jacuí)	44
Taquari (afluente do Jacuí)	Muçum (RS) / Foz (rio Jacuí)	200
Vavacá (afluente do Jacuí)	De 53º e 30 minutos de longitude Oeste / Foz (rio Jacuí)	65
Interligações Hidroviárias de Bacias ou de Regiões Hidrográficas		
interligação	descrição sucinta da interligação e da região de sua localização	
Canal do Varadouro (litorânea)	Interligará a Região Hidrográfica Atlântico Sul à Região Hidrográfica Atlântico sudeste pelo litoral, unindo a Baía de Paranaguá (PR) à Foz do rio Ribeira do Iguape (SP), passando pelo Canal do Varadouro propriamente dito, pela Baía de Cananéia (SP) e pelo Canal da Ilha Comprida (SP).	
São Francisco - Tocantins	Desenvolver-se-á no Município de Formosa do Rio Preto (BA) e no Município de Mateiros (TO), ligando o rio Sapão, afluente do rio Preto (afluente do rio Grande, tributário do rio São Francisco) ao rio do Sono, afluente do Tocantins.	
Transmarajoara	Desenvolver-se-á na Ilha de Marajó, PA, nos Municípios de Anajás e Muaná, interligando os rios Anajás, afluente do Amazonas, e Atuaá, que deságua na Baía de Marajó.	
Jacuí - Ibicuí	Far-se-á aproveitando-se o rio Vavacá, afluente do Jacuí, interligando-o hidroviariamente ao rio Ibicuí, afluente do Uruguai.	
Miranda - Ivinhema	Desenvolver-se-á no Estado de Mato Grosso do Sul interligando o rio Miranda, afluente do Paraguai, ao rio Ivinhema, afluente do Paraná.	
Paraguai – Amazonas (via Madeira)	Desenvolver-se-á no Município de Tangará da Serra (MT) e imediações, ligando o rio Jauru (afluente do Paraguai) ao rio Guaporé, afluente do Mamoré (que deságua no rio Madeira, tributário do Amazonas)	

Paraguai - Amazonas (via Tapajós)	Desenvolver-se-á no Município de Tangará da Serra (MT) e imediações, ligando o rio Jauru (afluente do Paraguai) ao rio Juruena, afluente do Tapajós (tributário do Amazonas)
Paraná - São Francisco	Desenvolver-se-á no Município de Lagamar (MG) e imediações, ligando o rio Paranaíba, afluente do Paraná, ao rio Paracatu, afluente da margem esquerda do rio São Francisco.
Taquari - Araguaia	Desenvolver-se-á da cidade sul-mato-grossense de Coxim à cidade goiana de Baliza, ligando o rio Taquari, afluente do Paraguai, ao rio Araguaia, afluente do Tocantins.
Tietê - Paraíba do Sul	Desenvolver-se-á nos municípios paulistas de Mogi das Cruzes e Jacareí, ligando o rio Tietê, afluente do Paraná, ao rio Paraíba do Sul.

Documento 2.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

DIRETRIZES DE POLÍTICA DE AGROENERGIA 2006 - 2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os cenários da área energética apontam para a progressiva redução das reservas de carbono fóssil. Os níveis críticos dessas reservas, aliados à crescente demanda energética da sociedade contemporânea, estão provocando a ascensão sustentada de preços do petróleo, situação essa agravada em razão de as reservas mais importantes deste produto estarem concentradas em poucas regiões no mundo. Nesse contexto, a humanidade deve perseguir um novo conjunto de fontes de energia, sucedâneos ao carbono fóssil, base da energia por quase dois séculos. Dentre as energias renováveis, a agroenergia produzida a partir de biomassa poderá responder por parcela substantiva da oferta futura.

No curto e médio prazo, a função da agroenergia será a de propiciar uma transição mais tranqüila rumo a uma matriz energética com maior participação da energia renovável, inclusive ampliando o horizonte de uso das atuais fontes de carbono fóssil. Subsidiariamente, o desenvolvimento da agroenergia, no Brasil, promoverá importante aumento de investimentos, empregos, renda e desenvolvimento tecnológico e será uma oportunidade para atender parte da crescente demanda mundial por combustíveis de reduzido impacto ambiental. Essa visão de futuro é plenamente aplicável ao Brasil, que poderá se constituir no maior provedor individual de energia renovável no mercado internacional de bioenergia. O Brasil já possui uma matriz energética com significativa participação de energias renováveis, tendo acumulado importante experiência na produção de álcool como combustível. A ampliação dessa participação na matriz, a partir do desenvolvimento da agroenergia, propicia a oportunidade de executar políticas, de cunho social, ambiental e econômico, além de alinhar-se com ações de caráter estratégico no âmbito internacional. No contexto dessas diretrizes, a agroenergia abrange quatro vertentes principais: (a) álcool; (b) biodiesel; (c) florestas energéticas cultivadas; e (d) resíduos agroflorestais. É bom notar que existem inter-relações entre esses segmentos, como o uso do etanol para a produção de biodiesel, a cogeração de energia elétrica com resíduos da produção de álcool, ou o aproveitamento de resíduos de biomassa florestal. A concretização da expansão da agroenergia pressupõe o alinhamento de diversas políticas governamentais, como política tributária, de abastecimento agrícola, agrária, creditícia, fiscal, energética, de ciência e tecnologia, ambiental, industrial, de comércio internacional e de relações exteriores e, quando for o caso, do seu desdobramento em legislação específica. Exemplos desse alinhamento podem ser encontrados nos modelos tributários que privilegiem, na fase embrionária, projetos de agroenergia que necessitam de escala para sua viabilização econômica.

A projeção do potencial da agroenergia no Brasil, para os próximos 30 anos, vislumbra a possibilidade de produzir mais de 120 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep), anualmente, o que significa quase dobrar a oferta atual, estimada em 57 milhões de tep. Entretanto, a consecução de metas ambiciosas na agroenergia pressupõe investimentos ponderáveis em logística (transporte e armazenamento), uma política de atração e fixação de capitais internacionais, a segurança patrimonial e contratual dos

investidores, as condições para ampliação da oferta de matéria-prima e uma política de Ciência e Tecnologia que consolide o Brasil na fronteira da tecnologia do agronegócio tropical. Essas intervenções necessitam ter o caráter de perenidade, pois a maturação das metas na agroenergia ocorre, necessariamente, no longo prazo. A competitividade dos produtos da agroenergia, no nosso mercado interno e no internacional, é função direta dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e em logística.

Do ponto de vista do relacionamento internacional, além da atração de investidores, será necessário assumir a liderança da formação de um mercado internacional de bioenergia. É importante também o alinhamento com os dispositivos dos acordos internacionais, em especial o Protocolo de Quioto, pelos seus desdobramentos econômicos (como o mercado de carbono) e pelas aberturas possíveis da estratégia geopolítica do governo brasileiro.

As diretrizes gerais dessa política são:

Desenvolvimento da agroenergia - pela expansão do setor de etanol, implantação da cadeia produtiva do biodiesel, aproveitamento de resíduos e expansão de florestas energéticas cultivadas, com abrangência nacional, objetivando a eficiência e produtividade e privilegiando regiões menos desenvolvidas.

Agroenergia e produção de alimentos – A expansão da agroenergia não afetará a produção de alimentos para o consumo interno, principalmente da cesta básica. Pelo contrário, co-produtos do biodiesel, por exemplo, torta de soja e de girassol, tendem a complementar a oferta de produtos para a alimentação humana e animal.

Desenvolvimento tecnológico - Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias agropecuárias e industriais adequadas às cadeias produtivas da agroenergia, que proporcionem maior competitividade, agregação de valor aos produtos e redução de impactos ambientais. Concomitantemente, deverá contribuir para a inserção econômica e social, inclusive com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao aproveitamento da biomassa energética em pequena escala.

Autonomia energética comunitária. Propiciar às comunidades isoladas, aos agricultores individualmente, cooperativados ou associados, e aos assentamentos de reforma agrária, meios para gerar sua própria energia, em especial nas regiões remotas do território nacional.

Geração de emprego e renda. A política de agroenergia deve constituir-se em um vetor da interiorização do desenvolvimento, da inclusão social, da redução das disparidades regionais e da fixação das populações ao seu habitat, em especial pela agregação de valor na cadeia produtiva e integração às diferentes dimensões do agronegócio.

Otimização do aproveitamento de áreas antropizadas. As culturas energéticas devem ser produzidas respeitando a sustentabilidade dos sistemas produtivos e desestimulando a expansão injustificada da fronteira agrícola ou o avanço rumo a sistemas sensíveis ou protegidos, como a floresta amazônica, a região do Pantanal, entre outras. Poderá, ainda, contribuir para a recuperação de áreas degradadas, podendo ser associadas ao seqüestro de carbono.

Otimização das vocações regionais – Incentivo à instalação de projetos de agroenergia em regiões com oferta abundante de solo, radiação solar e mão-de-obra, propiciando vantagens para o trabalho e para o capital, dos pontos de vista privado e social, considerando-se as culturas agrícolas com maior potencialidade.

DIRETRIZES DE POLÍTICA DE AGROENERGIA (VERSÃO 0.01 de 6 de outubro de 2005)

Liderança no comércio internacional de biocombustíveis - O Brasil reúne vantagens comparativas que lhe permitem ambicionar a liderança do mercado internacional de

biocombustíveis e implementar ações de promoção dos produtos energéticos derivados da agroenergia. A ampliação das exportações, além da geração de divisas, consolidarão o setor e impulsionarão o desenvolvimento do País.

Aderência à política ambiental. Os programas de agroenergia deverão estar aderentes à política ambiental brasileira e em perfeita integração com as disposições do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, aumentando a utilização de fontes renováveis, com menor emissão de gases de efeito estufa e contribuindo com a mitigação deste efeito por meio do seqüestro de carbono.

Finalmente, deverão ser atendidas demandas transversais e norteadoras, em especial os estudos de caráter socioeconômico e estratégico, os estudos prospectivos e suas conexões com temas ambientais, econômicos e sociais, objetivando a orientação na tomada de decisões. Sob o ponto de vista da gestão destas diretrizes de agroenergia, propõe-se que seja efetuada por um conselho gestor interministerial, subsidiada por grupos de especialistas.

PLANO NACIONAL DE AGROENERGIA 2006-2011. Brasília – DF, 2005.

Resumo Executivo

O Plano Nacional de Agroenergia objetiva, a partir da análise da realidade e das perspectivas futuras da matriz energética mundial, organizar uma proposta de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e de Transferência de Tecnologia, com vistas a conferir sustentabilidade, competitividade e maior equidade entre os agentes das cadeias de agroenergia, em conformidade com os anseios da sociedade, as demandas dos clientes e as políticas públicas das áreas energética, social, ambiental, agropecuária e de abastecimento. O presente Plano é uma ação estratégica do Governo Federal, vinculada à sua política global, consubstanciada no documento Diretrizes de Política de Agroenergia.

A análise da demanda projetada de energia no mundo indica um aumento 1,7% ao ano, de 2000 a 2030, quando alcançará 15,3 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo (TEP, ou toe, na sigla internacional, em inglês) por ano, de acordo com o cenário base traçado pelo Instituto Internacional de Economia (Mussa, 2003). Em condições *ceteris paribus*, sem alteração da matriz energética mundial, os combustíveis fósseis responderiam por 90% do aumento projetado na demanda mundial, até 2030. No entanto, as reservas comprovadas de petróleo do mundo somam 1,137 trilhões de barris, 78% dos quais no subsolo dos países do cartel da OPEP. Essas reservas permitem suprir a demanda mundial por 40 anos, mantido o atual nível de consumo. É evidente que tanto as reservas quanto o consumo se incrementarão, ao longo deste período. Estima-se que a demanda deva crescer, em média, 1,7% ao ano, o que elevaria o consumo de petróleo para 120 milhões de barris/dia, em 2025. O *break even*, em condições *ceteris paribus*, entre o preço do álcool e da gasolina (tributação exclusiva) oscila entre US\$30 e US\$35,00. Por ser uma tecnologia ainda imatura, a mesma relação é estimada em torno de US\$60,00 para biocombustíveis derivados de óleo vegetal. Isso posto entende-se que as condições econômicas estão postas, em forma estrutural, para a viabilização da agroenergia enquanto componente de alta densidade do agronegócio. As pressões social (emprego, renda, fluxos migratórios) e ambiental (mudanças climáticas, poluição) apenas reforçam e consolidam essa postura, além de antecipar cronogramas.



Dourados S.A. - Álcool e Açúcar

Demonstrações financeiras em
31 de março de 2007 e 2006



KPMG Auditores Independentes
Rua Sete de Setembro, 1950
13560-180 - São Carlos, SP - Brasil
Caixa Postal 708
13560-970 - São Carlos, SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 2106-6700
Fax 55 (16) 2106-6767
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

À
Diretoria e Acionistas da
Dourados S.A. - Alcool e Açúcar
Dourados - MS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Dourados S.A. - Alcool e Açúcar, levantados em 31 de março de 2007 e 2006 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dourados S.A. - Alcool e Açúcar, em 31 de março de 2007 e 2006, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

30 de maio de 2007

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Bressan Filho
Contador CRC 1SP144380/O-7 S-MS

3
KPMG Auditores Independentes é uma sociedade brasileira,
simples, membro da KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Auditores Independentes is a Brazilian entity, member firm of
KPMG International, a Swiss cooperative.

Dourados S.A. - Álcool e Açúcar

Balancos patrimoniais

em 31 de março de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2007	2006	Passivo	Nota	2007	2006
Circulante				Circulante			
Disponibilidades		251	192	Financiamentos	8	1.253	386
Estoques	5	2.966	742	Fornecedores	9	4.298	815
Adiantamentos a fornecedores e outros		-	38	Salários e férias a pagar		414	119
				Impostos e contribuições a recolher		209	114
		<u>3.217</u>	<u>972</u>	Outras contas a pagar		-	71
						<u>6.174</u>	<u>1.505</u>
Não circulante				Não circulante			
Permanente				Egível a longo prazo			
Imobilizado	6	18.927	4.857	Adiantamentos - Empresa controladora		-	4.440
Diferido	7	2.288	175				
		<u>21.215</u>	<u>5.032</u>				
				Patrimônio líquido	10		
				Capital Subscrito		13.616	50
				(-) Capital a subscrever		(11.456)	-
				Capital subscrito e integralizado		2.160	50
				Reserva de capital		5.732	-
				Adiantamento para futuro aumento de capital		10.366	-
						<u>18.258</u>	<u>50</u>
		<u>24.432</u>	<u>6.004</u>			<u>24.432</u>	<u>6.004</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REFERENCIAS

100 Melhores cidades para trabalhar. Revista Você S/A, junho/06. Disponível em: <http://vocesa.abril.com.br/sumarios/0096.shtml>. Acesso em: 15/11/2007.

ABRAMOVAY, R. Geopolítica e sociedade no caminho do etanol brasileiro. *Valor Econômico*, São Paulo, p. A12 - A12, 04 abr. 2008.

Acompanhamento da Safra Brasileira Cana-de-Açúcar Safra 2008. Primeiro levantamento, abril/2008. Nacional de Abastecimento. - Brasília: Conab, 2008.

All Logística faz parceria com usinas do Mato Grosso do Sul para o transporte de álcool. Notícias All - 12/10/2007. Disponível em: <http://www.all-logistica.com/port/index.asp>. Acesso em: 12 mai. 2008.

Análise do Mercado de Terras. Fundação de Pesquisas Agropecuárias, Jan/Fev/2007. Disponível em: <http://www.fnp.com.br/terras/boletins/analise.php>. Acesso em: 18/09/2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e Pobreza*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ARAÚJO, Jorge Sequeira de. *Administração de Compras e Armazenamento*. São Paulo: Atlas, 1976.

BACCARIN, José Giacomo. *A desregulamentação e o desempenho do complexo sucroalcooleiro no Brasil*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos.

BASTOS, Valéria Delgado. *Etanol, álcoolquímica e Biorrefinarias*. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.25, p.05-38, mar. 2007.

BERNARDES, Julia Adão. Modernização agrícola e trabalho no cerrado brasileiro. *IX Coloquio Internacional de Neocrítica. Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 28 de maio - 1 de junho de 2007.

BNDES. *50 anos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 2002.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Social. *O desenvolvimento Agroindustrial no Brasil*. Brasília, 1988.

Brasil: Mato Grosso do Sul quer atrair investimentos portugueses nos biocombustíveis. Rádio e Televisão de Portugal - 19/05/2008. Disponível em: <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=347002&visual=26&tema=4>. Acesso em: 30 jun. 2008.

BRAY, Silvio Carlos., FERREIRA, Enéas Rente., RUAS, Davi Guilherme Gaspar. *As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil*. Marília - SP: Unesp Marília Publicações 2000

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 2ª ed. Ijuí – RS: Vozes, 1982.

BUARQUE, Cristovam. *A desordem do Progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CAMACHO, R. KUDLAVICZ, M. MOTA, J. O agronegócio latifundiário exportador e os seus impactos na sociobiodiversidade: os bio (agro) combustíveis e a expansão canieira em Mato Grosso do Sul. *Anais do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária - "Jornada Orlando Valverde" Campesinato em Movimento*. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina-PR, 2007. CD Room.

CASTILLO, Ricardo. Transporte e Logística de Granéis Sólidos Agrícolas: Componentes estruturais do Novo Sistema de Movimentos do Território Brasileiro. *Investigaciones Geográficas*, diciembre, nº 55, Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, México, p. 79-96.

CATAIA, Márcio. A alienação do Território – O papel da Guerra Fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia [et al.]. *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COMIM, Alexandre. *Hierarquia e competição na economia paulista a hora e a vez dos grupos econômicos*. São Paulo em Perspectiva, nº13. v 1 e 2, 1999.

Conab estima crescimento de 32% na safra de cana 2007/08. MS. Diário – MS, 08/04/2007. Disponível em:

http://64.233.169.104/search?q=cache:Zeps0DkcJTEJ:www.diarioms.com.br/edicoes_anteriores.php%3Fedicao%3D478%26id%3D52932+prev%C3%AA+que+at%C3%A9+2009,+710,5+mil+hectares+sejam+ocupados+pela+cultura.&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br&client=firefox-a. Acesso em: 25/05/2008.

Conab, 2008. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/cana.pdf>. Acesso: 12 maio 2008.

CORRÊA, R. L. *Redes geográficas e teoria dos grafos*. Departamento de geografia, 1999.

COSTA, Ricardo da Cunha.; PRATES, Claudia Pimentel.; PIEROBON, Ernesto Costa. Formação do mercado de biodiesel no Brasil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n.25, p.39-64, mar. 2007.

COUTINHO, Luciano G. Inflexões e crise da política econômica. *Revista de Economia Política*, vol. 1, nº.1, janeiro-março/1981.

DATAGRO: Informativo Datagro – Ano 2007 – Nº 04P. São Paulo, 18/05/2007.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1985.

Demanda mundial e incentivos estimulam a corrida. Diário MS – 08/04/2007. Disponível em: http://www.diarioms.com.br/edicoes_anteriores.php?edicao=478&id=52932. Acesso em: 27/05/2008.

DIAS, Christina Leila. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. *O grande cerrado do Brasil central: geopolítica e economia*. (Tese) Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2006.

ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias no Brasil. O caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.

Estrangeiros avançam em açúcar. *Valor Econômico*. São Paulo, abril de 2006. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=5219>. Acesso em: 24 de setembro de 2008.

Fittipaldi acelera contra o BNDES: O bicampeão de Fórmula 1 quer construir usina de etanol no País, mas reclama de garantias exigidas pelo banco. Revista Istoé Independente. – Edição 2004, 02 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2004/artigo76016-1.htm>. Acesso em: 26 de jun. 2008.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
Geografia, UFRJ, textos LAGET. Série Pesquisa e Ensino, n.1, 1999.

Grupo francês é o 2º maior produtor de álcool do Brasil. LDC Commodities comprou as usinas do grupo Tavares de Melo. Empresa já operava no Brasil com três usinas em SP e MG. Jornal on-line O Globo, 15/02/2007. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1458579-9356,00.html. Acesso em: 24/05/2008.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2º Ed, 2005.

IANNI, Octavio. *A luta pela terra*. 3º Ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Impactos econômicos, sociais e ambientais devido à expansão da oferta do etanol no Brasil. CARVALHO, H.M. de. *Rede da Pesquisa da pesquisa – ação sobre a terra*.

Julho de 2007. Disponível em: <http://www.landaction.org/spip/spip.php?article190>. Acesso em: 13 de novembro de 2008.

INCRA/DF/DFC. Disponível em: <http://www.incra.org.com.br>. Acesso: 28/04/2008.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <http://www.ibge.org.com.br/sidra>. Acesso 14/04/2008.

Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) - *Apuração Especial nº00588* - INCRA/DF/DFC. Disponível em: <http://www.incra.org.com.br>. Acesso: 28/04/2008.

LAMOSO, Lisandra Pereira. *A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo-USP.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. Tradução revista por Aristides Lobo. – 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MALERBA, F. Sectoral Systems of innovation and production: concepts, analytical framework an empirical evidence. In: *CONFERENCE “THE FUTURE OS INNOVATION STUDIES”*. Eindhoven, sep., 2001 – 38p. Disponível em: <<http://fp.tm.tue.nl/ecis/papers/plmalerb.pdf>>(Página traduzida automaticamente). Acesso em 12 jan. 2008.

MALTHUS, Thomas R. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática. Ensaio sobre a população*. RICARDO, David. *Notas aos princípios de economia política de Malthus*. Trad. Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. 2º ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MANNARELLI, T. *Análise da expansão açucareira na região Oeste do Estado de São Paulo*. Extremadura – Espanha, 2002.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Vozes, 2 ed. Petrópolis, 1983.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. 1989 [1884]. A origem da família, da propriedade privada e do estado. In Florestan Fernandes (org.) *Marx/Engels: História*. São Paulo: Ática. MEDEIROS, Marlon Clovis. *Industrialização e agricultura: o complexo agroindustrial do arroz de Santa Catarina*. Cascavel: Edunioeste, 2006. 189 p.

MEDEIROS, Miguel. *Álcool ou etanol?* Que Procura, 2004. Disponível em: <http://www.quiprocura.net/etanol.htm>. Acesso em: 05 de dezembro de 2008.

MESQUITA, O.V. In: IBGE. *Geografia do Brasil: Região Centro Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 156-157. v. 1.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, 2005. *Petróleo: Condicionantes da formação dos preços e uso eficiente de energia*.

Monsanto compra empresas de base tecnológica da Votorantim Novos Negócios, por R\$ 616 milhões, para entrar no mercado de cana. Boletim Inovação/UNICAMP. São Paulo, outubro de 2008. Disponível em: <http://74.125.45.132/search?q=cache:72eWmc5QmNYJ:www.inovacao.unicamp.br/report/noticias/index.php%3Fcod%3D439+editais+para+pesquisa+em+cana+de+a%C3%A7%C3%BAcar+no+brasil&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br&client=firefox-a>. Acesso em: 05 de dezembro de 2008.

MORAES, M.A.F.D. *A desregulamentação do setor sucroalcooleiro brasileiro*. 1999. 284p. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.

O etanol deixou de ser um produto tupiniquim para virar a vedete dos combustíveis em todo o mundo. Associação Açúcar Ético. São Paulo, 16 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.sucre-ethique.org/INVESTIDORES-ESTRANGEIROS-INVADEM>. Acesso em: 11 de agosto de 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura brasileira: Transformações Recentes*. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org) *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996. P. 467-534.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura Camponesa no Brasil*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Agroindústria e reprodução do espaço - o caso soja no mato grosso do sul*. 2004. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade de São Paulo – USP.

O Potencial da Agroindústria Canavieira do Brasil. ORTEGA FILHO, Sylvio. Estudo dirigido – USP. Dezembro de 2003. Disponível em: http://www.fcf.usp.br/Departamentos/FBT/HP_Professores/Penna/EstudoDirigido/Agroindustria_Canavieira.pdf. Acesso em: 12 de novembro de 2008.

PEREIRA, Sebastião Lázaro. *De fazendeiros e agronegociatas: aspectos do desenvolvimento capitalista em Goiás*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC, 2006.

PEREIRA, Francisco Fausto Matto Grosso. VIEIRA FILHO, Dirceu Deguti. PERES, José Roberto. FREITAS JÚNIOR, Elias de. GAZZONI, Décio Luis. Biocombustíveis, uma oportunidade para o agronegócio brasileiro. *Revista de Política Agrícola*. Ano XIV. Nº 1 – Jan./Fev./Mar. 2005, p. 31 – 41.

Petrobrás facilita a exportação de álcool para terceiros. NewsComex – 27/09/2007. Disponível em: <http://64.233.169.104/search?q=cache:Ih9p9rFBgP0J:blog.newscomex.com/2007/08/pet>

robras-facilita-exportao-de-lcool.html+exporta%C3%A7%C3%A3o+de+%C3%A1lcool+Mato+Grosso+do+Sul&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=5&gl=br&client=firefox-a. Acesso em: 30 de jun. 2008.

PIACENTE, Erik Augusto. *Perspectivas do Brasil no mercado internacional de etanol*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica-Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Grande Dourados (2001). Dourados – MS, 2001.

Porque o Brasil? Infinity Bioenergia – 09/06/2008. Disponível em: http://www.infinitybio.com.br/infinity/web/index_pti.htm. Acesso em: 12 jun. 2008.
POULANTZAS, Nicos. *O estado, O poder, O socialismo*. Tradução de: Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAIMUNDO, Lucio da Costa. *Brasil pode cometer erro histórico com etanol*. Terra Magazine. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1521797-EI6609,00-Brasil+pode+cometer+erro+historico+com+etanol.html>. Acesso em: 05 de dezembro de 2008.

RAMOS, Pedro, REYDON, Bastiaan P. *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. 6. ed. Campinas: ABRA, 1995.

RANGEL, Ignácio. *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Bernal, 1990.

RANGEL, Ignácio. *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil*. Prefácio e Organização de José Graziano da Silva. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre as categorias da Teoria Crítica do espaço: território usado, território Praticado. In: SOUZA, Maria Adélia [et al.]. *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SANDRONI, Paulo Henrique. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTOS, Joelma Cristina. PESSOA, Vera Lúcia Salazar. A territorialização das empresas do setor sucroalcooleiro na microrregião geográfica de presidente prudente – SP: as tramas do capital e os impactos no mundo do trabalho. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v.3, n. 5, p. 243-263, fev. 2008.

SARTI, Fernando.; LAPLANE, Mariano F. *O investimento direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos de 1990*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 63-94, jan-jun de 2002.

Setor de álcool eleva em 565% os pedidos de crédito ao BNDES. Folha de São Paulo, 04/05/2008. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u398386.shtml>. Acesso em: 26/05/2008.

Setor de álcool eleva em 565% os pedidos de crédito ao BNDES. Folha de São Paulo, 04/05/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u398386.shtml>. Acesso em: 26/05/2008.

SHIKIDA, P. F.A.; BACHA, C.J.C. Evolução da agroindústria canavieira brasileira de 1975 a 1995. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 69-89, 1999.

SHIKIDA, P.F. *A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995*. 1.ed.Cascavel: Edunioeste, 1998. 149p.

SHUMPETER, J.A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Série “Os Economistas”).

SILVA, André Eduardo Ribeiro da. *A territorialização da agroindústria sucroalcooleira: O processo de reestruturação produtiva no campo e os trabalhadores canavieiros da Fazenda Amália/SP*. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP.

SILVA, Carlos Alberto Franco. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, Mariene Valadares da. *Política industrial e grupos de interesse: o II PND (1974-1979)*. Araraquara – SP, 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, UNESP.

SILVEIRA, Maria Laura. Entrevista concedida a *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis – SC, nº 04, p 1-15, maio/2008.

SINDATE (Sindicato dos Agentes Tributários estaduais de Mato Grosso do Sul).

SMITH, Adam. Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Trad. Conceição jardim Maria do Carmo Cary, Eduardo Lúcio Nogueira. 1ºed. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

SOUZA, Adauto Oliveira. *A estratégia dos distritos industriais como instrumento do desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul*. São Paulo. 2002. Tese (doutorado em Geografia). FFLCH/USP.

SOUZA, Raimundo José. *A logística como instrumento de reestruturação, redução de custos e melhorias na qualidade em agroindústrias. Uma aplicação no setor sucroalcooleiro*. Dissertação (Mestrado em Qualidade) – UNICAMP, Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação. São Paulo, 2001.

SOUZA, Paulo Marcelo de. LIMA, João Eustáquio. Intensidade e Dinâmica na modernização agrícola no Brasil e nas unidades de Federação. *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 57, n. 4. Rio de Janeiro, out/dez, 2003.

STOREL JR, Antonio Oswaldo. *A potencialidade do mercado de açúcar orgânico para a agroindústria canavieira do estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

SYNGENTA oferece soluções para o aumento da produtividade. Rural Notícias – 25/02/2008. Disponível em: http://64.233.169.104/search?q=cache:J0AlqAe_mX4J:www.ruralnoticias.com/%3Fpg%3Dnoticia%26id%3D914+mercado+da+cana-de-a%C3%A7%C3%BAcar&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=10&gl=br. Acesso em: 27/05/2008.

Szmrecsányi, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil. 1930-1975*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. Pequena história da agricultura no Brasil. Do escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho. Para onde vai a agroindústria? São Paulo: Contexto, 1990.

TAUTZ, Carlos. A corrida estrangeira pelo álcool brasileiro. *Revista Outra Globalização* – 19/06/2007. Disponível em: <http://outraglobalizacao.blogspot.com/2007/06/corrida-estrangeira-pelo-lcool.html>. Acesso em: 22 de mai. 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *A territorialização do monopólio: o caso das agroindústrias de Jaboticabal*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: DG/FFLCH- USP, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. OLIVEIRA, Ana Maria Soares. O processo de expansão da monocultura da cana-de-açúcar no Brasil: um novo desenho no campo. *Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária – Jornada Orlando Valverde*. Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina - PR, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

PAULINO, Eliane Tomiase. *O limite das cercas: desdobramento da apropriação capitalista de terra e as estratégias de exploração familiar em Presidente Prudente*. 1997. 228f. Dissertação (Mestrado em geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VIAN, C.E.F. *Agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização*. Campinas: Editora Átomo, 2003.

ENTREVISTAS REALIZADAS

Entrevista realizada com Francisco Carlos Bevilaqua - Gerente agrícola da Usina Açúcar e Álcool. Dourados – MS, em 1 de dezembro de 2007.

Entrevista realizada com Rose Silva - Secretária e Antonio César Garcia- Gerente Industrial da Usina Vista Alegre Açúcar e Álcool. Maracajú – MS, em 14 de junho de 2008.

Entrevista realizada Paulo Roberto Carosa – Engenheiro Agrônomo responsável da Usina Brilhante Energia Açúcar e Álcool. Maracajú – MS, em 13 de junho de 2008.

Entrevista realizada com Elaine Costa – Secretária da Usina CBAA Sidrolândia. Sidrolândia – MS, em 13 de junho de 2008.

Entrevista realizada João Rossi - Superintendente agrícola - da Usina Cerona S/A Nova Andradina. Nova Andradina – MS, em 16 de junho de 2008.

Entrevista realizada com Marcos Amaral – Aux. Administrativo da Usina ETH Rio Brilhante (ex Eldorado). Rio Brilhante – MS, em 09 de junho de 2008.

Entrevista realizada com Aline – Secretária da Usina São Fernando Açúcar e Álcool. Dourados – MS, em 05 de maio de 2008.

Entrevista realizada com Alceu Donizette Donega - Gerente de Planejamento Agrícola - da usina Angélica Agroenergia. Angélica- MS, em 06 de junho de 2008.

Entrevista realizada com Gisele – Secretária da Usina Aurora Açúcar e Álcool. Anaurilândia – MS, em 12 de abril de 2008.

Entrevista realizada com Dorivaldo – Gerente agrícola da usina Dcoil. Iguatemi – MS, 19 de junho de 2008.